

VOLUME 15

ANO 2020

LINGUÍSTICA

REVISTA DE ESTUDOS LINGUÍSTICOS
DA UNIVERSIDADE DO PORTO

CENTRO DE LINGUÍSTICA
DA UNIVERSIDADE DO
PORTO

FACULDADE DE LETRAS
DA UNIVERSIDADE DO
PORTO

LINGUÍSTICA

REVISTA DE ESTUDOS LINGUÍSTICOS
DA UNIVERSIDADE DO PORTO

Diretora:

Ana Maria Brito (Universidade do Porto)

Secretariado Editorial:

Maria da Graça Lisboa Castro Pinto (Universidade do Porto)

Fátima Oliveira (Universidade do Porto)

João Veloso (Universidade do Porto)

António Leal (Universidade do Porto)

Conselho Científico:

Alexandra Guedes Pinto (Universidade do Porto)

Alexandra Soares Rodrigues (Instituto Politécnico de Bragança)

Álvaro Iriarte (Universidade do Minho)

Anabela Gonçalves (Universidade de Lisboa)

Ana Cristina Macário Lopes (Universidade de Coimbra)

Ana Maria Martins (Universidade de Lisboa)

Antónia Coutinho (Universidade Nova de Lisboa)

António Leal (Universidade do Porto)

Augusto Soares da Silva (Universidade Católica)

Belinda Maia (Universidade do Porto)

Carmen Matzenauer (Universidade Católica de Pelotas, Rio Grande do Sul)

Celeste Rodrigues (Universidade de Lisboa)

Clarinda Azevedo Maia (Universidade de Coimbra)

Claudia Brescancini (Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre)

Cristina Martins (Universidade de Coimbra)

Fátima Henriques da Silva (Universidade do Porto)

Fátima Oliveira (Universidade do Porto)

Fernanda Irene Fonseca (Universidade do Porto)

Francisco Lacerda (Universidade de Estocolmo)

Gabriela Matos (Universidade de Lisboa)

Georges Kleiber (Universidade de Strasbourg)

Gianpaolo Salvi (Universidade Eötvös Loránd, Budapeste)

Graça Rio-Torto (Universidade de Coimbra)

Ignacio Bosque (Universidade Complutense de Madrid)

Ildikó Szijj (Universidade Eötvös Loránd, Budapeste)

Inês Duarte (Universidade de Lisboa)

Isabel Galhano Rodrigues (Universidade do Porto)

Isabel Margarida Duarte (Universidade do Porto)

Isabel Pereira (Universidade de Coimbra)

Jean-Pierre Angoujard (Université de Nantes)

João Costa (Universidade Nova de Lisboa)

João Paulo Silvestre (Universidade de Aveiro)

Joaquim Brandão de Carvalho (Universidade de Paris 8)

Krista Varantola (Universidade de Tampere)

Lluís Payrató (Universidade de Barcelona)

Luís Filipe Cunha (Universidade do Porto)

Maria Clara Barros (Universidade do Porto)

Maria da Graça Lisboa Castro Pinto (Universidade do Porto)

Maria Helena Paiva (Universidade do Porto)

Maria João Freitas (Universidade de Lisboa)

Marina Vigário (Universidade de Lisboa)

Norval Smith (Universidade de Amsterdão)

Petra Sleeman (Universidade de Amsterdão)

Purificação Silvano (Universidade do Porto)

Rogélio Ponce de León Romeo (Universidade do Porto)

Rui Sousa Silva (Universidade do Porto)

Sónia Frota (Universidade de Lisboa)

Telmo Mória (Universidade de Lisboa)

Telmo Verdelho (Universidade de Aveiro)

Thomas Hüsgen (Universidade do Porto)

Tjerk Hagemeier (Universidade de Lisboa)

Tony Berber Sardinha (Pontifícia Universidade Católica de Sao Paulo)

Violeta Demonte (Universidade Autónoma de Madrid)

FICHA TÉCNICA

Linguística
Revista de Estudos Linguísticos da Universidade do Porto
Vol. 15, 2020

ISSN: 1646-6195

Periodicidade: Anual

Diretora:
Ana Maria Brito

Editores:
Faculdade de Letras da Universidade do Porto
e Centro de Linguística da Universidade do Porto

Capa:
José Osswald

Impressão e acabamentos:
Invulgar – Artes Gráficas

Depósito Legal:
248653/06

Tiragem:
200 exemplares

Os artigos publicados estão sujeitos a “peer review”.

Esta edição é integralmente financiada pelo Centro de Linguística da Universidade do Porto, ao abrigo do Programa de Financiamento FCT - UIDB/00022/2020 (Fundação para a Ciência e a Tecnologia).

A Revista está registada no DOAJ e Latindex e está indexada na base de dados Fonte Académica.

<http://ojs.letras.up.pt/index.php/EL/issue/archive>

LINGUÍSTICA

REVISTA DE ESTUDOS LINGUÍSTICOS
DA UNIVERSIDADE DO PORTO

VOL. 15, 2020

Espaço da Direção

Num ano atípico, marcado por uma inesperada pandemia, que afetou, sem dúvida, o desempenho acadêmico e científico de todos nós, é bom podermos contar com as Universidades e com os Centros de Investigação nas várias áreas do saber. É, portanto, com satisfação que se publica mais um volume de *Linguística. Revista de Estudos Linguística da Universidade do Porto*, pois os trabalhos nele publicados mostram bem que o interesse pela investigação e pela procura de respostas aos problemas da linguagem continua vivo e a motivar-nos. É justo um agradecimento a todos aqueles que submeteram artigos para este volume e aos avaliadores que contribuíram para uma melhoria dos textos publicados.

Num artigo sobre elevação de vogais pré-tónicas em dados da fala carioca, as linguistas brasileiras Eliete Silveira, Anna Carolina Bandeira e Sílvia Carolina Guerreiro discutem essa elevação à luz da Sociolinguística Variacionista de Labov e concluem que o fenómeno, que se situa entre a natureza de indicador e marcador, por apresentar estratificação por idade, por região e por classe social, é também, por ser afinal tão pouco usual, um estereótipo.

Inês Cantante estuda um tipo particular de adjetivos, os adjetivos adverbiais modais, e analisa-os do ponto de vista da sua possível escalaridade e, nesse caso, se têm escala aberta ou fechada. O estudo parte de três propriedades, a quantificação através de *muito* e *pouco* , a combinação com advérbios de totalidade, *completamente* e *totalmente* e, por fim, a combinação com advérbios de parcialidade, *praticamente* e *quase* , e tira interessantes consequências do ponto de vista da natureza semântica destes adjetivos.

Kata Pálvölgyi estuda os padrões prosódicos das hesitações em dialetos do norte e do sul do Espanhol Peninsular, do ponto de vista da sua duração, partindo de um *corpus* de 200 produções espontâneas. A análise parte do protocolo de padronização delineado por Cantero (2019), em que os valores da duração são analisados em cada sílaba, para depois serem vistos através de um processo de padronização de modo a serem comparáveis objetivamente.

Paulo Nunes da Silva apresenta e sistematiza as propostas de diversos

autores que teorizaram sobre as relações entre géneros, procurando comparar e articular as suas conceções com as de outros investigadores que também refletiram acerca dos mesmos temas, mostrando que há etiquetas diferentes para referir os mesmos conceitos e etiquetas iguais para referir conceitos distintos e por vezes algumas sobreposições parciais.

Rodrigo Pereira, Ana Margarida Ramalho e Maria João Freitas estudam as produções fonéticas de /R/, comparadas com produções de /r/, /l/ e /ʎ/, em ataque simples, numa amostra de 87 crianças do distrito de Lisboa, monolíngues em PE, sem alterações do desenvolvimento linguístico, comparando-as com uma amostra de 9 crianças com alterações fonológicas primárias, do distrito de Évora.

Numa nota de investigação, João Veloso analisa o nome de um pequeno curso fluvial no Norte de Portugal *Almorode*, e propõe que tal nome combina duas raízes indo-europeias frequentes em nomes de rios europeus (**alm* 'fluir' + **wer* 'água') com o sufixo locativo germânico **reuth* 'terra desbastada'.

Seguem-se recensões de dois livros, um na área da Teoria do Texto, outro na área da Historiografia Linguística, que esperamos interessem os leitores da Revista.

No final de 2019 e já em 2020 foram muitos os linguistas que nos deixaram: Simão Cardoso, Joaquim Fonseca, Francisca Xavier, Teresa Lino, João Malaca Casteleiro e, mais recentemente, Maria Helena Mateus. Uma palavra de saudade para todos eles e a certeza de que a sua contribuição para o desenvolvimento da nossa área de investigação não será esquecida.

Porto, julho de 2020

Ana Maria Brito

SUMÁRIO

Espaço da Direção	3
Artigos	
Uma análise do alteamento pretônico à luz das categorias propostas por Labov <i>Eliete F. B. Silveira, Anna Carolina C. A. Bandeira e Silvia C. G. S. Guerreiro</i>	9
Sobre a escalaridade dos adjetivos adverbiais modais	41
<i>Inês Cantante</i>	
The duration of filled pauses and prolongations in northern and southern dialects of Spanish	71
<i>Kata B. Pálvölgyi</i>	
Redes, cadeias, sistemas e reportórios: sobre as relações entre géneros	95
<i>Paulo Nunes da Silva</i>	
O rato roeu a rolha: sobre a aquisição do rótico dorsal por crianças portuguesas com perfis típico e atípico	135
<i>Rodrigo Pereira, Ana Margarida Ramalho e Maria João Freitas</i>	
Nota de Investigação	
Almorode: o rio que corre entre as árvores cortadas. Notas sobre um hidrónimo da bacia do Leça	165
<i>João Veloso</i>	
Recensões	
Antónia Coutinho. Texto e[m] linguística. Teorias Cruzamentos Aplicações....	177
<i>Isabel Margarida Duarte</i>	
Ronaldo de Oliveira Batista. A linguagem e os falantes - ideias linguísticas e sua história	183
<i>Afonso H. Novaes Menezes</i>	

Artigos

Uma análise do alteamento pretônico à luz das categorias propostas por Labov

Eliete Figueira Batista da Silveira¹
elietesilveira@hotmail.com

Anna Carolina da Costa Avelheda Bandeira²
carolavelheda@hotmail.com

Silvia Carolina Gomes de Souza Guerreiro³
silviacarolinasouza@gmail.com

Universidade Federal do Rio de Janeiro (Brasil)

RESUMO

O artigo revê a classificação dos fenômenos linguísticos proposta por Labov (2001a [1994]). Toma como objeto de análise o alteamento de vogal pretônica em dados da fala carioca. Este fenômeno é tradicionalmente identificado como um indicador. A pesquisa alia o resultado da consideração das variáveis sociais da Sociolinguística Variacionista à metodologia dos estudos de Crenças e Atitudes. O objetivo é discutir os problemas dos fatores condicionantes e da avaliação subjetiva. Os resultados indicam que o fenômeno transita entre as categorias de indicador, marcador e estereótipo.

PALAVRAS-CHAVE

Vocalismo Átono. Fatores Condicionantes. Avaliação Subjetiva. Categorias Linguísticas.

ABSTRACT

The article reviews the classification of linguistic phenomena proposed by Labov (2001). It uses as an object of analysis the unstressed vowel elevation in carioca speech data. This phenomenon is traditionally identified as an indicator. The research combines the results of the social variables of Sociolinguistics Variationism with the methodology of the Beliefs and Attitudes studies. The objective is to discuss the problems of conditioning factors and subjective evaluation. The results indicate that the phenomenon moves between the categories of indicator, marker and stereotype.

¹ Professora Associada do Departamento de Letras Vernáculas da Faculdade de Letras da Universidade Federal do Rio de Janeiro.

² Doutora em Língua Portuguesa pelo Programa de Pós-Graduação em Letras Vernáculas da Faculdade de Letras da Universidade Federal do Rio de Janeiro.

³ Doutoranda em Língua Portuguesa pelo Programa de Pós-Graduação em Letras Vernáculas da Faculdade de Letras da Universidade Federal do Rio de Janeiro.

KEYWORDS

Unstressed Vocalism. Conditioning Factors. Subjective Evaluation. Linguistic Categories.

1. Introdução

O presente trabalho discute a classificação de Labov (2001: 196) para a avaliação social de uma mudança linguística, tendo como objeto de análise o alteamento pretônico na língua portuguesa do Brasil. Tal fenômeno se caracteriza pela passagem das vogais médias anterior ou posterior /e o/ às suas variantes altas [i u], processo pandialetal no português brasileiro. O alteamento pretônico pode ocorrer com ou sem motivação fonológica aparente e em diferentes estruturas silábicas: *perigoso*, *peruca*, *pequeno*, *serviço*, *testemunho*, *deslocamento*, *comida*, *coruja*, *costume*, *cortina*, *conselho*.

Segundo Labov (2001: 196)⁴, o fenômeno linguístico variável pode ser classificado como *indicador*, *marcador* ou *estereótipo*. Os *indicadores* são “estratificados por faixa etária, região e classe social”, exibindo “grau zero de consciência social” e sendo “difíceis de serem detectados tanto por linguistas quanto por leigos”. Os *marcadores*, por sua vez, “adquirem reconhecimento social, normalmente em forma de estigma, o que se reflete em forte estratificação social, numa íngreme curva de alternância estilística e em respostas negativas em testes de reações subjetivas”. Os *estereótipos*, por fim, “tornam-se tópico de comentários abertos, com um rótulo descritivo que pode ser tão distinto da produção fatural que os falantes não percebem que eles mesmos empregam a forma”.

De acordo com a literatura sobre o tema, o alteamento da vogal média pretônica é considerado um *indicador*, uma vez que, em estudos sociolinguísticos que visam a compreender os fatores condicionantes envolvidos na aplicação do fenômeno⁵, se demonstra estratificação por *faixa etária* e por *classe social*. Segundo Callou & Leite (1999), o alteamento pretônico na fala carioca é fenômeno variável que se manifesta tanto entre escolarizados quanto não escolarizados, não apresentando estigma. Essa afirmação também é compartilhada por Bisol (1981:30), uma vez que seus estudos sobre a fala do

⁴A definição dos conceitos de *indicador*, *marcador* e *estereótipo* foi traduzida livremente de Labov (2001: 196).

⁵Esse tipo de investigação é chamado de Estudos de Primeira Onda da Sociolinguística. Sobre isso, ler Eckert (2012).

Sul indicam que o alteamento se espalhou sem estigmatização social.

No entanto, essa perspectiva não é a mesma em outros autores. Em estudo sobre a fala de Belo Horizonte, Viegas (1987) afirma que o uso das variantes alteadas [i u] no lugar de [e o] estigmatiza socialmente o falante, o que comprova ao mencionar uma cena de novela em que a personagem principal avalia negativamente a empregada doméstica que pronuncia *intistino* por *intestino*, *acadimia* por *academia*.

Estudos mais recentes sobre o alteamento, Souza (2017), Avelheda, Batista da Silveira e Souza (2017) e Avelheda Bandeira (2019), conjugaram a análise de fatores condicionantes a uma abordagem da avaliação subjetiva dos falantes, demonstrando que não é possível enquadrar o alteamento em apenas uma dessas categorias, uma vez que, concomitantemente, apresenta características de *indicador* e de *marcador*: *indicador*, porque se encontra abaixo do nível de consciência do informante e se estratifica de acordo com a idade, com a classe social e com a região; *marcador*, porque, embora se diga que o fenômeno esteja abaixo do nível da consciência, os usuários da língua portuguesa são capazes de identificá-lo e de promover uma alternância estilística entre a forma alteada, reservada para contextos de maior formalidade, e a forma não alteada, reservada para contextos de informalidade. Em pesquisa acerca dos casos de especialização semântica e alteamento das vogais pretônicas⁶, o uso da variante alteada está associado:

à valoração que os informantes atribuem aos significados desses itens, de modo que os sentidos socialmente mais valorizados tendem a se expressar pela variante médio-alta (o país chama-se *Peru* e a média pretônica jamais é alteada, assim como não há alteamento para referir-se ao *Senhor Deus* e ao *Concerto* de música clássica), enquanto os significados menos valorizados socialmente tendem a se expressar pela variante alteada (*fogão* – aparelho doméstico; *segurança* – Secretaria do Estado) (Avelheda, Batista da Silveira e Souza, 2017: 302).

⁶ A especialização semântica consiste em se atribuir significados distintos a palavras com e sem o alteamento pretônico, por exemplo, *fogão* (*fogo alto*) versus [fujão (*eletrodoméstico*); sentido (*direção*) versus [ijntido (*magoado*)]. Sobre o tema, ler Avelheda, Batista da Silveira e Souza (2017), disponível em: <[www.http://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/letronica/article/view/24929/16334](http://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/letronica/article/view/24929/16334)>.

Além disso, Souza (2017) e Avelheda Bandeira (2019) identificaram avaliações negativas relevantes nos testes de reação subjetiva, sendo o indivíduo que produziu o alteamento pretônico avaliado como: detentor de má condição financeira, funcionário subalterno, vítima de preconceito sociolinguístico, atrasado e ignorante. Portanto, propõe-se a existência de um contínuo entre as categorias, no qual o alteamento ora atuaria como *indicador*, ora atuaria como *marcador*, podendo inclusive ser um *estereótipo*, a depender de diversos fatores considerados nos testes realizados.

2 Pressupostos Teóricos

O presente trabalho fundamenta-se na Teoria Sociolinguística de orientação laboviana (Weinreich, Labov & Herzog, 2006 [1968]), que prevê a existência de “variação contínua dentro de cada dialeto como um elemento estrutural, correlacionado com algum outro fator linguístico ou extralinguístico”. Compreendida como propriedade inerente aos sistemas linguísticos, a variação constitui “meios alternativos de se dizer a mesma coisa” (Weinreich, Labov & Herzog, 2006 [1968]: 97). No entanto, sabe-se que “os falantes não aceitam de imediato o fato de que duas expressões diferentes realmente têm o mesmo significado”, havendo uma “forte tendência a atribuir diferentes significados a elas” (Labov, 2008 [1972]: 290), de modo que “a escolha entre as alternativas linguísticas acarreta funções sociais e estilísticas” (Weinreich, Labov & Herzog, 2006 [1968]: 97).

A partir desse aparente paradoxo da Sociolinguística Variacionista, chega-se a dois problemas⁷ para uma teoria da mudança linguística, a saber, o problema dos fatores condicionantes e o problema da avaliação. O primeiro visa a identificar “as condições possíveis para mudanças que podem ocorrer em uma estrutura de determinado tipo” (Weinreich, Labov & Herzog, 2006 [1968]: 36), ou seja, determinar “o conjunto de mudanças possíveis e de condições possíveis para a mudança” (Weinreich, Labov & Herzog, 2006 [1968]: 121). O segundo se propõe a compreender “como

⁷ Weinreich, Labov e Herzog (2006 [1968]: 121-125) expõem cinco problemas a serem investigados numa teoria da mudança linguística. São eles: os fatores condicionantes, a transição, o encaixamento na estrutura linguística ou na estrutura social, a avaliação e a implementação da mudança.

as mudanças observadas podem ser *avaliadas* – em termos de seus efeitos sobre a estrutura linguística, sobre a eficiência comunicativa (tal como relacionada, por exemplo, com a carga funcional) e sobre o amplo espectro de fatores não representacionais envolvidos no falar” (Weinreich, Labov & Herzog, 2006 [1968]: 36), ou seja, “encontrar os correlatos subjetivos (ou latentes) das mudanças objetivas (ou manifestas) que foram observadas” (Labov, 2008 [1972]: 193).

Segundo Avelheda (2013: 62), é importante compreender que o problema da avaliação se relaciona “ao nível de consciência social que os falantes apresentam em torno de determinadas variáveis linguísticas”. E, nesse sentido, para tratar dos fenômenos linguísticos, Labov (2001: 196) estipulou três categorias de análise: (a) *indicadores*, (b) *marcadores* e (c) *estereótipos*.

São *indicadores* fenômenos que “parecem ter pouca força avaliativa”, se encontram abaixo do nível de consciência do informante, são “estratificados por faixa etária, região e classe social” e são “difíceis de serem detectados”. Entende-se, então, que as variantes em concorrência não são alvo de comentários pelos falantes ou sequer são percebidas, podendo ser diferenciadas segundo se disseminam pelos grupos sociais que as iniciaram. Em outras palavras, as variantes podem ganhar força de uso em seus respectivos grupos sociais e neles não são percebidas pelos indivíduos. Sua percepção seria possível pelo estudo comparativo das variantes entre os grupos sociais (Cf. Labov, 2001 [1994], p. 196).

Em se tratando de *marcadores*, as variantes “adquirem reconhecimento social, normalmente em forma de estigma, o que se reflete em forte estratificação social, em uma íngreme curva de alternância estilística e em respostas negativas a testes de reações subjetivas” (Cf. Labov, 2001 [1994], p. 196). Nesse caso, as variantes em concorrência não são alvo do mesmo nível de consciência social, ou seja, os ouvintes não percebem claramente a alternância das variantes, mas, ainda assim, estratificam estilística e socialmente o falante.

Por fim, os *estereótipos* são formas “socialmente marcadas, rotuladas enfaticamente pela sociedade”, que “se tornam tópico de comentários abertos, com um rótulo descritivo que pode ser tão distinto da produção factual que os falantes não percebem que eles mesmos empregam a forma” (Cf. Labov, 2001 [1994], p. 196). Em outras palavras, uma das variantes

em concorrência é alvo de comentário social, sendo passível de correção, inclusive em âmbito escolar; por vezes, a palavra realizada com a variante pretônica é alvo de hipercorreção pelos falantes, como acontece em *previlégio* por *privilégio* ou *melícia/meliciano* por *milícia/miliciano*.

A abordagem do problema dos fatores condicionantes é bastante recorrente no âmbito da teoria sociolinguística, caracterizando-se pela determinação de aspectos linguísticos e/ou extralinguísticos que podem atuar na determinação da ocorrência do fenômeno em análise, mas o estudo do problema da avaliação acaba relegado, “em virtude da dificuldade em se auferir a avaliação subjetiva dos usuários da língua frente a algum fenômeno variável” (Avelheda Bandeira, 2019: 104).

Ao levantar o problema da avaliação subjetiva como importante fator na variação e mudança linguística, Weinreich, Labov e Herzog (2006 [1968]: 102-103) mencionam as investigações das atitudes sociais dos usuários de uma língua, citando, entre outros, os estudos de Lambert⁸ (Lambert, 1960; Lambert *et al.*, 1967). Os autores indicam, portanto, a necessidade de novas metodologias aliadas aos estudos sociolinguísticos para a compreensão do fenômeno linguístico.

Nessa linha de raciocínio, Botassini (2012: 358) incorpora a metodologia da Psicologia Social em seus estudos sobre crenças e atitudes. A autora afirma que Lambert (1972: 80) defende que “a linguagem falada é um traço identificador de um grupo [...] e qualquer atitude a respeito de membros de um grupo particular pode ser generalizada para a linguagem que eles usam”, sendo, por isso, precursor do surgimento dos estudos de atitudes linguísticas e responsável pela “preocupação com os aspectos social, ideológico e cultural da linguagem” (Botassini, 2012: 357).

Botassini (2012: 358) explicita que as “crenças podem estar integradas por elementos cognitivos ou afetivos”, enquanto as “atitudes estão dominadas apenas pelo traço comportamental”, podendo “ser positivas, de aceitação, ou negativas, de rejeição”. As atitudes, então, caracterizam-se como “estados mentais de predisposição que, a partir de estímulos, geram certas formas de comportamento como resposta e que

⁸ Weinreich, Labov e Herzog (2006 [1968]) indicam os trabalhos ligados à Psicologia Social de Lambert e colegas (1960, 1967), que evidenciam a correlação subjetiva entre variação linguística e status social, como uma técnica que pode ser aliada aos estudos sobre variação e mudança.

não podem ser observados diretamente, mas têm de ser inferidos a partir de introspecção” (Machado Vieira & Esteves, 2009: 38).

Além disso, nas atitudes estão integrados “três componentes – o *cognitivo*, o *afetivo* e o *comportamental*” (Botassini, 2012: 57). O *cognitivo* caracteriza-se por pensamentos, crenças e conhecimentos; o *afetivo*, por emoções e por sentimentos; o *comportamental*, por fim, por conduta, reação e tendência de reação. Nessa concepção, para que seja possível mensurar atitudes linguísticas dos usuários de uma língua, utilizam-se instrumentos que são convencionalmente chamados de “testes de atitudes linguísticas”, os quais constituem situações experimentais que permitem o estudo da “percepção e/ou avaliação subjetiva, por parte do usuário da língua, de variantes e de seus espaços sociolinguísticos de ocorrência” (Machado Vieira & Esteves, 2009: 238).

Para reavaliar as categorias propostas por Labov (2001: 196), o alteamento vocálico será analisado a partir dos testes de *reação subjetiva* e de *antecedentes familiares*, cujos aspectos metodológicos são apresentados no próximo ponto.

3 Aspectos Metodológicos

Os trabalhos de Souza (2017) e Avelheda Bandeira (2019) conjugam a análise dos fatores condicionantes do alteamento pretônico à investigação da avaliação subjetiva dos respondentes acerca do fenômeno, esta realizada por meio dos mesmos tipos de coletas de dados (questionários e testes). Para o presente artigo, o foco será mais especificamente nos correlatos subjetivos da alternância, ou seja, em que medida o uso de uma ou outra variante implica um julgamento positivo ou negativo do falante. Por esse motivo, serão especificados apenas os aspectos metodológicos relacionados ao estudo da avaliação subjetiva. Cumpre observar, no entanto, que os fatores condicionantes sociais e seus resultados serão apresentados no item de análise, uma vez que serão comparados e/ou relacionados aos resultados dos testes de atitude.

Em sua pesquisa, Souza (2017) entrevistou presencialmente 20 informantes (10 homens e 10 mulheres), todos residentes na cidade do Rio de Janeiro e detentores de ensino superior completo. Com o propósito de observar a avaliação subjetiva dos julgadores, foram aplicados, presencial e individualmente, um *questionário fechado* e um teste de *reação subjetiva*. No questionário fechado, foram elaboradas dezoito perguntas referentes às vogais pretônicas com base em duplas de áudios. Em todas as duplas, o primeiro áudio trazia a variante média fechada [e] ou [o], enquanto o segundo áudio trazia a variante alta [i] ou [u]. Todos os áudios compunham-se de trechos lidos pela mesma pessoa, uma usuária de língua portuguesa do sexo feminino e com grau superior de escolaridade.

Esse tipo de teste serviu para analisar se o respondente: i) percebeu/notou o fenômeno variável; ii) atribuiu grau de escolaridade ao falante, a depender da variante ouvida; iii) associou o uso de uma das variantes a uma região específica do país; iv) relacionou o uso de uma das variantes a determinada situação comunicativa.

No teste de *reação subjetiva*, os avaliadores ouviram um áudio com as pretônicas alteadas, gravado pela mesma usuária (sexo feminino, grau superior de escolaridade), e responderam a 27 frases (algumas de teor positivo, outras de teor negativo). Nessa etapa, estes deveriam assinalar, em uma escala de 1 a 5, o grau de concordância com as declarações apresentadas: 1 representa o polo da discordância, e 5, o da concordância. Com isso, pretendeu-se que o respondente avaliasse as características do falante quanto a sua competência (*inteligência*), integridade pessoal (*honestidade*) e atratividade social (*confiabilidade*), em consonância com Labov (2008 [1972]) e Botassini (2013).

Na pesquisa empreendida por Avelheda Bandeira (2019) propôs-se igualmente um questionário fechado baseado no modelo dos *testes de antecedentes familiares* (Labov, 2008 [1972]: 248), visando a avaliar o grau de escolaridade, a profissão, a idade, a nacionalidade e a naturalidade do falante do áudio⁹, e um teste de *reação subjetiva*. Este estudo se

⁹ Para este artigo, serão utilizados apenas os testes de antecedentes familiares relativos ao grau de escolaridade e à naturalidade (origem) do falante do áudio.

diferencia do de Souza (2017) por aplicar o teste virtualmente¹⁰, o que implicou um maior número de respondentes, não sendo estes os mesmos do teste de reação subjetiva. Outro aspecto diferenciador consiste no fato de os áudios terem sido gravados por homens e mulheres.

Para o *questionário fechado*, Avelheda Bandeira (2019) formulou dezesseis perguntas referentes às vogais pretônicas, com base em duplas de áudios de homens e mulheres. Em todas as duplas, o primeiro áudio apresentava a variante média fechada, enquanto o segundo, a alta. No teste de *reação subjetiva*, foi apresentado ao respondente um áudio com as pretônicas alteadas, seguido de 25 frases (algumas de teor positivo, outras de teor negativo), com as quais os respondentes deveriam declarar concordância, segundo a gradação apresentada.

Abaixo, exemplos ilustrativos dos testes¹¹ retirados de ambas as pesquisas:

(1) Questionário fechado – avaliação relativa ao grau de consciência do respondente sobre o alteamento:

Áudio 1: A acad/e/mia Corpore faz uma grande pr/o/m/o/ção nesta s/e/gunda-feira. Quem se matricular até dia d/e/zoito de n/o/vembro ganha uma roupa de t/e/cido belíssimo.

Áudio 2: A acad/i/mia Corpore faz uma grande pr/u/m/u/ção nesta s/i/gunda-feira. Quem se matricular até dia d/i/zoito de n/u/vembro ganha uma roupa de t/i/cido belíssimo.

Pergunta 5: Para você, os áudios 1 e 2 são iguais ou diferentes? Se são diferentes, em quê?

(Fonte: Souza, 2017, p. 179)

¹⁰ Os testes realizados no trabalho de Avelheda Bandeira (2019) foram realizados por meio do formulário Google (<https://gsuite.google.com/>).

¹¹ Os exemplos dos testes estão apresentados na ordem da análise empreendida para este artigo. Para acessar todos os testes realizados nos estudos de Souza (2017) e Avelheda Bandeira (2019), consulte: <<http://www.posvernaculas.letas.ufrj.br/pt/>>, abas *mestrado* e *doutorado*.

(2) Questionário fechado – avaliação relativa ao grau de escolaridade do falante.

Áudio 1: *Hoje foi um dia muito cansativo. Acordei cedo fui para o meu /e/mprego. Trabalhei até as d/e/zessete horas. Antes de ir para casa, passei no mercado e comprei t/o/mate, p/e/pino, m/o/rango, /e/spinafre, m/o/starda, g/e/ngibre entre outras coisas. Quando cheguei a casa, preparei a c/o/mida, brinquei com a minha filha de b/o/neca e depois a fiz dormir. Estou /e/xausta!*

Áudio 2: *Hoje foi um dia muito cansativo. Acordei cedo fui para o meu /i/mprego. Trabalhei até as dizessete horas. Antes de ir para casa passei no m/e/rcado e comprei t/u/mate, p/i/pino, m/u/rango, m/u/starda, /i/spinafre, m/u/starda, g/i/ngibre entre outras coisas. Quando cheguei a casa, preparei a c/u/mida, brinquei com a minha filha de b/u/neca e depois a fiz dormir. Estou /i/xausta.*

Pergunta 12: Se você tivesse que atribuir um grau de escolaridade à pessoa que produziu o primeiro áudio, você diria que ela cursou: 1º ao 5º ano (antigo primário ou ensino fundamental I) / 6º ao 9º ano (ensino fundamental II) / ensino médio / ensino superior.

Pergunta 13: Se você tivesse que atribuir um grau de escolaridade à pessoa que produziu o segundo áudio, você diria que ela cursou: 1º ao 5º ano (antigo primário ou ensino fundamental I) / 6º ao 9º ano (ensino fundamental II) / ensino médio / ensino superior.

A seguir, você ouvirá dois áudios. Após ouvi-los, você responderá algumas perguntas:

Áudio 1: Hoje em dia, não se tem mais r[e]speito pelos idosos. Estava andando de bicicleta na praça perto aqui de casa e, de repente, me d[e]parei com uma discussão entre um jovem e um idoso, que d[e]pois soube que eram avô e neto. O rapaz dizia que o avô era um velho r[e]tardado, que não pr[e]stava para mais nada. O avô, muito paciente, dizia ao neto que o seu d[e]sejo era de que, quando ele ch[e]gasse à sua idade, fosse r[e]speitado mais do que ele vem sendo.

Áudio 2: Hoje em dia, não se tem mais r[i]speito pelos idosos. Estava andando de bicicleta na praça perto aqui de casa e, de repente, me d[i]parei com uma discussão entre um jovem e um idoso, que d[i]pois soube que eram avô e neto. O rapaz dizia que o avô era um velho r[i]tardado, que não pr[i]stava para mais nada. O avô, muito paciente, dizia ao neto que o seu d[i]sejo era de que, quando ele ch[i]gasse à sua idade, fosse r[i]speitado mais do que ele vem sendo.

(Fonte: Souza, 2017: 189)

(3) Questionário fechado – avaliação relativa à naturalidade do falante.

Em todo o mundo, há nove países que têm a Língua Portuguesa como Língua Oficial. Se você tivesse de indicar a nacionalidade das pessoas que ouviu:

a) Qual seria a nacionalidade do falante do <u>primeiro áudio</u> ?	b) Qual seria a nacionalidade do falante do <u>segundo áudio</u> ?
<input type="checkbox"/> Angolana.	<input type="checkbox"/> Angolana.
<input type="checkbox"/> Brasileira.	<input type="checkbox"/> Brasileira.
<input type="checkbox"/> Portuguesa.	<input type="checkbox"/> Portuguesa.
<input type="checkbox"/> Moçambicana.	<input type="checkbox"/> Moçambicana.

Se você acha que o falante do primeiro áudio tem nacionalidade brasileira, em que região você acredita que ele nasceu?

- Sul.
- Norte.
- Sudeste.
- Nordeste.
- Centro-Oeste.

Se você acha que o falante do segundo áudio tem nacionalidade brasileira, em que região você acredita que ele nasceu?

- Sul.
- Norte.
- Sudeste.
- Nordeste.
- Centro-Oeste.

(Fonte: Avelheda Bandeira, 2019: 274-275)

(4) Questionário fechado – avaliação relativa ao uso das variantes em duas diferentes situações comunicativas (grau de monitoramento/variação estilística) dos falantes.

A seguir, há dois áudios. Após ouvi-los, você deverá responder a algumas perguntas:

Áudio 1: Fui ac[o]mpanhar um amigo de trabalho em uma viagem de navio nas férias. Soubemos do preço baixo em uma pr[o]paganda e c[o]mpramos as passagens. Quando entramos no navio, o c[o]mandante sugere que todos os passageiros c[o]loquem o c[o]lete salva-vidas e que fiquem al[o]jados em suas cabines até que o navio esteja em alto-mar. Nós, que já temos medo de navio e mar, estamos apav[o]rados.

Áudio 2: Fui ac[u]mpanhar um amigo de trabalho em uma viagem de navio nas férias. Soubemos do preço baixo em uma pr[u]paganda e c[u]mpramos as passagens. Quando entramos no navio, o c[u]mandante sugere que todos os passageiros c[u]loquem o c[u]lete salva-vidas e que fiquem al[u]jados em suas cabines até que o navio esteja em alto-mar. Nós, que já temos medo de navio e mar, estamos apav[u]rados.

(Fonte: Avelheda Bandeira, 2019: 275-276)

(5) Teste de reação subjetiva – avaliação da competência, integridade pessoal e atratividade social.

A partir dos áudios que ouvirá, o que você pode imaginar sobre quem os falou? Marque a opção de resposta mais próxima do que for possível supor, sendo o grau 5, a máxima concordância e grau 1, a máxima discordância com a afirmação¹².

¹² Os respondentes ouvem duas versões do texto: uma versão não alteada e outra, alteada.

Quanto mais alta a numeração, maior sua concordância com a suposição abaixo.	1	2	3	4	5
Esta pessoa se orgulha de sua maneira de falar.	<input type="radio"/>				
Esta pessoa é inteligente.	<input type="radio"/>				
Esta pessoa sente vergonha de falar assim.	<input type="radio"/>				
Esta pessoa fala corretamente.	<input type="radio"/>				
Esta pessoa tem nível superior.	<input type="radio"/>				
Esta pessoa possui boa condição financeira.	<input type="radio"/>				
Esta pessoa seria uma boa namorada.	<input type="radio"/>				
Esta pessoa é respeitosa.	<input type="radio"/>				
Esta pessoa é feia.	<input type="radio"/>				
Esta pessoa é criativa.	<input type="radio"/>				
Esta pessoa é grosseira.	<input type="radio"/>				

(Fonte: Souza, 2017: 246)

Com base na metodologia acima exposta e nos pressupostos teórico-metodológicos apresentados, seguem-se os resultados da pesquisa.

4 Resultados

Em primeiro lugar, apresenta-se uma síntese dos resultados relativos às variáveis sociais das análises probabilísticas dos trabalhos de Souza (2017) e Avelheda Bandeira (2019), os quais servirão de parâmetro para a discussão aqui proposta¹³. Em seguida, por se assemelharem bastante em termos da metodologia adotada, os resultados referentes à avaliação subjetiva serão apresentados em conjunto.

¹³ Cabe lembrar que a categorização de um fenômeno variável como indicador, marcador e estereótipo (Labov, 2001 [1994]) costuma ser avaliado pelas variáveis sociais. Este artigo analisa o status subjetivo do alteamento pretônico por meio de testes de atitude, comparando os resultados aos encontrados nas análises estatístico-probabilísticas de Souza (2017) e Avelheda Bandeira (2019) sintetizadas neste item.

4.1 Fatores condicionantes: variáveis sociais

As variáveis sociais *faixa etária*, *sexo* e *escolaridade* selecionadas pelo programa estatístico-probabilístico permitem estabelecer algumas ilações acerca do fenômeno variável. Todavia, cumpre esclarecer que tais condicionamentos não foram relevantes para todos os contextos silábicos analisados (sílabas livres, com vogal no núcleo da sílaba e sem margem preenchida: *cemitério*, *botequim*; sílabas travadas, com a margem silábica preenchida por consoante: *esquina*, *escondido*, *serviço*).

Por meio da *faixa etária*, é possível uma análise em *tempo aparente*. Parte-se do pressuposto de que a estabilidade linguística do falante é alcançada no entorno dos quinze anos de idade e, nesse estágio, as regras gerais de funcionamento da língua da comunidade de fala a que o indivíduo pertence já foram estabelecidas (Chambers, Trudgill, 1981; Labov, 1981; Labov, 2001b [1994]). Assim, a fala de uma pessoa de 25 anos de idade corresponderia ao registro de uma norma de uso de 10 anos atrás. Já um falante de 45 anos teria em sua modalidade oral a projeção de uma norma de 30 anos passados. Trata-se, nas palavras de Labov (1981: 181), de uma *inferência* do pesquisador acerca da mudança linguística, uma tentativa de apreender a variação e/ou mudança em curso na língua.

Dessa feita, uma variante é considerada inovadora, se está presente na fala dos mais jovens. Nesse caso, uma das variantes do fenômeno variável estaria em progresso, considerando-se que os indivíduos mudam de faixa etária e levam adiante aquela norma de uso¹⁴. De outro modo, uma variante é conservadora, se é frequente entre os mais velhos e, nesse sentido, a tendência é o desuso dessa forma. Por último, um fenômeno pode estar em variação estável, o que se revela pelo uso mais frequente de uma das variantes ou na faixa etária intermediária ou nas duas faixas extremas,

¹⁴ O estudo da mudança em tempo aparente está baseado na Psicologia Desenvolvimentista (Labov, 2001 [1994]) e na hipótese das diferenças linguísticas entre as gerações. O objetivo é captar estágios da língua diversos por meio da observação de dados de falantes de faixas etárias distintas. Trata-se, na verdade, de uma estratégia metodológica para observar a variação e/ou mudança de um fenômeno linguístico em curso. É importante destacar que a norma da comunidade adquirida no entorno da puberdade é denominada *vernáculo* (ou norma vernacular) e está sujeita a mudanças, a partir de diferentes fatores como escolaridade, ingresso no mercado de trabalho; por isso, como indica Labov (2001a [1994]), sua análise deve ser cuidadosa e seus resultados validados por estudo em tempo real, por exemplo. Na metodologia da Sociolinguística, intenta-se que a coleta de dados seja espontânea, de modo a fazer emergir essa norma vernacular que espelha a norma da comunidade do falante. Além disso, a análise Sociolinguística controla outras variáveis, como classe social e sexo, de maneira que os falantes tenham todos as mesmas características sociais.

formando uma parábola. Nesse caso, a variação pode se manter ao longo do tempo, sem a predominância de uma variante sobre as demais.

Por meio da variável *sexo*, observa-se se um fenômeno linguístico é levado adiante por homens e/ou mulheres. Embora inicialmente muitos estudos revelassem que as mulheres tendem a propagar fenômenos inovadores não estigmatizados, é preciso destacar que os resultados relativos a essa variável não são muito claros, sendo necessário considerar as dinâmicas sociais, o papel da mulher naquela sociedade, a fim de tecer considerações mais fundamentadas sobre o *status* das variantes linguísticas em foco, bem como ao papel da variável *sexo* na variação e mudança linguísticas (Labov, 1981: 185).

Parece evidente a importância da variável *escolaridade* nos estudos sociolinguísticos. Esta consiste em observar o papel da intervenção escolar nas normas de uso de uma comunidade, levando-se em conta as normas de prestígio circundantes na sociedade. Em se tratando de um fenômeno fonológico, em princípio, o alteamento pretônico está abaixo do nível de consciência do falante. E, em função disso, para avaliar o *status* social das formas alternantes de um fenômeno linguístico com base em fatores condicionantes, é necessária uma análise conjunta dessas variáveis sociais. Ainda assim, os resultados gerais mascaram a avaliação subjetiva do uso dessas variantes, motivo pelo qual se buscaram outros experimentos que permitissem: i) observar o julgamento da produção linguística do falante e ii) correlacionar seus resultados aos da análise dos fatores condicionantes.

Apresentadas as hipóteses que norteiam as variáveis sociais, passa-se aos resultados da análise dessas variáveis encontrados por Souza (2017), cujo *corpus* se constitui por dezoito entrevistas de falantes cultos na cidade do Rio de Janeiro: seis da década de 1970, seis da década de 1990 e seis da década de 2010¹⁵, distribuídos por sexo (1 homem e 1 mulher) e três faixas etárias (1ª. faixa: 25 a 35 anos; 2ª. faixa: 36 a 55 anos, e 3ª. faixa: 56 anos em diante). Cumpre observar que: i) os resultados probabilísticos foram

¹⁵ O corpus constituído pertence a dois projetos linguísticos distintos: Norma Linguística Urbana Culta – RJ - décadas de 1970 e 1990 (www.letas.ufrj.br/nurc-rj) e Estudo Comparado dos Padrões de Concordância em Variedade Africanas, Brasileiras e Europeias – década de 2010 (www.concordancia.letas.ufrj.br/). No corpus NURC/RJ, os falantes residem na cidade do Rio de Janeiro e possuem escolaridade superior. No corpus Concordância, os falantes residem em Copacabana - zona Sul do Rio de Janeiro, e Nova Iguaçu - zona metropolitana do Rio de Janeiro.

extraídos por meio do Programa Rbrul¹⁶, e ii) os estudos de Souza (2017) e Avelheda Bandeira (2019) analisaram separadamente a vogal pretônica anterior /e/ e a posterior /o/, iii) as pretônicas anterior e posterior foram analisadas, segundo o tipo silábico em que figuravam (sílabas livres, travadas por nasal e por sibilante)¹⁷.

Quadro 01- Variáveis sociais – vogal anterior.

Variáveis sociais	Sílabas livres		Sílabas travadas por nasal		Sílabas travadas por sibilante	
	Oco/Total	%	Oco/Total	%	Oco/Total	%
	239/1861	12,84	128/274	46,71	349/466	74,89
Faixa etária	+ 56 anos (P.R. ¹ : 0.58)		-		-	
Sexo	Mulher (P.R.: 0.54)		-		Mulher (P.R.: 0.64)	

(Souza, 2017)

Em se tratando da vogal pretônica /e/, resultados probabilísticos das variáveis sociais acima evidenciam que:

i) a *faixa etária* foi relevante apenas para o contexto de sílabas livres (ex.: p[i]queno, [i]norme, c[i]mitério), sendo o alteamento favorecido por falantes de idade mais elevada (0.58). Isso significa que se trata de um fenômeno conservador na fala carioca e, portanto, tendendo ao desuso entre os mais jovens;

ii) as mulheres favorecem o alçamento da vogal de [e] para [i], tanto em sílabas livres (ex.: p[i]queno, [i]norme, c[i]mitério) quanto em sílabas travadas por sibilante ([i]stofado, [i]scravo, [i]scrivaninha), e

iii) o contexto de pretônica anterior travada por nasal não favorece o alteamento pretônico. Parece que o alteamento nesse contexto silábico

¹⁶Segundo Oushiro (2016), “o programa R-brul é um pacote de funções para o programa R, gratuito, que permite realizar análises da regra variável, a partir de modelos de regressão logística e de regressão linear (para variáveis categóricas e contínuas), com efeitos fixos e efeitos aleatórios, usados somente por sociolinguistas.

¹⁷ Não foi possível analisar probabilisticamente os dados de vogal pretônica anterior e posterior travada por rótico, tendo em vista que apresenta comportamento categórico de manutenção da realização médio-alta [e] e [o].

está relacionado ao item lexical ([i]mpregada, [i]mpada), sendo contexto de resistência ao fenômeno ([e]ntrada, [e]ntrega). Em outras palavras, no português brasileiro, o alteamento parece ser influenciado pelo processo de difusão lexical¹⁸, visto que algumas palavras são afetadas pelo alçamento, enquanto outras, não, mesmo com condicionamento fonológico idêntico (t[o]mate varia com t[u]mate, mas t[o]mada não varia com *t[u]mada, por exemplo).

Quadro 02- Variáveis sociais – vogal posterior.

Variáveis Sociais	Sílabas livres =		Sílabas travadas por nasal =		Sílabas travadas por sibilante =	
	Oco/Total	%	Oco/Total	%	Oco/Total	%
		224/1128	19,85	50/236	21,18	14/42
Faixa etária	-		25-35 anos (P.R.: 0.66)		25-35 anos (P.R.: 0.68) + 56 anos (P.R.:0.69)	

(Fonte: Souza, 2017)

Para a análise da sílaba pretônica com vogal posterior /o/, os resultados indicam que a *faixa etária* do informante se mostrou um forte condicionador do alteamento, sendo que:

i) os mais jovens (25 a 35 anos) tendem a altear nos dois tipos de estrutura silábica complexa, ou seja, travada por nasal (0.66- c[u]nsultoria, c[u]nfusão) e por sibilante (0.68 - m[u]squito, m[u]starda), sendo possível inferir que o alteamento seja, no caso de travamento nasal¹⁹, inovador na fala carioca, e

ii) o fenômeno está em variação estável, no contexto de sílaba travada por sibilante, visto que os pesos relativos indicam maior probabilidade de uso nas duas faixas etárias extremas: 25 a 35 anos e 56 anos em

¹⁸ Sobre isso, ler Oliveira, M. A. A controvérsia neogramática reconsiderada. *International Journal of the Sociology of Language*, n. 89, pp. 93-105, 1991. Disponível em: <http://portal.pucminas.br/imagedb/mestrado_doutorado/publicacoes/PUA_ARQ_ARQUI20121017140131.pdf>.

¹⁹ As pesquisas de Souza (2017) e Avelheda Bandeira (2019) revelam que os índices de alteamento pretônico em sílaba travada por sibilante são sempre elevados, revelando ser este o contexto propício ao fenômeno.

diante. De fato, a variante alteada [u] é pouco frequente na fala do Rio de Janeiro (14/42 – 33,3%: iug[u]slavos, ac[u]stumados, c[u]stura, ap[u]stila, h[u]spital) e seu uso tende a ser mais notado pelos usuários da língua. Logo, pode haver uma maior pressão social sobre a faixa etária intermediária, mais ativa no mercado de trabalho.

Analisa-se abaixo os resultados da pesquisa de Avelheda Bandeira (2019), cujo *corpus* se constitui por dezoito inquéritos de informantes naturais de Copacabana coletados em 2012, distribuídos por sexo (homens e mulheres), três faixas etárias (18 a 35; 36 a 55; 56 a 75) e graus de escolaridade: fundamental, médio e superior:

Quadro 03 - Variáveis sociais - vogal anterior.

Variáveis sociais	Sílabas livres		Sílabas travadas por nasal		Sílabas travadas por sibilante	
	Oco/Total	%	Oco/Total	%	Oco/Total	%
		408/2980	13,69	181/528	34,28	320/446
Escolaridade	Fundamental (P.R.: 0.642)		-		-	
Faixa etária	+ 56 anos (P.R.: 0.575)		-		25-35 anos faixa (P.R.: 0.562) + 56 anos (P.R.: 0.553)	

(Fonte: Avelheda Bandeira, 2019)

Os resultados probabilísticos para a vogal pretônica anterior /e/ permitem postular que:

i) em sílabas livres, o alteamento tende a ocorrer entre falantes de faixa etária mais alta (acima de 56 anos) com nível fundamental (0.642), o que permite inferir ser um fenômeno conservador que pode ter seu uso inibido por influência da escolarização, e

ii) em contexto de sílabas travadas por sibilante, o alteamento encontra-se em variação estável, por sua probabilidade de uso concentrar-se na 1ª. e 3ª. faixas etárias. Pode-se supor que, na faixa etária intermediária, haja uma pressão social relativamente ao uso da variante média [e].

Quadro 04 - Variáveis sociais – vogal posterior.

Variáveis sociais	Sílabas livres		Sílabas travadas por nasal		Sílabas travadas por sibilante	
	Oco/Total	%	Oco/Total	%	Oco/Total	%
	430/1900	22,63	87/558	15,59	14/85	16,28
Escolaridade	Fundamental (p. r. 0.557)		-		-	
Faixa etária	+ 56 anos (P.R.: 0.587)		+ de 56 anos(P.R.: 0.664)		-	
Sexo	Feminino (P.R.: 0.543)		Masculino (P.R.: 0.585)		-	

(Fonte: Avelheda Bandeira, 2019).

Nas ocorrências de vogal posterior /o/ em sílaba pretônica, os resultados apresentados mostram que o alteamento de vogal pretônica em:

- i) sílaba livre tende a ocorrer entre mulheres (0.543) mais velhas (acima de 56 anos) e de baixa escolaridade (fundamental, 0.557), podendo-se inferir a atuação da escola na tendência de uso da vogal média [o], e
- ii) sílaba travada por nasal tende a ocorrer entre homens pertencentes à 3ª. faixa etária (0.664), tratando-se, pois, de um fenômeno conservador.

Nota-se, portanto, que os resultados de ambos os trabalhos se assemelham, visto que, no que tange à vogal anterior em sílaba livre, o alteamento se revela um fenômeno conservador e tende a não ocorrer em sílaba travada por nasal.

As diferenças, no entanto, revelam, em síntese, a tendência à implementação da vogal média [e] e [o] em qualquer tipo silábico, visto que a amostra utilizada por Souza (2017) se constitui por dados de três décadas distintas (1970, 1990 e 2010), ao passo que a de Avelheda Bandeira (2019) integra dados da década de 2010. É possível que o predomínio de dados das décadas de 70 e 90 em comparação aos dados de 2010 revele uma mudança no comportamento das vogais pretônicas²⁰, conforme os resultados indicam:

²⁰ Nos estudos sobre variação e mudança linguística (Labov, 2001a [1994]), postula-se que uma mudança

i) em Souza (2017), a vogal pretônica anterior /e/ em sílaba livre apresenta tendência de uso da variante [i] entre as mulheres da faixa etária mais alta. Também em Avelheda Bandeira (2019), essa tendência se mantém entre os mais velhos, mas isso independe do sexo do informante, uma vez que a variável sexo não foi selecionada;

ii) em Souza (2017), a pretônica anterior /e/ em sílaba travada por sibilante tem tendência de realização pela variante alta [i] entre as mulheres; no entanto, em Avelheda Bandeira (2019), o alteamento não é fenômeno condicionado pelo sexo do informante, mas está em variação estável, ou seja, mostra tendência de atuação nas faixas etárias extremas, evidenciando uma possível pressão social para o uso da variante média [e] e, conseqüentemente, uma avaliação negativa de seu usuário;

iii) em relação à pretônica posterior em sílaba livre, os dados de Avelheda Bandeira revelam uma tendência da variante alteada entre as mulheres de idade mais avançada e baixa escolarização. Cabe lembrar que o corpus de Souza (2017) se compõe apenas de falantes de nível superior completo, não sendo possível, pois, comparação.

iv) em Souza (2017), a vogal posterior travada por nasal tende a ocorrer com alteamento entre falantes mais novos, enquanto em Avelheda Bandeira (2019) esse alteamento se manifesta entre os mais velhos. Essa mudança na faixa etária talvez represente uma mudança do comportamento do fenômeno na comunidade: os resultados de Souza (2017) revelam o comportamento do alteamento nas décadas de 1970 e 1990, ao passo que os de Avelheda Bandeira (2019), o comportamento do fenômeno na década de 2010, ou seja, essa diferença pode indicar uma mudança em processo (ou que se processou) ao longo de 30 anos;

iv) em Souza (2017), o alteamento em pretônica posterior travada por sibilante apresenta-se em variação estável, tendo em vista a tendência de uso entre os mais novos e os mais velhos. Diferentemente, em Avelheda Bandeira (2019), os resultados evidenciam a manutenção da vogal média [o], uma vez que a variável faixa etária sequer condicionou o alteamento.

linguística pode se processar num espaço de 20 anos. Em função disso, estabeleceu-se que a variável faixa etária intentaria observar um contínuo que abarcasse um período maior e igual a 20 anos: 25-35 anos, 36 a 55 anos e 56 anos em diante.

Em relação à avaliação subjetiva a partir dos fatores condicionantes, os resultados permitem inferir, de um modo geral, que o alteamento é um fenômeno tendendo ao desuso, visto que seu predomínio está na fala dos mais velhos com menor grau de escolarização. Nesse sentido, pode-se também entender que o alteamento está socialmente estratificado, visto que os indivíduos de menor escolarização tendem a pertencer às classes menos favorecidas. Além disso, a tendência ao alteamento nas faixas extremas (no caso da pretônica anterior e posterior travadas por sibilante) leva a postular uma possível pressão social sobre os falantes da faixa intermediária (36 a 45 anos), ainda no mercado de trabalho.

Seguem abaixo os resultados dos testes de avaliação subjetiva observados nos trabalhos das autoras.

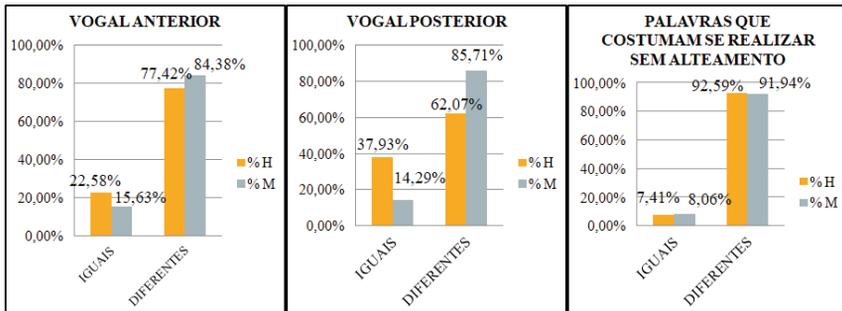
4.2 Avaliação Subjetiva: Testes de Atitude

Os métodos utilizados nas pesquisas de Souza (2017) e Avelheda Bandeira (2019) intentam averiguar a *reação subjetiva* inconsciente do falante. Mais do que isso, busca-se testar “um axioma geral da estrutura sociolinguística”, segundo o qual “o correlato da estratificação regular de uma variável sociolinguística no comportamento é a concordância uniforme em reações subjetivas a essa variável” (Labov, 2008 [1972], p. 288). Em outras palavras, os testes formulados visam a observar refinadamente os julgamentos encobertos pelo uso de variantes que estão, em princípio, abaixo do nível de consciência do falante. Ainda, pretende-se mostrar que as categorias *marcadores*, *indicadores* e *estereótipos* propostas por Labov (2001a [1994]: 196) não são necessariamente estanques, mas podem ser fluidas, a depender de determinados fatores.

A figura 1 apresenta os resultados dos testes de percepção realizados por Souza (2017) e Avelheda Bandeira (2019), que objetivaram verificar se os avaliadores – quer do sexo feminino quer do masculino – identificavam ou não o alteamento pretônico nas falas dos áudios. Os avaliadores ouviram pares de áudios, cujos falantes realizaram palavras com vogais pretônicas alteadas e não alteadas (Cf. item 3). Caso houvesse identificação da variante alteada, significaria que o fenômeno não está abaixo do nível de consciência

do falante; se não houvesse identificação, o alteamento estaria abaixo do nível de consciência. A pergunta aos avaliadores foi: “Para você, os áudios 1 e 2 são iguais ou diferentes? Se são diferentes, em quê?”

Figura 01 - Percepção do Alteamento por Homens (H) e Mulheres (M): Vogal Anterior e Posterior



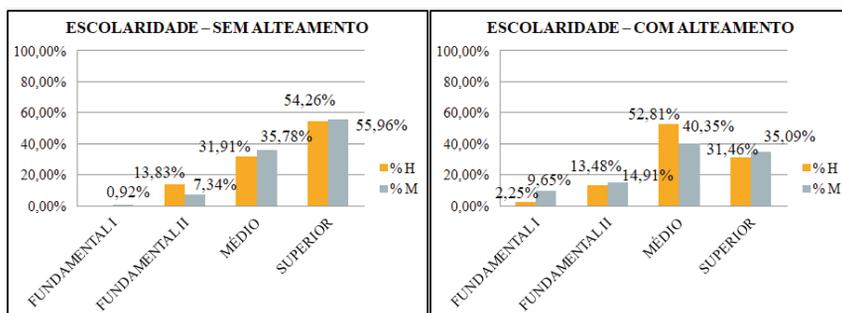
(Fonte: Souza, 2017; Avelheda Bandeira, 2019)

De acordo com as respostas dos avaliadores e conforme ilustrado na Figura 01, o alteamento não está abaixo do grau de consciência dos falantes de língua portuguesa, como outrora se pensava, uma vez que homens e mulheres identificaram diferenças entre os áudios, cujos falantes ora utilizaram a pretônica média [e o] ora a pretônica alteada [i u]. Note-se sobretudo que as mulheres foram mais sensíveis à percepção do alteamento (vogal anterior: 84,38%; vogal posterior: 85,71%) do que os homens (vogal anterior: 77,42%; vogal posterior: 62,07%) na maioria dos contextos. No caso de palavras cujo alteamento é infrequente (*t[i]cido ~ t[e]cido*, *acad[i]mia ~ academia*, *p[u]stura ~ postura*), há uma pequena diferença de percepção em favor dos homens (92,59% contra 91,94%), ressaltando-se que indivíduos de ambos os sexos estranham a realização da variante alta [i u] nessas palavras.

Na Figura 2, objetivou-se mostrar qual grau de escolaridade o avaliador atribuiria aos falantes dos áudios. A pergunta foi: “Se você tivesse que atribuir um grau de escolaridade à pessoa que produziu esse áudio, diria que ela cursou que ano escolar?” A hipótese subjacente é: se o avaliador atribuir

grau baixo de escolaridade ao usuário da variante alteada, manifestará um valor negativo sobre ele, revelando julgamento social.

Figura 02 - Grau de Escolaridade e variantes pretônicas.

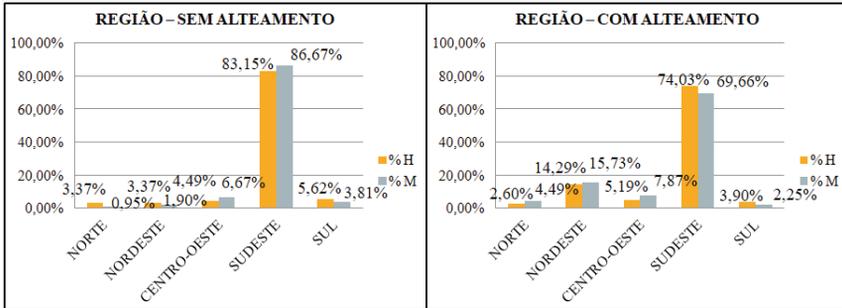


(Fonte: Souza, 2017; Avelheda Bandeira, 2019)

Na concepção dos respondentes que participaram da pesquisa, indivíduos que utilizam com maior frequência as variantes médias [e o] são considerados mais escolarizados, como se pode observar pelos percentuais relativos ao nível superior tanto pelos respondentes homens (H - 54,26%) quanto mulheres (M - 55,96%). Em se tratando das variantes altas [i u], os maiores percentuais estão relacionados ao ensino médio (homens – 52,81%; mulheres – 40,35%). De um modo geral, os resultados acima corroboram os observados na análise dos fatores condicionantes, em que o alteamento se mostra mais provável entre falantes menos escolarizados.

Os resultados indicados na Figura 3 espelham a relação entre as variantes e a origem do falante. A pergunta foi: “Se você acha que o falante do primeiro/segundo áudio tem nacionalidade brasileira, em que região acredita que ele nasceu?”. Parte-se da hipótese de que a escolha do Nordeste seria indício de estigmatização, visto que a fala dessa região costuma ser associada à baixa escolaridade e classe social.

Figura 03 - Região de Origem por Sexo e por Realização Pretônica.



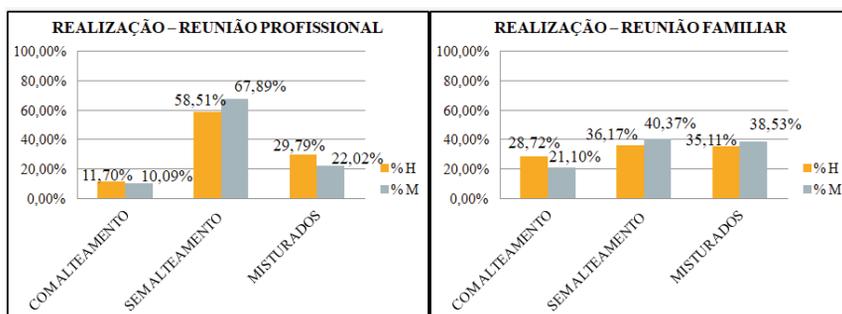
(Fonte: Souza, 2017; Avelheda Bandeira, 2019)

No que diz respeito à região de origem do falante que produz o alteamento pretônico, os resultados mostram que o uso das variantes alteadas [i u] é mais frequentemente relacionado a indivíduos da Região Nordeste (homens – 74,03%; mulheres – 69,66%), ao passo que o uso das variantes médias [e o] está relacionado a falantes da Região Sudeste (homens – 83,15%; mulheres – 86,67%). Assim, observam-se preconceitos socialmente estabelecidos, uma vez que a Região Nordeste é frequentemente representada de forma estereotipada, enquanto a Região Sudeste “costuma ser eleita como a fala [...] considerada mais correta” (Souza, 2017: 185):

Por uma ou outra razão, a escolha de um falar local padrão sempre girou em torno de três centros urbanos, a saber, a cidade do Rio de Janeiro, a de São Paulo, a de Salvador. A preferência recaiu na cidade do Rio de Janeiro e se deveu, prioritariamente, a razões extralinguísticas: o fato de o Rio de Janeiro estar geograficamente no centro de uma polaridade norte/sul, ser centro político há mais tempo, capital da Colônia desde 1763, e ser uma área cuja linguagem culta tende a apresentar menor número de marcas locais e regionais, com uma tendência universalista, dentro do país (Leite; Callou, 2002: 9 - 10).

O teste cujos resultados são apresentados na Figura 4 buscou verificar se o uso de uma ou outra variante estaria associado à situação comunicativa, ou seja, se apresenta variação estilística. A pergunta foi: “Se você estivesse em uma reunião de emprego/reunião familiar, você acha que sua fala seria igual à de qual dos áudios apresentados?”. A hipótese é: a variante alteada estaria relacionada ao contexto familiar e, portanto, a um uso menos formal e menos monitorado, ao passo que a variante não alteada estaria associada ao contexto de trabalho e, logo, a um uso mais formal e mais monitorado.

Figura 04 - Variação estilística das variantes pretônicas.



(Fonte: Souza, 2017; Avelheda Bandeira, 2019)

Os resultados demonstram que a escolha da realização pretônica por parte dos respondentes está associada à variação estilística. Observa-se que o uso da variante média [e o] está claramente relacionado à situação de maior grau de formalidade e de monitoramento: reunião profissional. Diferentemente, o uso da variante alta [i u] liga-se à situação de menor grau de formalidade e monitoramento: reunião familiar.

As respostas indicaram que os respondentes realizariam com maior frequência o alteamento pretônico, quando se tratava de um contexto informal – aqui, o de uma reunião familiar (homens – 28,72%; mulheres – 21,10%). Nota-se que, mesmo em situação informal, os respondentes afirmaram que utilizariam a variante média (homens – 36,17%; mulheres – 40,37%), mostrando uma resistência ao alteamento.

Contrariamente, quando se tratava de um contexto formal, como uma

reunião profissional, os respondentes declararam que dariam preferência à variante média para realização da vogal pretônica (homens – 58,51%; mulheres – 67,89%). Quando os respondentes disseram que usariam tanto a variante média quanto a alta, os resultados revelam que se mostram refratários ao uso da variante alta, não importando o grau de monitoramento da situação comunicativa: [+ formal] reunião profissional: homens – 29,79%, mulheres – 22,02%; [-formal] reunião familiar: homens: 35,11%, mulheres – 38,53%.

A partir dos resultados do teste que mede a variação estilística no uso das variantes pretônicas, fica evidente que o fenômeno é regulado por grau de monitoramento e situação comunicativa. Trata-se, pois, de mais um elemento que possibilita afirmar que o alteamento é objeto de avaliação social pelos usuários da língua.

Por fim, chega-se aos resultados relativos aos testes de *reação subjetiva*, que visam a que os respondentes avaliem as características referentes à competência (*inteligência*), à integridade pessoal (*honestidade*) e à atratividade social (*confiabilidade*) do falante, a partir dos áudios.

Os testes de reação subjetiva visam a evidenciar, por um método indireto, as avaliações subjetivas encobertas pelo uso da variante alta [i u] que, como visto no teste de percepção, não está abaixo do nível de consciência do falante. Com esse intuito, os respondentes assinalavam graus de concordância com as afirmativas, após ouvir os áudios, cujos trechos apresentam as pretônicas /e o/ alteadas [i u]. Os resultados estão sintetizados no Quadro 5 abaixo.

Em relação ao teste de *reação subjetiva*, observou-se que os respondentes fizeram avaliações negativas relativamente à *competência* e à *atratividade social* do falante, no entanto, avaliando positivamente o falante quanto à *integridade pessoal*.

Desse modo, a usuária da variante alta tem sua competência avaliada pelas expressões: *atrasada, de má condição financeira, não criativa, não se expressa bem, não tem nível superior, subalterna* e *vítima de preconceito*. Quanto à atratividade social, a usuária da variante alta é considerada *não divertida, alguém com quem não se casaria* e *não seria boa namorada, além de velha*.

Chama a atenção o fato de que os homens avaliaram mais negativamente

do que as mulheres. No que tange à *competência*, foram 07 avaliações negativas dos homens contra 04, das mulheres. Em relação à *atratividade social*, foram 04 avaliações negativas dos homens contra apenas 02 das mulheres.

Quadro 05 - Resultados do Teste de Reação Subjetiva

	HOMENS		MULHERES	
	POSITIVO	NEGATIVO	POSITIVO	NEGATIVO
COMPETÊNCIA	Competente Cuidadosa Estudada Fala corretamente Intellectual Inteligente Segura Trabalhadora	Atrasada Má Condição Financeira Não é Criativa Não se expressa bem Não tem Nível Superior Subalterna Vítima de Preconceito	Boa Condição Financeira Criativa Cuidadosa Estudada Expressa-se bem Intellectual Inteligente Não é Atrasada Segura Trabalhadora Competente	Má Condição Financeira Não fala corretamente Subalterna Vítima de Preconceito
INTEGRIDADE PESSOAL	Compreensiva Confiável Cuidadosa Não é Autoritária Não é Enganadora Respeitosa Responsável Solicita		Compreensiva Confiável Cuidadosa Não é Autoritária Não é Enganadora Respeitosa Responsável Solicita	
ATRATIVIDADE SOCIAL	Amigável Bonita Jovem Não é Exibida Não é Grosseira Não é Tímida Simpática	Não é Divertida Não se Casaria Não seria Boa Namorada Velha	Amigável Boa Namorada Bonita Casaria Divertida Jovem Não é Exibida Não é Grosseira Não é Tímida Simpática	Não é Divertida Velha

(Fonte: Souza, 2017; Avelheda Bandeira, 2019)

Os resultados acima indicam que o fenômeno do alteamento vocálico é passível de estigma, dadas as avaliações negativas ao usuário da variante alta. Claramente está-se diante do fenômeno do prestígio encoberto (Labov, 1972), segundo o qual as variantes de um fenômeno linguístico estão associadas à identidade social do informante, ao pertencimento ou não a uma determinada classe social ou mesmo a uma comunidade de fala.

Nesse sentido, o comportamento de homens e mulheres em relação ao alteamento pretônico é divergente, uma vez que aqueles atribuíram um maior desprestígio ao indivíduo usuário da variante alteada. Embora as mulheres tenham se mostrado mais sensíveis à percepção do alteamento, os homens avaliaram mais negativamente o fenômeno. Tal constatação se comprova pelos resultados relativos aos critérios *grau de escolaridade*, *região*

de origem, situação comunicativa ou grau de formalidade, demonstrando, ainda, forte reação subjetiva negativa em relação à competência e à atratividade social do indivíduo.

5. Em conclusão ou revisitando as categorias de Labov (2001)

Diante dos resultados comparativos dos condicionamentos sociais e dos testes de avaliação subjetiva, é possível discutir as categorias propostas por Labov (2001, p. 196), segundo o qual os fenômenos linguísticos são classificados como (i) indicadores, se “parecem ter pouca força avaliativa”, isto é, se se encontram abaixo do nível de consciência do informante, se são “estratificados por faixa etária, região e classe social” e se são “difíceis de serem detectados”; (ii) marcadores, se “adquirem reconhecimento social, normalmente em forma de estigma, o que se reflete em forte estratificação social, em uma íngreme curva de alternância estilística e em respostas negativas a testes de reações subjetivas”; ou (iii) estereótipos, se são fenômenos linguísticos cujas formas são “socialmente marcadas, rotuladas enfaticamente pela sociedade”, se “se tornam tópico de comentários abertos, com um rótulo descritivo que pode ser tão distinto da produção factual que os falantes não percebem que eles mesmos empregam a forma”.

Do ponto de vista dos fatores condicionantes, observa-se que a ocorrência de alteamento pretônico é estratificada por idade, sendo mais recorrente entre falantes mais idosos, e por classe social, sendo mais recorrente entre informantes menos escolarizados, enquadrando o fenômeno como um *indicador*. No entanto, os resultados da avaliação subjetiva indicam que o fenômeno não se encontra abaixo do nível de consciência do informante, ou seja, tem força avaliativa. Além do mais, há alternância estilística, com a vogal alteada preferida em contextos de menor formalidade. Os testes de reação subjetiva revelam avaliações negativas, sendo o alteamento relacionado à menor condição financeira, a uma posição subalterna em contratos profissionais, a idades mais avançadas e a um preconceito social pela maneira como se fala. Portanto, pode ser considerado um *marcador*. Ressalte-se, ainda, que há casos de alteamento que podem chegar mesmo a constituir um *estereótipo*: *cat[i]g[u]ria*, *acad[i]mia*, *d[u]cumentos*, *pr[u]*

fissional, ocorrências que não são comumente registradas na fala carioca e que causam estranhamento aos respondentes.

Assim sendo, cumpre rever essa classificação estanque de categorias analíticas e reconhecer que há um *continuum* entre elas, havendo membros mais prototípicos ou exemplares, mas membros que se localizam em um limiar dessas categorias, mais periféricos. É o que se entende que acontece com o alteamento pretônico, que se localizaria, segundo essa nova abordagem, em um limiar entre *indicadores*, o que se justifica por apresentar estratificação por idade, por região e por classe social, e *marcadores*, o que se justifica por despertar consciência social e por ser detectado inclusive por leigos. Essa localização mais periférica poderia ser atribuída, principalmente, a questões de natureza linguística, uma vez que se trata de palavras cuja realização alteada da vogal pretônica desperta certa estranheza aos ouvintes, podendo o alteamento ser tão pouco usual na fala carioca que leva à estigmatização social do indivíduo, enquadrando, nesse caso, como um *estereótipo*.

REFERÊNCIAS:

- Avelheda, A. C. da C.; Batista da Silveira, E. F. 2011a. Vogais médias pretônicas: uma análise pancrônica. In: *VII Congresso Internacional da ABRALIN*, 2011, Curitiba. VII Congresso Internacional da ABRALIN, v. 1. p. 465-479.
- Avelheda, A. C. da C.; Batista da Silveira,, E. F. 2011b. Alteamento das vogais médias pretônicas nas cidades de São Fidélis e Rio de Janeiro: uma análise comparativa. In: *VII Congresso Internacional da ABRALIN*, 2011, Curitiba. Anais do VII Congresso Internacional da ABRALIN, v. 1, p. 450-464.
- Avelheda, A. C. da C.; Batista da Silveira,, E. F.; Souza, S. C. G. 2017. Avaliação do Uso Variável das Pretônicas: Estudos Preliminares de Crenças e Atitudes. *Letrônica*, v. 10, n. 1, janeiro-junho. Disponível em: <www. <http://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/letronica/article/view/24929/16334>> .
- Avelheda Bandeira, A. C. da C. 2019. *Alteamento Pretônico no Município do Rio de Janeiro: Avaliação Subjetiva e Fatores Condicionantes*. 286 p. Tese (Doutorado em Língua Portuguesa). Rio de Janeiro: UFRJ/FL.

- Bisol, L. 1981. *Harmonia vocálica: uma regra variável*. 332 p. Tese (Doutorado em Linguística) – Faculdade de Letras, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro.
- Botassini, J. O. M. 2012. Crenças e Atitudes Linguísticas: um estudo dos róticos em coda silábica. In: Altino, F. (org). *Múltiplos olhares sobre a Diversidade Linguística: nos caminhos de Vanderci de Andrade Aguilera*. Londrina: MidioGraf.
- Callou, Dinah & Leite, Yonne. 1999. *Iniciação à fonética e à fonologia*. 6. ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar.
- Chambers, J. K. & Trudgill, P. 1980. *Dialectology*. Cambridge: Cambridge University Press.
- Eckert, P. 2012. Three Waves of Variation Study: The Emergence of Meaning in the Study of Sociolinguistic Variation. In: *Annual Review of Anthropology*. Vol. 41: 87-100 (Volume publication date October 2012). First published online as a Review in Advance on June 28. <https://doi.org/10.1146/annurev-anthro-092611-145828>
- Guy, G. R. & Zilles, 2007. A. *Sociolinguística quantitativa: instrumental de análise*. São Paulo: Contexto.
- Labov, William. 1972. *Language in the inner city: studies in the Black English vernacular*. Philadelphia: University of Pennsylvania Press.
- Labov, W. 1981. What can be learned about change in progress from synchrony descriptions. In: Sankoff, David & Cedergren, Henrietta (Ed.). *Variation Omnibus*. Carbondale; Edmonton: Linguistic Research. p.177-199.
- Labov, W. 2001a [1994]. *Principles of Linguistic Change: Internal Factors*. Vol. 1. Blackwell Publishers.
- Labov, W. 2001b [1994]. *Principles of Linguistic Change: Social Factors*. Vol. 2. Blackwell Publishers.
- Labov, W. 2008 [1972]. *Padrões Sociolinguísticos*. Trad. Marcos Bagno, Maria Marta Pereira Scherre & Caroline R. Cardoso. São Paulo: Parábola Editorial.
- Lambert, W. E. 1972. Evaluational Reactions to Spoken Languages; A Social Psychology of Bilingualism. In: Dil, A. S. (Org.). *Language, Psychology and Culture: Essays by Wallace E. Lambert*. California: Stanford University Press.
- Machado Vieira, M. dos S. & Esteves, G. A. T. 2009. Metodologia de avaliação subjetiva de usos linguísticos em variação. In: Lopes, C. & Reich, U. *Romania. Variação Linguística em Megalópoles Latino-Americanas*, 39: 237-266.
- Oliveira, M. A. 1991. A controvérsia neogramática reconsiderada. *International Journal of the Sociology of Language*, n. 89, pp. 93-105. Disponível em: <http://portal.pucminas.br/imagedb/mestrado_doutorado/publicacoes/PUA_ARQ_ARQUI20121017140131.pdf>.

- Oushiro, L. 2016. *Curso Introdução ao Rbrul e análises de natureza sociolinguística variacionista*. Universidade Federal do Rio de Janeiro, Faculdade de Letras.
- Roncarati, C. 2008. Prestígio e preconceito linguísticos. *Cadernos de Letras da UFF* – Dossiê: Preconceito linguístico e cânone literário, no. 36, p. 45-56, 1. sem.
- Viegas, M. do C. 1987. *Alçamento de vogais pretônicas: uma abordagem sociolinguística*. Dissertação (Mestrado em Linguística) – Faculdade de Letras, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte. 231 p.
- Souza, S. C. G. 2017. *Alteamento das vogais médias pretônicas no município do Rio de Janeiro: Décadas 70, 90 e 2010 / Estudo de Crenças e Atitudes*. 247 p. Dissertação (Mestrado em Língua Portuguesa). Rio de Janeiro: UFRJ/FL.
- Weinreich, U., Labov, W. & Herzog, M. I. 2006 [1968]. *Fundamentos empíricos para uma Teoria da Mudança Linguística*. Trad. Marcos Bagno. São Paulo: Parábola Editorial.

(Observação)

P.R. = Peso relativo é o desvio da média ponderada que tem por objetivo equilibrar os percentuais, indicando a tendência ou não à ocorrência de um fenômeno linguístico. A média ponderada é 0.50. Um fenômeno tende a ocorrer quanto mais próximo de 1,0 for esse valor (Cf. Guy & Zilles, 2007, p. 86-87).

Sobre a escalaridade dos adjetivos adverbiais modais

Inês Cantante

inescantante3195@gmail.com

Faculdade de Letras da Universidade do Porto (Portugal)

ABSTRACT

The present work studies a particular type of adjectives, the modal adverbial adjectives, which, when applied to a noun, do not modify it directly, rather indicating how a certain concept can be applied to that noun (Demonte, 1999); they are designated modals because they convey a certain modal value. In the present study, we used a concept of modality based on Oliveira & Mendes, (2013) work, which distinguishes five categories for modality: epistemic, deontic, internal to the participant, external to the participant and desiderative. To assess the scalar character of the modal adjectives, eleven adjectives were selected, belonging to three classes of modality: epistemic, deontic and desiderative. In order to test such scalarity, we used three constructions: quantification - *muito* (*very/much*) and *pouco* (*little*) –, combination with adverbs indicating totality – *completamente* (*completely*) and *totalmente* (*totally*) (based on the notion of *proportional modifiers*, inherited from Kennedy & McNally, 2005) and, lastly, combination with adverbs indicating partiality - *praticamente* (*practically*) and *quase* (*almost*). The results allowed us to draw some relevant conclusions regarding these adjectives, among which the idea that the proportional modifiers do more than assess the type of scale projected by gradable adjectives; the adverbs of totality considered may, depending on the adjective with which they are combined, induce different readings: readings that indicate that the limit/maximum point of the scale has been reached, mereological readings, intensity readings and, finally, a reading of epistemic reinforcement, equivalent to *there is no doubt*. Finally, the adverbs of partiality are used to attenuate the adjectives' modal force. However, they seem to assess different modal values: *praticamente* (*practically*) keeps the modal value of the complex [adverb + adjective] very close to the basic value of the adjective (when isolated). With *quase* (*almost*), on the other hand, the distance between the value of the isolated adjective and the value of the complex [adverb + adjective] may be greater.

KEYWORDS

Modal adjectives; Scalarity; Quantification; Adverbs indicating totality; Adverbs indicating partiality.

RESUMO

O presente trabalho estuda um tipo particular de adjetivos, os adjetivos adverbiais modais, que, quando aplicados a um nome, não o modificam diretamente, antes indicando de que forma é que um determinado conceito se aplica a esse nome (cf. Demonte, 1999); daí advém a designação de modais, já que estes adjetivos estão, na maior parte das vezes, associados à

veiculação de um determinado valor modal. Servimo-nos, neste estudo, da classificação de modalidade de Oliveira & Mendes (2013), que distingue cinco tipos de modalidade: epistémica, deôntica, interna ao participante, externa ao participante e desiderativa. Para avaliar o caráter escalar dos adjetivos modais estudados, foram selecionados onze adjetivos, pertencentes às modalidades epistémica, deôntica e desiderativa e, de forma a testar a escalaridade, foram utilizadas três construções: quantificação através de *muito* e *pouco* , combinação com os advérbios de totalidade, *completamente* e *totalmente* (com base na noção de *proportional modifiers* , herdada de Kennedy & McNally, 2005) e, por fim, a combinação com os advérbios de parcialidade *praticamente* e *quase* . Os resultados permitiram chegar a algumas conclusões importantes em relação a estes adjetivos, entre as quais o facto de o efeito dos *proportional modifiers* combinados com estes adjetivos ultrapassar a avaliação da escala associada aos adjetivos escalares; os advérbios de totalidade estudados poderem, consoante o tipo de adjetivo com que se combinam, induzir diferentes leituras: leitura de limite escalar, leitura mereológica, leitura de intensidade e, por fim, leitura de reforço epistémico, parafraseável por *não há dúvidas* . Já os advérbios de parcialidade, embora ambos sirvam para atenuar a força modal, parecem contribuir para forças modais diferentes: *praticamente* mantém o valor modal muito próximo do valor básico do adjetivo (isolado) e *quase* deixa, em certa medida, em aberto a distância entre o valor do adjetivo combinado com o advérbio e o valor básico do adjetivo.

PALAVRAS-CHAVE

Adjetivos modais; Escalaridade; Quantificação; Advérbios de totalidade; advérbios de parcialidade.

1. Introdução

Os adjetivos têm sido uma área bastante estudada em várias línguas, embora não haja ainda um consenso acerca da sua classificação. No entanto, existe um tipo particular de adjetivos, os adjetivos adverbiais (cf. Demonte, 1999), que têm sido muito pouco estudados, podendo, apenas, salientar-se, para o Português Europeu, Ferreira (2013), que estudou um subtipo de adjetivos adverbiais, os temporo-aspetuais.

Assim, não só por os adjetivos modais, que são objeto de análise neste trabalho, serem pouco estudados, em Português e noutras línguas, mas também por serem de uso muito comum em Português Europeu (doravante PE), parece fundamental aprofundar o estudo destes adjetivos.

Para este trabalho, foi selecionado, a partir de uma lista inicial mais vasta, um conjunto de onze adjetivos de raiz modal, tendo por base as

seguintes três modalidades (cf. van der Auwera & Plungian, 1998; Oliveira & Mendes, 2013): epistémica (*possível, provável, necessário, impossível, improvável, desnecessário*), desiderativa (*desejável, indesejável*) e deontica (*proibido, permitido, obrigatório*).

Com efeito, são escassos os estudos sobre adjetivos modais, dado que para o PE apenas são feitas menções muito breves em Veloso & Raposo (2013) e, para o Português do Brasil, existem alguns trabalhos sobre adjetivos modais terminados em *-vel*, o que inclui adjetivos como *lavável* e *legível*, parafraseáveis por *que se pode lavar* ou *que se pode ler* (cf. Moreira, 2014; 2015), que não são objeto deste trabalho. Note-se, no entanto, que estes estudos não discutem a natureza semântica dos adjetivos modais, que, ou são, apenas, brevemente mencionados, ou, no caso dos adjetivos modais terminados em *-vel* (cf. Moreira, 2014; 2015), a questão que se coloca é a modalização construída através do sufixo *-vel*.

Uma das propriedades bastante estudadas acerca dos adjetivos é a graduabilidade, isto é, o facto de estarem ou não associados a valores escalares. Tipicamente, os trabalhos que analisam a escalaridade associada aos adjetivos focam-se, sobretudo, nos qualificativos (Kennedy & McNally, 2005; Veloso & Raposo, 2013, entre outros). Este tipo particular de adjetivos tem, também, a característica de poder aparecer em posição atributiva e predicativa, o que não se verifica, por exemplo, com os adjetivos relacionais (cf. Veloso & Raposo, 2013: 1383).

Também os adjetivos modais considerados neste estudo podem ocorrer nas duas posições. Assim, e tendo em conta esta semelhança, parece relevante investigar se, também no que diz respeito à escalaridade, estes adjetivos podem aproximar-se. Apesar de alguns autores reconhecerem que “entre as restantes classes e subclasses, são graduáveis os adjetivos modais e os avaliativos” (Veloso & Raposo, 2013: 1415), e de já terem sido feitos trabalhos sobre outros tipos de adjetivos (cf. Ferreira, 2013; Kennedy & McNally, 2005), não existem estudos que procurem investigar esta problemática. Coloca-se, portanto, a questão de saber se, tal como os qualificativos, estes adjetivos modais, são, efetivamente, graduáveis e, caso sejam, se têm escala aberta ou fechada.

Este estudo fundamenta-se num corpus constituído por 664 exemplos,

retirados, em grande parte, do Cetem Público¹, mas também, sempre que necessário, de outros jornais online (para manter o mesmo tipo de escrita). Ainda, em certos casos, só foram encontradas ocorrências em comentários, fóruns de discussão ou blogues.²

A pesquisa foi feita de acordo com vários parâmetros, como a combinação com os quantificadores *muito* e *pouco* , a combinação com os advérbios de totalidade e de parcialidade selecionados e, ainda, a posição em que os adjetivos ocorriam, i.e., atributiva ou predicativa. A análise é qualitativa, não sendo objetivo deste trabalho um estudo quantitativo.

O presente trabalho estrutura-se da seguinte forma: numa primeira fase, introdutória, apresentam-se de forma breve alguns aspetos relevantes, no que diz respeito aos adjetivos e à modalidade. De seguida, apresenta-se, com mais detalhe, o tópico a estudar, isto é, o carácter escalar dos adjetivos modais, fazendo uma breve clarificação de alguns conceitos importantes para o estudo da escalaridade, e serão apresentadas as construções que serão usadas para testar o comportamento dos adjetivos selecionados. Na secção seguinte, verificamos qual o comportamento dos adjetivos modais nessas construções. Por fim, a última secção é dedicada às conclusões principais do estudo realizado.

2. Sobre adjetivos e modalidade

Falar sobre adjetivos adverbiais modais implica uma conceção baseada em duas áreas, a do adjetivo e a da modalidade, uma vez que só esta noção 'conjunta' pode dar conta da complexidade deste tipo de adjetivos. Na realidade, a dificuldade é acrescida, se tivermos em conta que as próprias áreas do adjetivo e da modalidade estão, ainda, em discussão. Por essa razão, convém esclarecer quais os trabalhos que serviram de base ao nosso estudo.

¹ Todos os exemplos cuja referência comece por *par-ext* são retirados desta base de dados.

² Foram respeitados todos os critérios de pesquisa que garantem que os exemplos foram escritos em Português Europeu; no entanto, nem sempre possível garantir que foram escritos com um total respeito pelas regras gramaticais da língua, já que, em alguns casos, foram retirados de comentários, blogues, entre outros (que são plataformas em que qualquer utilizador pode escrever).

2.1. Sobre adjetivos

O estudo dos adjetivos é vasto, mas, ainda hoje, a definição de ‘adjetivo’ é pouco consensual, bem como o são as propostas para a sua classificação.

De forma breve, podemos afirmar que os adjetivos se combinam com nomes, com a função de lhes atribuir propriedades ou modificá-los (Demonte, 1999), podendo apresentar-se antepostos ou pospostos ao nome com que se combinam. No entanto, embora nem sempre seja fácil explicar a diferença nas leituras, a anteposição parece acarretar alguns efeitos estilísticos que a posposição nem sempre faz.³ De qualquer forma, parece ser mais comum o uso do adjetivo em posposição, na medida em que, segundo Rio-Torto (2006: 107), esta é a posição “menos marcada informacionalmente”. Mas os adjetivos, para além da sua posição atributiva, podem também surgir em posição predicativa, embora isso dependa do tipo de adjetivo.

Nas tipologias mais comuns sobre adjetivos, parece ser consensual a divisão entre qualificativos, utilizados para a caracterização de seres/objetos, e relacionais, sempre que os adjetivos estabelecem algum tipo de relação com o nome com que se combinam (cf. Cunha & Cintra, 1984; Demonte, 1999; Brito, 2003; Ferreira; 2013; e Veloso & Raposo, 2013).⁴

Demonte (1999) também considera a divisão entre adjetivos qualificativos e relacionais, mas acrescenta-lhe a classe dos adjetivos adverbiais, fundamentando esta divisão com recurso a vários critérios, nomeadamente a aceitação (ou não) de posição predicativa, a compatibilidade com estruturas comparativas e modificação por advérbios de grau e, por fim, a capacidade de serem termos de correlações de polaridade, ao participarem em sistemas binários (cf. Demonte, 1999: 138).

É dentro desta classe que a autora inclui os adjetivos adverbiais

³ Este facto foi constatado por Cunha & Cintra (1984), que consideram que os adjetivos na ordem direta [Nome + Adjetivo] têm uma conotação mais ‘objetiva’ do que quando são utilizados na ordem inversa [Adjetivo + Nome], em que assumem um tom mais ‘subjetivo’. Também Rio Torto (2006) reconhece que “em anteposição são valorizados os valores expressivos do adjectivo e em posposição os valores informativos ou conotativos” (p.107).

⁴ Para o Português Europeu, faço uma breve chamada de atenção para o trabalho de Veloso & Raposo (2013), que me parece tratar-se de um resumo de diversas propostas de classificação dos adjetivos. De forma resumida, estes autores incluem os adjetivos qualificativos e relacionais na classe dos denotativos, usados para introduzir propriedades ou características adicionais à entidade (podendo assim contribuir para a formação de subclasses de entidades). Todos os adjetivos que sejam utilizados para emitir uma avaliação em relação à entidade que o nome representa pertencem à classe dos adjetivos avaliativos. Nesta classe, são incluídos os adjetivos intensionais e modais, próximos por “não introduzirem propriedades novas, constitutivas ou relacionais, no sentido dos nomes que modificam” (Veloso & Raposo, 2013: 1388). No que diz respeito aos adjetivos modais, Veloso & Raposo (2013) consideram que estes adjetivos exprimem propriedades relacionadas com as circunstâncias em que decorrem os eventos.

intensionais e eventivos (ou circunstanciais) que, por sua vez, se subdividem em adjetivos adverbiais modais, marcadores de intensão ou referência, circunstanciais (de tempo, espaço e modo) e aspetuais. Demonte (1999) justifica a classe dos adjetivos modais com a observação de que “algunos adjetivos, en efecto, sólo sirven para indicar la manera como el concepto o intención de un término se aplica a un determinado referente” (1999: 139). Esses mesmos adjetivos, que caracterizam as situações, têm, ainda, a particularidade de serem intersubstituíveis pela correspondente forma adverbial, mantendo o sentido da frase.⁵ Note-se o exemplo seguinte:

- (1) a. É **possível** que o avião não levante voo, devido ao mau tempo.
b. **Possivelmente**, o avião não levantará voo, devido ao mau tempo.

2.2. Sobre modalidade

Foram já vários os autores que estudaram a temática da modalidade, cujos conceitos fundamentais, como necessidade e possibilidade, remontam à Antiguidade Clássica, podendo destacar-se de Haan (2006), van Linden (2012), Palmer (2001), Kratzer (1981, 2012), von Stechow (2006), entre outros, e, para o Português, Oliveira (1988, 2000) e Oliveira & Mendes (2013). Apesar do grande número de estudos existentes na área, não há, ainda, um consenso “on the proper terminology for modal meanings” (de Haan, 2006: 28). De modo geral, podemos afirmar que os vários autores parecem concordar, por um lado, com a consideração de dois domínios, o da possibilidade e o da necessidade, e, por outro, com a divisão entre modalidade epistémica e deontica.⁶

No presente trabalho, seguimos Oliveira (1988, 2000) e Oliveira & Mendes (2013), que perspetivam a modalidade como uma “forma de exprimir, por meios linguísticos, atitudes e opiniões dos falantes ou das

⁵ Para o Português existem exceções, já que, em certos casos, a substituição pela forma adverbial altera o sentido da frase, como o comprova o exemplo seguinte, que, noto, não se refere a um adjetivo modal:
a. Queres vir almoçar comigo? Vou ao restaurante **habitual**. = restaurante onde é habitual que eu almoce.
b. Vou ao restaurante **habitualmente**. = tenho o hábito de ir ao restaurante.

⁶ Assim, a modalidade epistémica “refers to the degree of certainty the speaker has that what s/he is saying is true” (de Haan, 2006:29), enquanto a modalidade deontica “deals with the degree of force exerted on the subject of the sentence to perform an action. This force can come from the speaker but also from an unspecified third source” (de Haan, 2006: 29).

entidades referidas pelo sujeito sobre o conteúdo proposicional dos enunciados que produzem” (Oliveira & Mendes, 2013: 623) e distinguem cinco categorias básicas de modalidade, que esclareceremos de forma breve e resumida.

A modalidade epistémica centra-se habitualmente nos estudos linguísticos nos domínios da crença e do saber e é utilizada para transmitir o grau de certeza ou incerteza relativamente à possibilidade ou necessidade de ocorrência de uma determinada situação (cf. (2) e (3)). Por sua vez, a modalidade deontica está associada à imposição de regras ou normas, estando, por isso, associada a valores de permissão, obrigação ou proibição. Neste tipo de modalidade, existem sempre duas entidades a considerar: uma sobre a qual se impõem as normas veiculadas e outra, que é detentora do poder para as impor⁷ (cf. (4) – (6)). Já a modalidade interna ao participante está associada a um valor de capacidade interna de uma determinada entidade, e pode dividir-se em inerente (capacidade que o falante/sujeito detém) ou aprendida (adquirida ao longo da vida, através das experiências do falante/sujeito) (cf. (7) e (8)). Sempre que se verifique, devido a fatores não diretamente relacionados com a entidade falante/sujeito (i.e., esta entidade não detém nenhum controlo sobre a situação), a possibilidade ou necessidade de ocorrência de determinadas situações, estamos perante a modalidade externa ao participante (cf. (9)). Por fim, o último tipo de modalidade previsto no quadro de classificação de Oliveira & Mendes (2013) é a modalidade desiderativa. Essencialmente, este tipo de modalidade é utilizado para exprimir uma vontade ou desejo do falante/sujeito (cf. (10)).

- (2) E como **é provável que** as referidas taxas sejam quebradas no futuro, as consequências da reunião de ontem foram curtas e secas. (*par = ext9425-eco-93b-1*)
- (3) Eu **sei que** a Indonésia não vai alterar a sua posição. (*par = ext16279-nd-91b-2*)
- (4) Ou seja: é **obrigatório** que os cidadãos se equipem com sapatilhas,

⁷ Note-se, no entanto, que esta imposição normativa pode ter origem numa entidade agentiva ou não. Se os fatores que impõem a modalidade deontica não forem agentivos, pode haver casos em que esta modalidade se aproxime da modalidade externa aos participantes:

(i) A falta de pastagens, devido à seca do passado Verão, **obrigou a que** os criadores tivessem de se socorrer das farinhas para alimentar o gado, o que encareceu a engorda. (*par = ext261862-soc-96a-2*)

fato de treino e a necessária boa vontade para que, com gosto, se proponham calcorrear as margens do Mondego. (*par=ext12081-soc-96a-1*)

- (5) «Depois do pôr do sol, **é proibido** circular». (*par=ext22753-pol-94b-1*)
- (6) Vá lá, **podes** dormir. “ (*par=ext152224-nd-98b-2*)
- (7) (...) Afinal **és capaz de** distinguir o bom do mau e qualquer outra contradição (...). (*par=ext27992-clt-98a-2*)
- (8) Mas **eu consigo** esconder-me. (*par=ext556057-nd-91b-2*)
- (9) Hoje, **as circunstâncias exigem de nós** uma maior unidade nacional, que é o nosso escudo. (*par=ext610034-pol-94b-2*)
- (10) Só **espero que** tudo continue a correr bem. (*par=ext27436-des-96b-1*)

Nota, ainda, que existem vários meios linguísticos de expressar a modalidade, entre os quais se podem destacar os verbos modais (semiauxiliares ou plenos), os advérbios e locuções adverbiais, os adjetivos e nomes, mas também os modos verbais, certos tempos gramaticais e alguns sufixos derivacionais (como por exemplo *-vel*) (cf. Oliveira & Mendes, 2013).⁸

2.3. Sobre adjetivos e escalaridade

A classe dos adjetivos está, muitas vezes, associada a construções escalares. Kennedy & McNally (2005) estudaram o tema da escalaridade, mais diretamente aplicado a adjetivos, isto é, adjetivos graduáveis. Ao analisar estes adjetivos, Kennedy & McNally (2005) constatam que “denotam funções de objetos para representações abstratas de medição, ou graus, numa escala” (Leal, Ferreira & Cunha, 2011: 317). Ao definir que os graus são “points or intervals partially ordered along some dimension (e.g. height, cost, weight, and so forth; (...))”, então, uma escala será “the set of ordered degrees” (Kennedy & McNally, 2005: 349), podendo a escala

⁸ Além da possibilidade de vários meios linguísticos para expressão da modalidade, uma mesma construção pode ganhar diferentes significados, ao combinar-se com diferentes contextos, como nota Neves (2000), ao afirmar, relativamente aos verbos modais, que, “na sua interpretação, comunicam significados contextuais diferentes, como consequência da sua interação com outros elementos do contexto” (2000: 121).

associada aos adjetivos graduáveis ser aberta ou fechada. Os *proportional modifiers*, conceito introduzido por estes autores, são usados como um critério para verificar o tipo de escala associado a cada adjetivo: sempre que haja compatibilidade com estes modificadores, os adjetivos deverão ter escala fechada e se, pelo contrário, forem incompatíveis, a escala projetada pelos adjetivos deverá ser aberta⁹.

Também sobre escalaridade, em que a noção de modalidade igualmente está incluída, é, ainda, importante mencionar os trabalhos de Horn (1989)¹⁰, cujo objetivo principal foi estabelecer escalas para vários domínios na relação entre o negativo e o positivo. Entre esses domínios, estão incluídos alguns adjetivos modais em Inglês. A relevância deste trabalho passa, não só pelo facto de haver uma organização segundo a força modal relativa de cada um dos adjetivos (em valores que se situam entre 0, 0.5 e 1, representando 0 o topo mínimo da escala e 1 o topo máximo), mas também pela existência de escalas distintas para valores positivos e negativos, pois, como afirma o autor, “positive and negative quantifiers, modals, and related operators must be represented on distinct, though related, scales” (Horn, 1989: 235).

Uma questão que se coloca é verificar se a escala que Horn (1989) propôs para o Inglês se adapta ao Português, tendo em conta os mesmos adjetivos.

Tabela 1 – Forças modais nas escalas de Horn (1989)

Valores	Escala Positiva	Escala Negativa
0	<i>Possible</i>	<i>Unnecessary</i>
0.5	<i>Probable/Likely</i> <i>Desirable</i> <i>Allowed</i>	<i>Improbable/unlikely</i> <i>Undesirable</i>
1	<i>Necessary, Obligatory/ mandatory</i>	<i>Impossible</i> <i>Prohibited/forbidden</i>

⁹ Segundo os mesmos autores, uma **escala fechada** é aquela que tem limite mínimo e máximo e uma **escala aberta** a que não tem valores mínimos ou máximos. Kennedy & McNally (2005) referem, ainda, as escalas parcialmente fechadas, em que existe um valor mínimo ou um valor máximo, mas não ambos (cf. Kennedy & McNally, 2005: 348).

¹⁰ Também para o Português, existem trabalhos importantes que focam a escalaridade de certos predicados, como, por exemplo, os *Degree Achievements* (cf. Leal & Oliveira, 2015; Leal, Ferreira & Cunha, 2011).

Notem-se, no entanto, dois aspetos importantes. O primeiro é que, seguindo o raciocínio de Horn (1989), foram incluídos, na mesma escala, adjetivos de todos os tipos de modalidade estudados no presente trabalho (i.e., epistémicos, deônticos e desiderativos). Ainda, é importante notar que os adjetivos que, na escala positiva, ocupam os topos máximo e mínimo, ocupam os topos opostos na escala negativa correspondente.

Preende-se, assim, verificar se os adjetivos que estamos a estudar, i.e., adjetivos modais, têm, tal como os adjetivos estudados por Kennedy & McNally (2005) e Kennedy & Levin (2008), carácter escalar. Tendo em conta os exemplos (cf. (11) e (12)) abaixo, parece possível assumir que sim. Apesar de ambos os exemplos relacionarem adjetivos de modalidades diferentes, parece verificar-se um reconhecimento, por parte dos falantes, da existência de uma escala que organiza as forças modais dos adjetivos e que pode, ainda, ser reforçada (*claramente desejável*) ou minimizada (*pouco provável*).

- (11) É desejável, mas **pouco provável**, o cenário que acabei de descrever.
(par = ext45264-pol-95a-2)
- (12) Mas, se **não** era **necessário**, o referendo é **desejável – claramente desejável**. (par = ext86199-opi-96a-1)

Para testar o comportamento escalar dos adjetivos, recorrer-se-á a três tipos de construções. A primeira é a combinação com os quantificadores *muito* e *pouco*, para compreender se estes adjetivos aceitam o movimento para pontos mais elevados ou mais baixos da escala. Posteriormente, seguindo Kennedy & McNally (2005), será, também, investigado qual o comportamento dos adjetivos modais quando combinados, em primeiro lugar, com advérbios de totalidade (*totalmente* e *completamente*) e, em segundo lugar, com advérbios de parcialidade (*praticamente* e *quase*). Estes testes constituem uma forma de verificar, por um lado, se os adjetivos modais têm, efetivamente, carácter escalar e, por outro, se estas escalas são abertas ou fechadas.

3. Adjetivos modais em construções escalares

3.1. Quantificadores

Numa primeira etapa, pretende verificar-se se os adjetivos modais aceitam a combinação com os quantificadores *muito* e *pouco* , e, assim, se podem mover-se para pontos mais elevados ou mais baixos da escala.

Dos adjetivos em estudo, verificamos que os adjetivos relativos à modalidade epistémica (*possível* , *provável*) e desiderativa (*desejável*) aceitam a combinação, tanto com *muito* como com *pouco* , quer em posição atributiva, quer em posição predicativa, como os seguintes exemplos permitem comprovar¹¹.

(13) Para Delgado Domingues, ou se implode a torre existente, uma **solução pouco provável** , ou se autoriza a segunda. (*par = ext73353-soc-97a-2*)

(14) E Jorge Gil diz que **é muito possível** que toquem de novo em Portugal... (*par = ext134525-clt-96b-1*)

Seguindo Horn (1989), o adjetivo *necessary* encontra-se no topo da escala e, por essa razão, merece especial atenção. Poderia ponderar-se a adequação da combinação de *necessário* com *muito* , já que este quantificador, particularmente, tem a função de fazer com que os adjetivos se movam para pontos mais elevados da escala e, se este adjetivo se encontra no topo da escala, então não deveria poder atingir pontos mais elevados. Aquilo que se verifica, no entanto, é que este adjetivo parece aceitar, sem qualquer limitação, esta combinação (cf. (15)), o que nos leva a admitir que, em PE, contrariamente ao que se passa para o Inglês, *necessário* não deverá representar um topo de escala.

¹¹ Por limitações de espaço, não é possível apresentar exemplos para todos os adjetivos seleccionados. Assim, no final de cada secção, será apresentada uma tabela, dando conta dos resultados obtidos para a totalidade dos adjetivos estudados.

(15) E agora, o seu **muito necessário** exame de consciência foi aparentemente adiado: parece que assuntos mais urgentes os aguardam. (*par = ext46109-nd-96b-3*)

Assim, pode afirmar-se que as formas positivas dos adjetivos deste estudo se combinam bem com ambos os quantificadores, *muito* e *pouco*.

Recorrendo ao mesmo tipo de procedimento, mas, desta vez, em relação às formas negativas dos adjetivos, tendo em conta os adjetivos pertencentes à modalidade epistémica e desiderativa, deve salientar-se a diferença entre *impossível*, por um lado, e *improvável* e *indesejável*, por outro, já que o primeiro rejeita a combinação com *muito* e os segundos não. O exemplo abaixo, o único encontrado e difícil de processar e de aceitar, comprova que, ao contrário do que sucede com *necessário*, *impossível* não parece aceitar a combinação com *muito*.

(16) E tal efeito de explosão; tal efeito de fazer de um verso muitas imagens, é um efeito muito químico, **muito impossível** e muito humano.¹²

Também para o quantificador *pouco*, com este adjetivo, não houve qualquer ocorrência. Estas dificuldades de aceitação com os quantificadores comprovam o caráter de topo escalar deste adjetivo, conforme acontece para o Inglês (cf. Horn, 1989).

Na realidade, em relação a *pouco*, foi possível constatar que nenhuma das formas negativas dos adjetivos admite a combinação com este quantificador.¹³ Tal comportamento pode dever-se ao facto de que a combinatória entre *pouco* e estes adjetivos deveria fazê-los subir ligeiramente na escala negativa (isto é, por exemplo, o valor de *pouco desnecessário*, se esta construção fosse possível, seria superior ao valor de, apenas, *desnecessário*). Assim,

¹² Sociedade Portuguesa de Autores. (2017) Mensagem de Gonçalo M. Tavares à SPA acerca do Dia da Poesia. Disponível em <https://www.spautores.pt/comunicacao/noticias/dia-mundial-da-poesia-2017> [Consult. 15.12.2017]

¹³ Se atentarmos numa construção do tipo *Isso é pouco improvável*, tal deverá querer dizer que o que é designado por *isso* tem, efetivamente, probabilidade de ocorrer. Ora, ao analisar alguns exemplos encontrados com esta construção, parece-me que os autores pretendem dizer *pouco provável* e, por isso, deverão ser consideradas grralhas: (i) Dinamarca considera pandemia controlada e **pouco improvável** uma segunda vaga (Retirado de HealthNews. Disponível em <https://healthnews.pt/2020/05/12/dinamarca-considera-pandemia-controlada-e-pouco-improvavel-uma-segunda-vaga/> [Consult. Jun 2020])

o que, provavelmente, acontece é que esse comportamento é contrário ao sentido de *pouco*, que remete para partes mais baixas da escala¹⁴ e, talvez por essa razão, estes adjetivos não se possam combinar com este quantificador.¹⁵

Quanto aos adjetivos que expressam a modalidade deôntica, verificou-se que, em relação a *proibido*, não foi encontrada qualquer ocorrência.¹⁶ No entanto, os restantes adjetivos do grupo dos deônticos registaram ocorrências, como comprovam os exemplos seguintes.

(17) Os bons amigos do IPródigo (um site brasileiro **muito obrigatório** de sabor reformado) perderam uma hora a conversar comigo.¹⁷

(18) O consumo de álcool está **muito permitido** e há muita influência da publicidade.¹⁸

Note-se, porém, que as leituras associadas a estes exemplos não são leituras de movimento escalar. Com efeito, as únicas interpretações possíveis são as que envolvem uma leitura parafraseável por *proibido/permitido em muitas situações* ou *por/para muitas pessoas*.

Vejam-se nas seguintes tabelas os resultados gerais para todos os adjetivos estudados.

¹⁴ Note-se que a análise feita tem em conta o quantificador *pouco*, que não deve ser confundido com *um pouco*. Esta diferença foi já notada por Ducrot (1972), que considera que uma das diferenças entre *pouco* e *um pouco* é o facto de o primeiro ser uma espécie de 'negação atenuada'. Assim, para este autor, enquanto *pouco* retira uma propriedade (por exemplo *pouco útil*), *um pouco* mantém a existência da propriedade, mas em menor quantidade (*um pouco útil*) (cf. Ducrot, 1972).

¹⁵ Um avaliador sugeriu que talvez fossem possíveis ocorrências deste tipo com *pouco invulgar*. No entanto, vários informantes concordam que esta sugestão seria mais aceitável com a expressão *um pouco*, já que, com *pouco*, parece difícil de aceitar.

¹⁶ Existem algumas ocorrências em que há adjacência de *pouco* e *proibido*, sendo, todas elas, construções do tipo *um pouco proibido*, o que nos leva a ponderar se se trata de casos de atenuação do que é dito (isto é, não há, efetivamente, proibição, mas está implícita uma não recomendação).

¹⁷ Cavaco, T. O. (2011, Janeiro 10). Terror e Oração. [Publicação em blogue]. Voz do deserto. Disponível em <http://vozdodeserto.blogspot.pt/2011/01/> [Consult. 15.12.2017]

¹⁸ Cruz, Elisabete. (2017, Junho 1). Javier Urra, psicólogo: "para as crianças, brincar é tão necessário como o alimento". Jornal de Leiria. Disponível em <https://www.jornaldeleiria.pt/noticia/javier-urra-psicologopara-criancas-brincar-e-tao-necessario-6543> [Consult. 15.12.2017]

Tabela 2 – Adjetivos Modais em Posição Atributiva

	Muito	Pouco
Possível	+	+
Impossível	+	-
Necessário	+	+
Desnecessário	+	-
Provável	+	+
Improvável	+	-
Desejável	+	+
Indesejável	+	-
Obrigatório	-	-
Proibido	-	-
Permitido	+	-

Tabela 3 – Adjetivos Modais em Posição Predicativa

	Muito	Pouco
Possível	+	+
Impossível	-	-
Necessário	+	+
Desnecessário	+	-
Provável	+	+
Improvável	+	-
Desejável	+	+
Indesejável	+	-
Obrigatório	-	-
Proibido	-	-
Permitido	+	-

3.2. Advérbios indicadores de totalidade: *completamente* e *totalmente*

Numa segunda etapa, de forma a verificar até que ponto se pode considerar que tais adjetivos são escalares e quais os tipos de escalas envolvidos, recorreu-se aos modificadores *completamente* e *totalmente*. Com efeito, com base em Kennedy & McNally (2005) e, também, Kennedy & Levin (2008), que apresentam não só uma definição dos conceitos de **grau** e de **escala**, como também o conceito de *proportional modifiers* – critério fundamental para compreender se as escalas associadas aos adjetivos são abertas ou fechadas –, considerámos importante estudar a compatibilidade dos adjetivos modais com estes modificadores.¹⁹

De facto, verifica-se que, em posição atributiva (cf. (19) – (21)), os adjetivos modais em estudo são compatíveis com estes advérbios, tanto os topos de escala (cf. (19)), como os restantes casos.

¹⁹ De forma breve, pode dizer-se que, sempre que um adjetivo se apresente compatível com os *proportional modifiers*, i.e., advérbios do tipo *completamente* e *totalmente* – apenas em casos em que este conjunto (adjetivo + advérbio) denote o atingir do máximo da escala –, este terá uma escala fechada. Se, pelo contrário, houver incompatibilidades entre adjetivos e advérbios que denotam o atingir do máximo da escala, os adjetivos terão escala aberta.

(19) É um produto **completamente obrigatório**, que deve andar sempre connosco e que promete ser o nosso melhor amigo.²⁰

(20) Exemplo mais marcante, **totalmente permitido** por lei, foi a do último júri em que participei e fui arguente, porque o trabalho tinha sido feito em boa parte no meu laboratório.²¹

(21) O FMI nunca deixa de ser, apenas, um banco – e é essa a própria natureza do seu papel indispensável e **totalmente necessário**.
(par = ext128184-po/94a-1)

Ainda no que diz respeito à posição atributiva, não é absolutamente irrelevante utilizar um ou outro dos advérbios.²²

Em relação à posição predicativa, todos os adjetivos aceitam a combinação com ambos os advérbios; vejam-se alguns exemplos (cf. (22) – (24)).

(22) A Air01 traz um suporte para ser encaixado na parte de trás do equipamento, apesar de isso não ser **totalmente obrigatório** devido à ausência de ligação por cabo.²³

(23) “Acreditamos que é **completamente possível** atingir esse valor aqui”.²⁴

(24) Luaty Beirão “é **completamente necessário**” ao processo urgente de democratização que Angola precisa, sustentou a viúva do Nobel da Literatura José Saramago.²⁵

²⁰ “Rita” (2015). Hoje como Antigamente... Disponível em <https://inspiracaoacores.blogs.sapo.pt/tag/beleza> [Consult. 27.11.2017]

²¹ Costa, J. V. (s.d.). Doutoramento Sacrificial. Disponível em http://jvcosta.net/artigos/doutoramento_sacrif.html [Consult. 28.11.2017]

²² Note-se que, em posição atributiva, há variação quanto à aceitabilidade com um ou outro dos advérbios, sendo a distribuição a seguinte:

Completamente:

Aceita a combinação com *provável, desejável, proibido e obrigatório*;

Rejeita a combinação com *possível, necessário e permitido*.

Totalmente:

Aceita a combinação com *necessário, proibido, permitido* (1 caso), *obrigatório, e desejável* (1 caso);

Rejeita a combinação com *possível e provável*.

²³ “Casa dos Bits” (2015, Fevereiro 5) Sabia que pode tirar fotografias de 16 megapixels com o seu smartphone? [Publicação em blogue] SapoTek. Disponível em <http://tek.sapo.pt/multimedia/art>

²⁴ Faria, R. (2016, Novembro 8). Anda tudo à procura de um milhão de euros. Jornal de Negócios. Disponível em <https://www.jornaldenegocios.pt/empresas/web-summit/detalhe/anda-tudo-a-procura-de-um-milhao-de-euros> [Consult. 27.11.2017]

²⁵ Porto Canal com Agência Lusa. (2015, Outubro 27). Pilar del Rio diz que Luaty Beirão é necessário à democratização de Angola. Porto Canal. Disponível em <http://portocanal.sapo.pt/noticia/72544> [Consult. 27.11.2017]

Em relação às formas negativas dos adjetivos, saliente-se que a posição predicativa permite a combinação de todos os adjetivos modais negativos com ambas as formas dos advérbios de totalidade estudados. Vejam-se, a título ilustrativo, os exemplos abaixo, relativos, não só aos topos de escala (cf. (25) e (26)), mas também aos restantes adjetivos (cf. (27) e (28)).

- (25) É **completamente impossível** dizer que não haverá aumentos para alguns trabalhadores independentes porque cada caso é um caso.²⁶
- (26) Interromper uma gravidez é **totalmente proibido** nos países católicos como as Filipinas, a Colômbia e o Chile, bem como Malta.
(par = ext838714-clt-soc94b-2)
- (27) Com efeito, **parece totalmente improvável** que a Indonésia deixe a tripulação desembarcar em Díli (...). (par = ext1550024-pol-92a-2)
- (28) No caso em apreço, contudo, este estudo clínico **parece-nos completamente desnecessário** dada a clareza dos sintomas (...)
(par = ext1386742-clt-92b-2)

Em relação às formas negativas em posição atributiva, o comportamento é muito semelhante, e todos os adjetivos estudados aceitam combinar-se com ambos os advérbios, como o comprovam os exemplos selecionados para ilustrar este fenómeno (cf. (29) – (32)).

- (29) Em «Setembro» temos de novo o tema dos conflitos recalcados entre mãe e filha, que culminam numa cena de acusações mútuas que tornam qualquer esperança de reconciliação **totalmente impossível**.
(par = ext625174-soc-91b-2)
- (30) Sou um **cantor completamente proibido** pela censura do Salazar e do Marcelo Caetano (...), porque aquilo que escrevia chocava.
(par = ext1093054-nd-93b-2)
- (31) A Junta, liderada por David Paiva, proporciona um conjunto recheado de respostas sociais, algumas invulgares no concelho

²⁶ Silva, Cristina O. (2017). "É completamente impossível dizer que não haverá aumentos de descontos para alguns" trabalhadores com recibos verdes. Disponível em <https://eco.pt/entrevista/e-completamenteimpossivel-dizer-que-nao-havera-aumentos-de-descontos-para-alguns-trabalhadores-com-recibos-verdes/> [Consult. 27.11.2017]

de Aveiro, mas depara-se com um “problema” **completamente improvável**: a falta de interessados! (...) (*par = ext323106-eco-95a-1*)

(32) Fora dos «courts» a antiga número um mundial teve de repartir «o pódio» com uma companhia **totalmente indesejável**: a de Richard Krajicek. (*par = ext540545-des-92a-2*)

Notem-se, agora, os resultados gerais tidos para estas construções:

Tabela 4 - Adjetivos modais e *completamente*

	Posição Atributiva	Posição Predicativa
Possível	-	+
Impossível	+	+
Necessário	-	+
Desnecessário	+	+
Provável	+	+
Improvável	+	+
Desejável	+	+
Indesejável	+	+
Obrigatório	+	+
Proibido	+	+
Permitido	-	+

Tabela 5 - Adjetivos modais e *totalmente*

	Posição Atributiva	Posição Predicativa
Possível	-	+
Impossível	+	+
Necessário	+	+
Desnecessário	+	+
Provável	-	+
Improvável	+	+
Desejável	-	+
Indesejável	+	+
Obrigatório	+	+
Proibido	+	+
Permitido	-	+

3.2.1. Algumas reflexões sobre adjetivos modais e advérbios de totalidade

Os dados do presente estudo mostram que todos os adjetivos permitem a combinação com este tipo de advérbios.

Com efeito, os adjetivos modais parecem comportar-se como os adjetivos graduáveis, ao assumir diferentes posições numa escala que mede as forças modais. No entanto, a combinação com os advérbios de totalidade não permite, neste caso, afirmar que estes adjetivos tenham escala fechada, já que esta combinação nem sempre tem uma leitura de limite escalar como seria

de esperar (cf. Kennedy & McNally, 2005). Realmente, na maioria dos casos, originam-se leituras muito específicas, que é importante analisar. Antes de se explicitarem quais as leituras associadas à combinação entre adjetivos modais e advérbios de totalidade, no entanto, parece importante investigar como se comportam adjetivos de diferentes tipos (e não somente modais) no mesmo contexto, ou seja, combinados com advérbios deste tipo.

O primeiro caso representa um adjetivo que pertence, indubitavelmente, ao conjunto dos adjetivos de escala fechada, *cheio*.²⁷ Neste caso, a interpretação é a de que se atingiu, de facto, o limite escalar: *completamente cheio*, em (33), significa que o local em causa atingiu a sua capacidade máxima de lotação.

- (33) Tem capacidade para sete mil espectadores e ontem estava **completamente cheio**, até porque as entradas eram gratuitas e o espectáculo prometia. (*par = ext80934-des-93b-1*)

Note-se, porém, o exemplo seguinte, construído com o adjetivo *seco*, em que o advérbio *completamente* remete, não para o atingir do máximo da escala de *secura*, mas antes para a afetação da totalidade das partes do braço, isto é, estamos perante uma leitura mereológica²⁸:

- (34) É hidrófugo», afirma, retirando o braço **completamente seco**. (*par = ext235204-clt-97b-2*)

Há, ainda, uma terceira leitura associada ao conjunto [*advérbio de totalidade + adjetivo qualificativo*] que não denota o atingir do limite escalar e não denota a afetação da totalidade das partes de uma entidade. Na verdade, nestes casos, o advérbio reforça o sentido do adjetivo e, por essa razão, designaremos este tipo de leitura de **leitura de intensidade**:

- (35) R. – Acho uma crítica **completamente idiota**. (*par = ext776763-clt91b-2*)

²⁷ Chamo, ainda, a atenção para o único exemplo encontrado com o adjetivo *largo*, de escala aberta, e que só é possível precisamente porque a leitura não é escalar: a interpretação é parafraseável por *todo largo/ muito largo*.

(i) Apenas mandei à costureira para cintar um bocadinho apenas, para não ficar **completamente largo** e a direito. (Retirado de <https://www.laredoute.pt/ppdp/prod-350133724.aspx>)

²⁸ Note-se, contudo, que, embora a leitura mereológica pareça ser a preferencial, pode haver falantes que aceitem que o segmento *completamentesecco*, neste exemplo concreto, possa ser equivalente a *semnenhumahumidade* e, nesse caso, a leitura já seria escalar.

É, agora, possível compreender que a combinação dos adjetivos modais com este tipo de advérbios não se encaixa em nenhuma das leituras anteriores. Com efeito, estes adjetivos, são usados, de certo modo, como uma forma de reforço; porém, este reforço é, claramente, epistémico: aquilo que é reforçado não é, na verdade, o sentido associado ao adjetivo, mas sim a ideia transmitida pela predicação e, conseqüentemente, o grau de certeza a ela associado. Veja-se um exemplo como (36) em que *completamente impossível* não indica um limite de impossibilidade. Realmente, parece denotar-se a certeza do falante, numa atitude de reforço epistémico parafraseável por *não há dúvidas de que é impossível*.²⁹

(36) É claro que em Portugal uma emissão destas é **completamente impossível**. (par = ext154030-pol-94a-2)

Há, ainda, certos contextos em que o advérbio, novamente, não marca uma leitura de medição escalar, mas antes a consideração da totalidade das situações ou das circunstâncias (cf. (26) e (30), repetidos abaixo como (37) e (38)).

(37) Interromper uma gravidez é **totalmente proibido** nos países católicos como as Filipinas, a Colômbia e o Chile, bem como Malta. (par = ext838714-clt-soc94b-2)

(38) Sou um **cantor completamente proibido** pela censura do Salazar e do Marcelo Caetano (...), porque aquilo que escrevia chocava. (par = ext1093054-nd-93b-2)

3.3. Advérbios indicadores de parcialidade ou incompletude: *praticamente* e *quase*

Uma vez realizada a análise para verificar qual o comportamento dos adjetivos modais em relação aos advérbios de totalidade, parece-nos

²⁹ O mesmo tipo de interpretação ocorre no caso de o advérbio ser *totalmente*. No exemplo seguinte, o que se afirma é a certeza da impossibilidade, isto é, a certeza de que o antigo primeiro-ministro do Luxemburgo não se tornará o primeiro-ministro da Estónia.

(i) "Nunca me poderia tornar primeiro-ministro da Estónia, seria **totalmente impossível**", disse o antigo primeiro-ministro do Luxemburgo, citado pela BBC. (Bernardo. (2015). Elisa Ferreira: "Europa está mais preocupada com o Syriza do que com a sra. LePen". [Disponível em <http://expresso.sapo.pt/politica/2015-07-05-Elisa-Ferreira-Europa-esta-maispreocupada-com-o-Syriza-do-que-com-a-sra.-Le-Pen#gs.pLBYoMg> [Consult. 27.11.2017])

importante verificar se este comportamento se altera quando, ao invés de advérbios de totalidade, os combinamos com advérbios de parcialidade, que também fazem parte dos *proportional modifiers*. Para isso, apresentam-se de seguida os resultados relativamente aos adjetivos epistémicos, considerando em primeiro lugar a posição atributiva, em que há apenas ocorrências com *quase*. Sem restrições, *quase* combina-se bem com os adjetivos *possível* e *desejável*, *este último pertencente ao domínio da modalidade desiderativa*.

(39) Talvez valesse a pena questionar como é que uma civilização sobreviverá aceitando a alienação como algo normal, **quase desejável**, enquanto controla cada vez a vida individual dos cidadãos.³⁰

(40) O futuro está próximo e esta é uma realidade **quase possível**.³¹

É, ainda, possível a combinação com *provável* e *necessário*, embora com alguns problemas relacionados com a interpretação. De facto, nos exemplos abaixo, as leituras não são de atenuação da força modal. Pelo contrário, nestes casos, o uso de *quase* parece reforçar o sentido do adjetivo; note-se, por exemplo, (41), em que o uso de *quase provável* é semelhante ao uso de *muito provável*. Também em (42), a interpretação é a de que o *champô seco* se tornou de tal forma importante que o seu uso é quase indispensável.

(41) Por sua vez, o Governo convida o PS para um quase-compromisso em redor do quase-programa de governo da **quase provável** oposição dentro de alguns meses.³²

(42) Enquanto o champô seco se tornou um produto **quase necessário** para quem não lava o cabelo todos os dias (adeus raízes oleosas entre lavagens!), de que forma, afinal, os novos condicionadores secos se podem inserir na nossa rotina?³³

³⁰ “Mafarrico” (2018, Janeiro 23). Chico Fininho. [Comentário em Fórum de Discussão]. Disponível em <https://aventar.eu/2018/01/16/chico-fininho/> [Consult 24.11.2018]

³¹ Paula, Célia (2017). BladeRunner: 2049 – O futuro e a crise existencial. Disponível em <http://reportersombra.com/blade-runner-2049/> [Consult. 27.11.2017]

³² Félix, António B. (2015). Um quase-programa de governo. Disponível em <https://blogues.publico.pt/tudomenoseconomia/2015/04/18/um-quase-programa-de-governo/> [Consult. 27.11.2017]

³³ Magalhães, Helena (2017). Esqueça os champôs. Conheça os novos “condicionadores secos”. Disponível em <https://observador.pt/2017/10/23/esqueca-os-champos-conheca-os-novos-condicionadoressecos/> [Consult. 27.11.2017]

Por seu lado, a posição predicativa é bastante flexível, pois não parece haver grandes restrições em relação à combinação dos adjetivos modais com qualquer um destes advérbios, com a exceção dos desiderativos *desejável* e *indesejável*, em relação a *praticamente*. Há, no entanto, algumas considerações a fazer, particularmente no que diz respeito ao tipo de leituras associadas a estas combinações, em particular relativamente aos adjetivos *possível* e *provável*. Assim, *possível* parece selecionar construções com verbos sensoriais e, nestes casos, a única interpretação plausível é a leitura de modalidade interna ao participante, neste caso, de capacidade:

(43) era **praticamente possível** ouvir o coração do público a bater em unísono com o da banda.³⁴

(44) Neste ponto do relato era **quase possível** ver o arreganhar de dentes gulosos do agente. (*par* = ext473446-soc-96a-3)

Quanto a *provável*, a combinação com o advérbio não parece ter como consequência a atenuação da força modal do adjetivo: na verdade, parece haver um reforço da crença na probabilidade mencionada no exemplo, semelhante a *muito provável*.

(45) Se Calado actuar no “miolo” encarnado, é **praticamente provável** que Fernando Meira faça dupla de centrais com o brasileiro Ronaldo.³⁵

Já no que diz respeito ao grupo dos deônticos, o comportamento destes adjetivos parece ser variável. Para começar, o adjetivo *permitido* rejeita a combinação com *praticamente* e com *quase*, em posição atributiva. Ainda na mesma posição, os adjetivos *obrigatório* e *proibido* aceitam esta combinação:

(46) **Assunto quase obrigatório** na conferência de imprensa pós-final era, obviamente, o chorudo prémio que Wheaton arrecadara. (*par* = ext113402des-91b-1)

³⁴ Pereira, Lia (2017). TheNational no Coliseu de Lisboa: bem-vindos a casa. Disponível em <http://blitz.sapo.pt/principal/update/2017-10-29-The-National-no-Coliseu-de-Lisboa-bem-vindos-a-casa-1> [Consult. 28.11.2017]

³⁵ (s.a.) (2001). Tomás/Hooijdonk no ataque e Calado no «miolo». Disponível em <http://www.record.pt/futebol/futebol-nacional/liga-nos/benfica/detalhe/tomashooijdonk-no-ataque-ecalado-no-miolo.html> [Consult. 28.11.2017]

(47) Quem competir com eles em 10.000m já sabe que o pódio é um **sonho praticamente proibido**. (*par = ext1564705-des-97a-2*)

Relativamente ao exemplo (46) acima, “o uso de *quase obrigatório* retira força à ideia de obrigação (i.e., não chega a ser obrigatório), mas marca a ideia de elevada probabilidade ou previsibilidade de ocorrência do acontecimento” (Cantante, 2018: 110). Em (47), *praticamente* não marca, de facto, uma proibição de forma aproximada (o que, aliás, não faria sentido), mas antes a prefiguração de um *sonho* de tão difícil ocorrência que parece assumir o carácter de impossibilidade.

Por outro lado, também a posição predicativa, embora permita estas combinações, torna, igualmente, necessário que se apontem algumas questões relativas à interpretação.

Note-se que, em relação ao exemplo (48) abaixo, *praticamente obrigatório* parece, com efeito, remeter para uma norma, mas não expressa; isto é, embora não haja, concretamente, nada nem ninguém a impor uma obrigação, esta é aceite pela sociedade em geral (neste caso, *todos os sectores de público*).

(48) Hoje, é considerado **praticamente obrigatório** por todos os sectores de público. (*par = ext943009-nd-91b-1*)

Já em relação a (49), só é possível interpretá-lo através de uma leitura parafraseável por *na prática*, não tendo qualquer valor de movimento escalar. Também em (50), a leitura não envolve, novamente movimento escalar, mas repetição (ou generalização) de situações, parafraseável por *na maior parte dos casos*.

(49) Há uma semana que **é praticamente proibido** fumar em todos os restaurantes da cidade. (*par = ext993484-soc-95a-1*)

(50) Por exemplo, mesmo que aqui fumar e possuir haxixe **seja praticamente permitido**, a polícia sempre que pode dificulta a vida aos jovens, confiscando o que possuem, prendendo-os, etc.³⁶

³⁶ “mvs” (2011). Ainda sobre o post anterior do João Silveira. [publicação em blogue]. SenzaPagare. Disponível em <http://senzapagare.blogspot.pt/2011/01/> [Consult. 28.11.2017]

As formas negativas não parecem registar grandes diferenças comportamentais, já que, no geral, se podem combinar com estes advérbios, excetuando, novamente, o caso de *indesejável*. Tal como aconteceu em casos anteriores, também em relação a *improvável*, se podem observar alguns aspetos interessantes, como no exemplo (51), em que o sentido de *improvável* não se aplica, já que a interpretação é a de que o encontro mencionado como *quase improvável* ocorreu, efetivamente.

- (51) «La Cathédrale Invisible» (...) é a resultante de um **encontro quase improvável** entre dois autores imprevisíveis: o francês Bouq e o chileno de origem russa Jodorowsky. (*par = ext1346813-clt-93a-1*)

Vejamos, agora, os principais resultados relativos a estas combinações:

Tabela 6 - Adjetivos modais e *praticamente*

	Posição Atributiva	Posição Predicativa
Possível	-	+
Impossível	+	+
Necessário	-	+
Desnecessário	+	+
Provável	-	+
Improvável	+	+
Desejável	-	-
Indesejável	-	-
Obrigatório	+	+
Proibido	+	+
Permitido	-	+

Tabela 7 - Adjetivos modais e *quase*

	Posição Atributiva	Posição Predicativa
Possível	+	+
Impossível	+	+
Necessário	+	+
Desnecessário	+	+
Provável	+	+
Improvável	+	+
Desejável	+	+
Indesejável	-	+
Obrigatório	+	+
Proibido	+	+
Permitido	-	+

3.3.1. Algumas notas sobre adjetivos modais e advérbios de parcialidade

De um modo breve, podemos afirmar que *praticamente* e *quase* promovem o movimento dos adjetivos com os quais se combinam para pontos ligeiramente mais baixos da escala e, por isso, os adjetivos apenas se aproximam do ponto da escala que ocupariam, se não estivessem combinados com estes advérbios, como o ilustram as figuras abaixo.

Figura 1 - Comparação entre os valores básicos de *necessário* quando isolado e quando combinado com advérbios de parcialidade

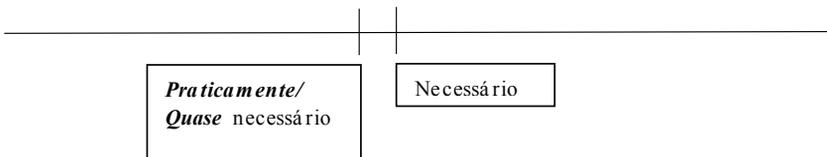
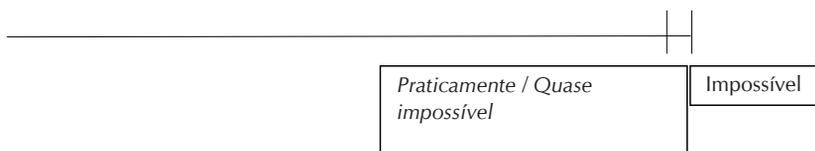


Figura 2 - Comparação entre os valores básicos de *impossível* quando isolado e quando combinado com advérbios de parcialidade



O grupo dos deônticos apresenta, muitas vezes, um comportamento diferente dos restantes adjetivos modais em estudo. No caso da combinação com estes advérbios, a leitura de atenuação da força modal mantém-se. No entanto, há casos em que isso pode não acontecer, como se verá a seguir. Com efeito, observou-se que o adjetivo *permitido* apresenta leituras em que a interpretação possível é a de *permitido por muitos* ou *permitido em muitas situações*. Nestes casos, parece verificar-se a mudança de escopo do advérbio, que não atua sobre o adjetivo, em si, mas antes sobre outro elemento da frase (cf. (50)).

Note-se, ainda, mais um caso em que a combinação com estes advérbios gera uma leitura diferente da mera atenuação da força modal. De facto, por vezes, a leitura de *praticamente*, no contexto da combinação com estes adjetivos, pode ter o sentido de *na prática*; normalmente, esta leitura está disponível quando existem mais opções, em oposição (*na prática* vs. *em teoria*, por exemplo) (cf. (52)).

- (52) A votação foi considerada uma antecipação de um debate sobre o aborto, que a partir do dia 18 **será praticamente proibido**.
(par = ext47076-soc97b-1)

Uma última nota dá conta de uma diferença entre a força modal dos adjetivos estudados quando modificados por cada um destes dois advérbios. Analisando os advérbios em combinação com outros adjetivos, verifica-se que *praticamente* mantém o valor do adjetivo muito mais próximo do seu valor quando isolado. Já *quase*, por sua vez, parece deixar em aberto o nível de afastamento em relação ao valor escalar do adjetivo isolado. Notemos,

no exemplo seguinte, que um *copo quase cheio* pode ter um pouco mais do que metade do seu volume ocupado com líquido ou pode faltar apenas uma gota para que a totalidade do seu volume seja atingida. Esta pluralidade de leituras está vedada quando se utiliza, no mesmo contexto, o advérbio *praticamente*, caso em que a única leitura possível é a de que o volume de ocupação do copo deverá estar muito próximo do seu ponto máximo de ocupação.

- (53) a. O copo está *quase* cheio.
- b. O copo está *praticamente* cheio.

Assim, consideramos que *praticamente*, comparativamente a *quase*, mantém o valor do adjetivo combinado com o advérbio muito próximo do seu valor básico.

4. Principais Conclusões

O principal objetivo do presente trabalho foi tentar compreender se os adjetivos modais possuem caráter escalar. Para isso, e tendo como base as teorias de Horn (1989), Kennedy & McNally (2005) e Kennedy & Levin (2008), autores que se debruçaram já sobre a temática da escalaridade, foram feitos alguns testes com os adjetivos selecionados em três tipos de construções: construções com quantificadores (*muito* e *pouco*), construções com *proportional modifiers* indicadores de totalidade (*totalmente* e *completamente*) e construções com *proportional modifiers* indicadores de parcialidade (*praticamente* e *quase*).

Tendo em conta os exemplos analisados nas secções anteriores, uma primeira consideração importante é a de que os adjetivos modais têm, efetivamente, caráter escalar e deverão estar associados a uma escala aberta. Apesar de todos os adjetivos estudados aceitarem combinar-se com os *proportional modifiers*, o que, seguindo Kennedy & McNally (2005) e Kennedy & Levin (2008), significaria que teriam escala fechada, o trabalho desenvolvido permitiu concluir que a combinação com este tipo de advérbios vai além da descoberta do tipo de escala associada aos adjetivos graduáveis.

Na verdade, o que se verificou, particularmente em relação aos adjetivos modais, foi que a combinação com os advérbios de totalidade não envolve leituras de medição de grau ou de limite escalar, antes conduzindo a uma interpretação de reforço epistémico, isto é, há um aumento na crença do que é dito ou, em certos casos particulares, é mencionada a totalidade das situações equivalente a *todas as circunstâncias*. De forma breve, podemos confirmar que este trabalho permitiu que se detetassem cinco linhas gerais de interpretação para o complexo [advérbio de totalidade + adjetivo], nomeadamente, leitura escalar, leitura mereológica, leitura de intensidade e, por fim, leitura de reforço epistémico (semelhante a *não há dúvidas de que*) ou leitura de totalidade das situações em (*todas as circunstâncias*).

Por outro lado, e fazendo um confronto com a teoria de Horn (1989), concluímos que o adjetivo *necessário* não se encontra, como na língua inglesa, no topo da escala, já que aceita, sem qualquer problema, a combinação com *muito*, que o move para pontos mais elevados da escala; este argumento é reforçado pelo comportamento oposto de *impossível* que, ao rejeitar esta combinação, mostra que este movimento é inaceitável para topos de escala.

Por fim, uma última nota relativa aos advérbios de parcialidade é a de que, embora ambos atuem, na maioria das vezes, no sentido de atenuar a força modal do adjetivo, *praticamente* e *quase* parecem contribuir de forma diferente para a atenuação da força modal do adjetivo. Por outras palavras, *praticamente* provoca um menor afastamento em relação ao ponto escalar onde o adjetivo estaria, se isolado, mantendo-o, por isso, mais próximo do valor básico do adjetivo.

REFERÊNCIAS

- Brito, A. M. 2003. *Categorias Sintáticas*. In Mateus, M. H. et al. *Gramática da Língua Portuguesa*. Lisboa: Editorial Caminho. 323-433.
- Cantante, I. 2018. *Sobre a Semântica dos Adjetivos Adverbiais Modais*. Dissertação de Mestrado. Universidade do Porto.
- Cunha, C. & Cintra, L. 1984. *Nova Gramática do Português Contemporâneo*. (2ª ed.). Lisboa: Edições João Sá da Costa.
- De Haan, F. 2006. Typological Approaches to Modality. In Frawley, W. (Ed.). *The Expression of Modality*. Berlim: Mouton de Gruyter. 27-70.
- Demonte, V. 1999. El adjetivo: clases y usos. La posición del adjetivo en el sintagma nominal. In Bosque, I. & Demonte, V. (Eds.). *Gramática Descriptiva de la Lengua Española* (pp. 129-215). Madrid: Espasa-Calpe.
- Ferreira, I. A. 2013. *Para o estudo semântico dos adjetivos adverbiais temporais e aspetuais do Português Europeu*. (Tese de Doutoramento em Linguística). Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto.
- Horn 1989. *A natural history of negation*. Chicago: Chicago University Press.
- Kennedy, C. 1999. *Projecting the adjective: The syntax and semantics of gradability and comparison*. New York: Garland. (1997 UCSC Ph.D thesis)
- Kennedy, C. & McNally, L. 2005. Scale structure, degree modification, and the semantics of gradable predicates. In *Language – A Journal of the Linguistic Society of America*. Vol. 81(2). 345-381.
- Kennedy, C. & Levin, B. 2008. Measure of Change: The Adjectival Core of Degree Achievements. In L. McNally & C. Kennedy (Eds.) *Adjectives and Adverbs: Syntax, Semantics and Discourse*. Oxford: Oxford University Press, 156-182.
- Kratzer, A. 1981. The notional category of modality. In: Eikmeyer, H.-J. & Rieser, H. (Eds.) *Words, Worlds, and Context*. Berlim: Mouton de Gruyter. 38-74.
- Kratzer, A. 2012. The Notional Category of Modality. In Kratzer, A. (Ed.) *Modals and Conditionals*. Oxford University Press. 27-69.
- Leal, A., Ferreira, I. & Cunha, L.F. 2011. Algumas reflexões sobre escalaridade e degree achievements em Português Europeu. In *Textos Seleccionados, XXVI Encontro da Associação Portuguesa de Linguística*. Lisboa: APL. 316-324.
- Leal, A. & Oliveira, F. 2015. Verbos de movimento, preposições direcionais e escalas. In *Revista da Associação Portuguesa de Linguística*. 1: 353-366.

- Neves, M. H. M. 2000. A polissemia dos verbos modais. Ou: falando de ambiguidades. *Alfa: Revista de Linguística*. 44:115-145.
- Oliveira, F. 1988. *Para uma semântica e pragmática de DEVER e PODER*. (Tese de Doutoramento em Linguística Portuguesa). Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto.
- Oliveira, F. 2000. Some issues about the Portuguese Modals. *Belgian International Journal of Linguistics*. 14: 145-162.
- Oliveira, F. & Mendes, A. 2013. Modalidade. In Paiva Raposo et al. (Eds.) *Gramática do Português*. Vol.1. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian. 623-669.
- Palmer, F. R. 2001. *Mood and modality*. (Cambridge textbooks in linguistics). 2nd ed. Cambridge: Cambridge University Press.
- Rio Torto, G. 2006. Para uma gramática do Adjectivo. *Alfa: Revista de Linguística*. Vol. 50 (2).103-129.
- Van Linden 2012. *Modal Adjectives. English deontic and evaluative constructions in synchrony and diachrony*. Berlin: De Gruyter Mouton.
- Veloso, R. & Raposo, E.B.P. 2013. Adjetivo e Sintagma Adjetival. In Paiva Raposo et al. (Eds.) *Gramática do Português* (Vol. 2, Cap. 31). Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian. 1359-1493.
- Van der Auwera, J. & Plungian, V. A. 1998. Modality's semantic map. *Linguistic Typology*. Vol.2 (1). Berlin: Walter de Gruyter. 79-124
- Von Stechow. 2006. Modality and Language. In Borchert, Donald M. (Ed.) *Encyclopedia of Philosophy* (2ª ed.). Detroit: MacMillan Reference USA. Disponível em <https://web.mit.edu/fintel/fintel-2006-modality.pdf>

The duration of filled pauses and prolongations in northern and southern dialects of Spanish^{1*}

Kata Baditzné Pálvölgyi
bpkat79@gmail.com
Eötvös Loránd University (Hungria)

ABSTRACT

This research focuses on the prosodic patterns of hesitations contrasted in Northern and Southern dialects of European Spanish, more precisely, on their duration. A corpus of 200 spontaneous utterances has been compiled (including 100 utterances from the northern dialects and 100 utterances from the southern ones, produced by 16 male and 16 female informants, respectively). The analysis has been carried out following the standardization protocol offered by Cantero (2019), in which the representative values of duration (in seconds) are taken for each syllable, and then these values undergo a process of standardization, in order to be comparable objectively and speaker-independently. Due to difficulties in establishing exact syllable boundaries in Spanish, it is not the relative duration of the syllables, but rather the relative duration of the distances between intensity peaks which is compared. It is expected that certain “neutral” hesitations –lengthenings and filled pauses with no specific communicative function – show durational differences in the examined dialects, as Southern dialects are considered to be of higher speech rate due to frequent segment elision than northern ones. This would imply that the relative duration of the examined hesitation phenomena with respect to its context– supposedly of the same absolute duration as in the northern dialects – is longer in the southern dialects. According to the results, nevertheless, Southern dialects present shorter absolute duration also in case of hesitation phenomena, and thus relative duration of hesitation phenomena with respect to their context coincide in the two examined Spanish variants.

KEYWORDS

hesitation, filled pauses, lengthenings, duration, standardization

1. Introduction

Hesitation is considered a disfluency phenomenon. There are several possible categorizations related to these phenomena (Neuberger 2014: 23), including, for instance, noises, repetitions, false starts, silent pauses, repairs,

^{1*}Supported by the ÚNKP-19-4 New National Excellence Program of the Ministry for Innovation and Technology.

truncations, filled pauses and prolongations (Eklund, 2004; Gósy, 2002; Lickley, 1994, 2015; Rodríguez et al., 2001; Shriberg, 1994), the last two phenomena being the two most common subtypes of hesitation (Deme & Markó, 2013).

Prolongations form part of phenomena that are applied to gain time without implying necessarily the interruption of elocution. Their aim is to slow down the velocity of speech without affecting communication (Rebollo Couto, 1997: 667). Filled pauses lack specific meaning and are employed to provide the speaker with time in order to plan and to reorganize his/her speech (Stepanova, 2007, cited by Machuca & Ríos, 2016). Filled pauses and lengthening can be considered two different acoustic disfluency phenomena (Rodríguez et al., 2001, 2015), but the present study is based on authors holding that prolongations are subsumed under filled pauses (Maclay & Osgood, 1959, cited by Machuca, 2018), as a special, “lexical” type (Blondet, 2001, Villa et al., 2017), and the two phenomena will be treated together, focusing on the durational aspect of prolongations and filled pauses in two well-defined dialects of European Spanish.

Spanish is spoken by more than 400 million speakers all over the world, and due to this fact, it presents a considerable dialectal variation. There are two main dialectal areas in Europe sharing several common characteristics in their pronunciation: those from the north (including also central varieties) and the dialects from the south (including the varieties spoken in the Canary Islands, cf. Hualde, 2014: 285-288). The objective of this study is to compare the strategies of hesitation (with no specific communicative functions other than turn-holding) applied by the dialects of Spanish from both the north and the south, from the point of view of the duration of prolonged segments and filled pauses. A research was conducted that compared 100 sentences provided by speakers of northern Spanish dialects with 100 sentences from informants from southern Spain. In both corpora the same methodology was applied, a three-phase prosodic analysis of speech proposed by Cantero (2019), in order to compare the data objectively. According to my prediction, there will be significant differences in duration, as southern dialects will present relatively longer utterance-internal hesitations. This supposed difference is due to the fact that southern dialects are generally considered to be of higher speech rate (cf. Toledo, 2010) because of the frequent elision

of certain sounds (such as the syllable-final *-s* or the intervocalic *-d-*), and this phenomenon causes that the absolute duration of the syllables is shorter. This also means that lengthenings and filled pauses in the southern dialects, of the same assumed absolute duration as in the northern dialects, are relatively longer as compared to the length of previous segments.

Based on what has been revealed so far, this study focuses on hesitation phenomena from the point of view of duration, by formulating the following hypothesis: in southern Spanish dialects, as they are regarded to be of higher speech rate, the relative duration of lengthenings and filled pauses with no specific communicative functions is longer as compared to their context than in northern Spanish dialects.

2. Corpus and informants

The corpus was obtained from two sources: the ‘Map Task’ activities in the interactive Atlas of Romance intonation compiled by Prieto et al. (2010-2014), and of spontaneous interviews uploaded to YouTube. This way only spontaneous speech samples were obtained. 32 speakers were selected, 16 informants from the north (8 men and 8 women), and 16 from the south of Spain (also 8 men and 8 women), from recordings of 291 minutes and 30 seconds in total. In the northern corpus, 146 hesitation phenomena have been detected, compared to the 136 cases in the southern corpus. The following table sums up the data related to the informants.

Table 1 - The informants’ data.

Northern Spanish corpus							
origin	speakers	monograph and code	job	sex	age	nº of utterances selected	duration
Gijón (Map Task)	Speaker 1	GP; EGI-1	student	f	24	5	5:49'
	Speaker 2	AL; EGI-2	student	f	22	7	
Oviedo (Map Task)	Speaker 1	GP; EOv-1	student	f	20	9	4:52'
	Speaker 2	MR; EOv-2	student	f	25	6	
Cabezón de la Sal (Map Task)	Speaker 1	NEO; ECA-1	teacher	f	31	12	11:50'
	Speaker 2	AOZ; ECA-2	teacher	f	31	2	

Madrid (Map Task)	Speaker 1	CTN; EMA-1	none	f	33	3	14:00'
	Speaker 2	SBL; EMA-2	none	f	37	5	
Salamanca (interviews)	Speaker 1	FI; ESA-1	politician	m	49	7	4:39'
	Speaker 2	CG; ESA-2	politician	m	57	6	21:36'
Burgos (interviews)	Speaker 1	JV; EBU-1	politician	m	59	6	15:53'
	Speaker 2	LT; EBU-2	politician	m	36	6	16:16'
Ávila (interviews)	Speaker 1	ÁA; EAV-1	politician	m	60	6	22:31'
	Speaker 2	M Á G N ; EAV-2	politician	m	59	7	25:23'
León (interviews)	Speaker 1	AS; ELE-1	politician	m	56	6	26:30'
	Speaker 2	JADD; ELE-2	politician	m	51	6	27:24'
age (years; mean)	40,63						
utterances (total)	100						

Southern Spanish corpus							
origin	speakers	monograph and code	job	sex	age	nº of utterances selected	duration
Canary Islands (Map Task)	Speaker 1	AAG; ECAN-1	teacher	f	38	6	4:41'
	Speaker 2	AAH; ECAN-2	teacher	m	38	8	
Jaén (Map Task)	Speaker 1	SB; EJA-1	student	f	22	10	4:14'
	Speaker 2	DG; EJA-2	student	m	21	1	
Constantina (Map Task)	Speaker 1	LSN; ECO-1	student	f	23	8	2:42'
	Speaker 2	MSC; ECO-2	student	f	22	8	
Jerez de la Frontera (Map Task)	Speaker 1	MGA; EJE-1	entrepreneur	f	41	3	3:15'
	Speaker 2	PM; EJE-2	entrepreneur	m	46	6	
Málaga (interviews)	Speaker 1	MÁJ; EMAL-1	politician	m	49	6	14:05'
	Speaker 2	EB; EMAL-2	politician	m	45	6	18:14'
Sevilla (interviews)	Speaker 1	PP; ESE-1	politician	f	50	7	15:19'
	Speaker 2	JE; ESE-2	politician	m	51	6	
Badajoz (interviews)	Speaker 1	FJF; EBA-1	politician	m	47	6	12:18'
	Speaker 2	GFV; EBA-2	politician	m	59	6	6:20'
Granada (interviews)	Speaker 1	MJLG; EGR-1	politician	f	55	6	8:37'
	Speaker 2	LGCH; EGR-2	politician	f	47	7	5:03'
age (years; mean)	40,88						
utterances (total)	100						

The following map presents the regions of the corpora. Only monolingual areas were chosen for the analysis (leaving apart thus, territories such as Catalonia, Valencia or the Balearic Islands (partly Catalan-speaking zones), Galicia (partly a Galician-speaking zone), the Basque Country and La Rioja (partly Basque-speaking zones), because these regions could have shown influences by other peninsular languages).

Figure 1 - The origin of the informants.



3. Method

The theoretical background used in this work is based on the protocol for Prosodic Analysis of Speech, (abbreviated as PAS, Cantero,2019). Pitch, duration and intensity are considered to be suprasegmental features, and due to this reason, they are relatively difficult to interpret. First, because we must disregard speaker-dependent characteristics that carry no linguistic significance, and second, because prosodic units must be understood as

bearing relative prominence only with respect to adjacent units, so they have no information alone.

A solution to overcome these difficulties is offered by Cantero's Melodic Analysis of Speech (MAS) (2009) and his latter implementation to the theory, Prosodic Analysis of Speech (PAS) (2019). As for the analysis, there is an acoustic phase, assisted by an acoustic analysis software such as Praat (Boersma & Weenink, 2019). The second step is the prosodic representation: in order to concentrate only on the prosodically relevant features, it is necessary to ignore irrelevant variations and reduce the data in case of each syllable to a characteristic prosodic value (in case of intonation, in Hz; in case of intensity, in dB, and in the case of duration, in seconds). The third step is the data standardization: the prosodic data curves are represented taking into account not the absolute values, but the relative ones, as each syllable is given a percentage based on its prosodic rise/fall experienced with respect to the previous syllable.

This analysis permits us to describe more objectively the prosodic features of a given language, and compare prosodically, for instance, dialects. The process is illustrated in the next section, using examples from my corpora.

3.1 The standardization of prosodic data in the PAS model

The standardization of prosodic data is not a recent idea in linguistic research. Standardization of melodic contours was first done using semitones in the 'Dutch School', also known as the IPO model. The most emblematic work of this approach is 't Hart et al. (1990), followed later by various researches in different languages (Adriaens, 1991; Beaugendre, 1994; Odé & van Heuven, 1994). In Spanish, Garrido (1991, 1996) and Estruch et al. (2007) worked with similar automatic stylization methods (Baditzné, 2012).

The difference between the standardized curves in the PAS model and the ones in the Dutch School is that the PAS model uses percentages for the standard values, which is a system easier to handle than the one with semitones. The standardized contour is represented by a line which starts at an arbitrary value of 100% and anchors in each syllable, which is itself characterized by a percentage based on its tonal position as compared to the previous syllable. If the syllable is located lower, it is a negative percentage,

and if it is higher than the previous syllable, it is a positive one.

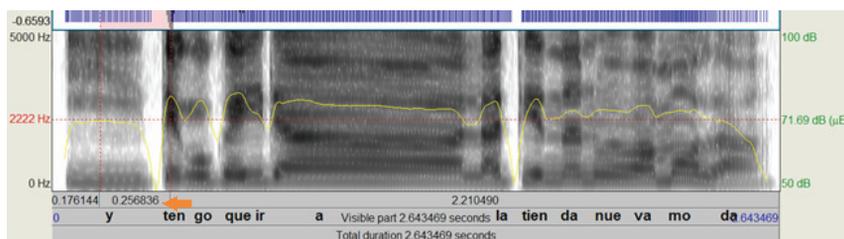
Though first applied to describe Spanish intonation (Cantero et al., 2005; Cantero & Font-Rotchés, 2007, 2020; Font-Rotchés & Mateo, 2011), it has been extended to the study of intonation in other languages as well, such as Catalan (Font-Rotchés, 2007; 2008; 2009), Chinese (Kao, 2011), and also in the description of the intonation of interlanguages, for example the Spanish spoken by Brazilians (Fonseca & Cantero, 2011), Italians (Devís, 2011), Swedes (Martorell, 2011) or Hungarians (Baditzné, 2011; 2012; 2018). For a partial Spanish application, cf. Patiño (2008). In Hungarian, a similar analysis was carried out in Olaszy & Koutny's investigation, also based on percentages and standardized contours (Olaszy & Koutny, 2001: 182-183).

In the following sections I will explain how standardization works on durational data in the PAS model.

3.2 The steps of durational standardization

The first phase of the analysis is to identify syllables, and search for the intensity peak of each syllable. The following screenshot shows (with yellow continuous line) intensity values that accompany the utterance (the text is my addition). Every syllable usually has its intensity peak in the middle of its nuclear vowel, so these are the values we are searching for. The absolute duration of each syllable is calculated based on the distance between its intensity peak and the intensity peak of next syllable.

Figure 2 - The distance between the intensity peaks of the first two syllables of the utterance *y tengo que ir a la Tienda Nueva Moda* 'and I have to go to the shop called New Fashion', from Madrid (in seconds, indicated by the red arrow).

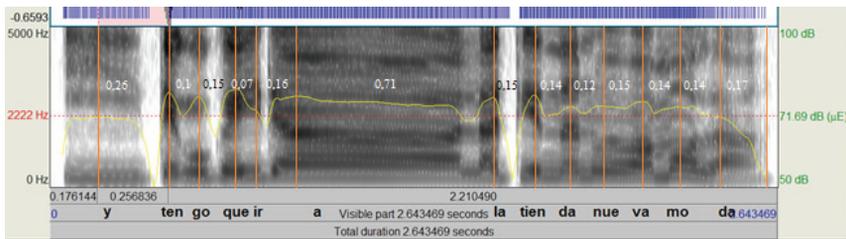


We can see that the first value we need is 0,26s, whereas the next distance, between syllables *ten-* y *-go*, is of 0,1s, which means that the duration of *ten-* is -61,54% shorter than the duration of the previous syllable *y*.

We could simply compare the duration of each syllable instead of comparing the duration of distances between intensity peaks; the argument supporting this latter view is that in Spanish, it is definitely difficult to separate syllables clearly, as the exact location of syllable boundaries is not obvious (Cantero, p.c., 2019). This is why it is preferred to measure distances between intensity peaks, as such peaks are easily recognizable acoustically as compared to the exact extension of a syllable.

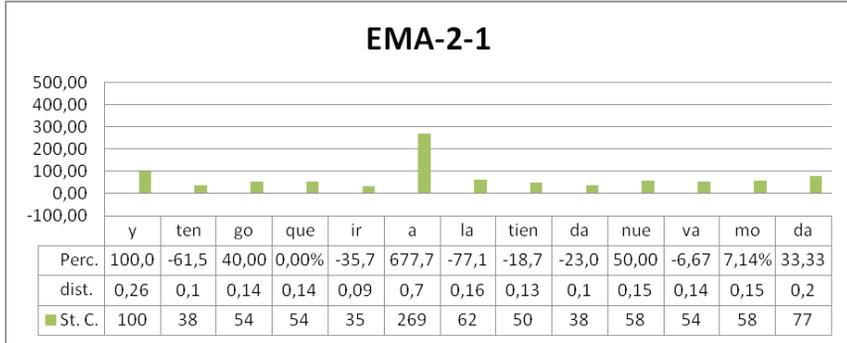
The distance between the intensity peaks of the following syllables is calculated the same way, and as we can see in Figure 3, where all the intervals are displayed, there is a strikingly high value of 0,71s of the preposition *a* ('to'), which is by far the longest segment of the utterance. The last value is calculated from the last intensity peak of the last syllable *-da* till the end of the utterance.

Figure 3 - Absolute duration intervals of the syllables in the utterance *y tengo que ir a la Tienda Nueva Moda* 'and I have to go to the shop called New Fashion', from Madrid



The next step in the PAS methodology is to standardize the measured absolute values by converting them to percentages with respect to the value of the previous syllable. In case of utterance-first syllables, this distance is added the arbitrary value of 100%, but the next values are calculated as compared to the previous one, so the percentage of the second syllable *ten-* is of -61,54%, as the duration of 0,1s is a decrease of 61,54% as compared to the previous duration value 0,26s. Figure 4 shows the standardized values of all the syllables of the utterance in a plot.

Figure 4 - Relative duration intervals of the syllables in the utterance *y tengo que ir a la Tienda Nueva Moda* ‘and I have to go to the shop called New Fashion’, from Madrid



The standardized curve thus ensures that the described durations are objectively comparable to each other, regardless of the individual durational characteristics of the speakers (e.g. if an informant speaks much slower than others, especially regarding the articulatory speech rate; what would matter are the proportions of the durations and not the absolute values of each syllable).

3.3 The analysis of durational data in the present research

In accordance with my objectives, segments affected by hesitation phenomena (lengthenings and filled pauses) will be examined from a durational point of view, assuming that in southern dialects, relative durational data will be longer, as southern dialects are considered to be of higher speech rate due to the higher proportion of elision.

As in this study the focus is on prolongations and filled pauses as disfluency phenomena, first we must define which segments were considered as part of this group.

The first criterion to fulfil was, in case of lengthenings, that the segment should be prolonged. There are several ways to determine if a segment should be considered lengthened. Lengthening is detectable by ear, so Deme & Markó (2013) for instance based their judgement on perceptive tests: if a segment was recognized as lengthened by 6 out of 10 listeners (all linguists),

it was considered lengthened. My choice was to base this judgement on durational data: as the minimum duration of filled pauses is considered to be 0,2s by Goldman-Eisler, 1973 and Guaitella, 1996, cited by Blondet, 2001: 8, and filled pauses are generally longer in Spanish than lexical vowel lengthenings (Villa et al., 2017: 167), I took 0,2s as the minimum value for both lengthenings and filled pauses. The other criterion was that the segment in question should be longer than the previous one.

As the study focuses on lengthenings as disfluency phenomena, we must also take a look at two cases in which lengthening is a natural by-product of certain conditions but does not serve as a tool to gain time, thus, is definitely not a disfluency phenomenon, and exclude those samples from our analysis. First, we must bear in mind that phrase-final lengthening is a natural process in numerous languages, including Spanish (Gósy & Krepesz, 2018). Second, stressed syllabic position can also result in longer duration in Spanish (Ortega-Llebaria, 2006), so stressed syllables were also discarded from the analysis (lengthenings in Spanish mostly affect unstressed segments anyway, cf. Rebollo, 1997).

In my analysis, I have worked with two values in case of each hesitation phenomena: the relative duration data of segments affected by hesitation, and also their absolute duration data. As we are analyzing relative prosodic values, we cannot take into consideration either utterance-initial lengthening or utterance-initial filled pauses when we measure the proportion of duration change to the affected segment, as these values cannot be contrasted with any previous value, so they cannot even be relativized. Thus, these hesitation phenomena were discarded from the analysis.

Based on what has been just said, only the following hesitation phenomena were analysed in this study:

- lengthenings on unstressed syllables with duration superior to 0,2s, which are neither utterance-initial nor utterance-final;
- filled pauses with duration superior to 0,2s, which are neither utterance-initial nor utterance-final.

4. Results

In the following section we will focus on the analysis of the received data in order to validate my hypothesis, i.e. that the absolute duration of the examined hesitation phenomena (lengthenings and filled pauses with no specific communicative meaning) is coincident in northern and southern Spanish dialects, but the relative duration of the examined hesitation phenomena is longer in southern Spanish dialects than in the northern ones, due to the shorter syllabic intervals in the southern dialects.

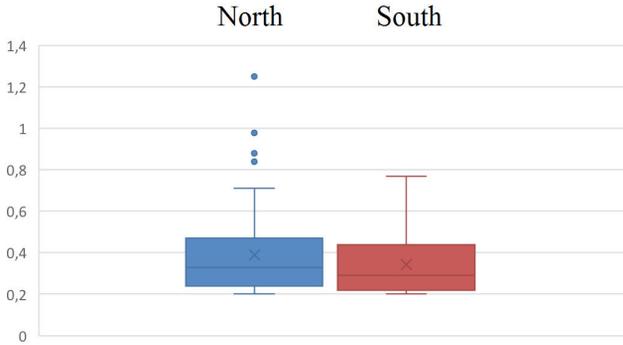
Table 2 sums up the durational data related to the two hesitation phenomena attested in both corpora. As can be seen, in the northern corpus 146 cases were detected as compared to the 136 cases in the southern corpus. However, as utterance-initial and utterance-final hesitation phenomena, as well as lengthenings on stressed syllables, were excluded from the analysis, this number was reduced to 106 northern cases and 117 southern ones.

Table 2 - Data related to the tonal movements of hesitation phenomena

	North	South
nº of hesitation phenomena attested	146	136
nº of non-initial hesitation phenomena	106	117
lowest value of absolute duration (s)	0,2	0,2
highest value of absolute duration (s)	1,25	0,77
mean value of absolute duration (s)	0,39	0,34
results of two-sample t-test (unequal variances)	t Stat: 2,04 > t Critical two-tail: 1,97; different means	
lowest value of relative duration (%)	4,76	5,26
highest value of relative duration (%)	675	540
mean value of relative duration (%)	161	153
results of two-sample t-test (equal variances)	t Stat: -0,5 < t Critical two-tail: 1,97; same means	

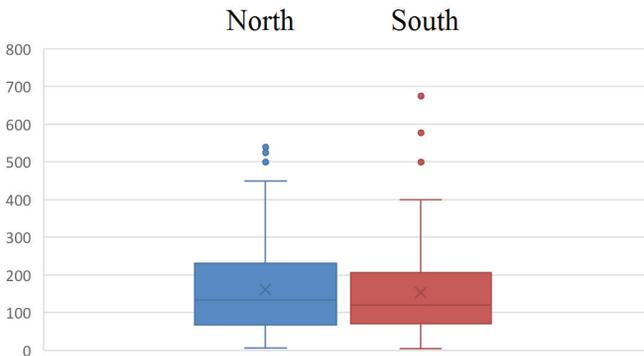
As attested in the results, the average value of the absolute duration data, in case of the northern dialects, is 0,39s, while in the case of the southern ones, it is 0,34s (cf. Figure 6), and according to the two-sample two-tailed t-test of unequal variances, this is a statistically significant difference, we cannot consider them the same.

Figure 6 - Absolute duration data (in sec) in the two corpora (lengthening and filled pauses; boxplots and statistical analysis are generated by Excel 365 pro plus).



In the case of the proportion of relative duration of the affected segments, the mean value is 161% in case of the northern dialects and 153% in case of the southern ones (cf. Figure 7), but according to the two-sample two-tailed t-test of equal variances, it is not a statistically significant difference.

Figure 7 - Relative duration data in % in the two corpora (lengthening and filled pauses; boxplots and statistical analysis are generated by Excel 365 pro plus).



5. Discussion and conclusion

In this study the two main dialectal areas of European Spanish were examined from the point of view of the durational aspect of two hesitation phenomena, lengthenings and filled pauses, when they lack any specific communicative function. A corpus of 200 utterances (100 northern Spanish and 100 southern Spanish ones, taken from Map Task activities and spontaneous interviews downloaded from YouTube videos) were contrasted, in order to verify the following hypothesis:

In both dialects, the absolute duration of segments affected by neutral hesitation phenomena (lengthenings and filled pauses with no specific communicative meaning) is the same, but in southern dialects, which are assumed to be of higher speech rate due to elision, relative values of hesitated segments will be longer, as they are compared to shorter previous intervals.

There is an argument to suppose that southern dialects present relatively longer hesitation phenomena in utterance-internal segments than their northern counterparts. This could be so because the southern variants are characterized by elision more frequently than the northern ones, thus, even if segments affected by hesitation are of the same absolute duration in both dialects, they are perceived relatively longer in the southern dialects where syllables are realized shorter due to elision than in the northern dialectal zone.

We have seen based on our results that the average absolute duration of hesitation segments, contrarily to the prediction, is lower in southern dialects: 0,34s as compared to the northern mean of 0,39s, which is a statistically significant difference. This means that the first part of our hypothesis –i.e. that absolute duration data of hesitation segments in both dialects will coincide – is not verified. As for the second part of the hypothesis, according to which relative duration data of hesitation segments will be longer in southern dialects, it again has proved to be false: the 153% of the southern mean as compared to the northern mean of 161% after statistical testing has turned out to be not significantly different.

This means that, contrarily to what has been predicted, southern dialects are characterized by higher velocity also in case of hesitation phenomena (lengthenings and filled pauses), and this is why we find no differences in the relative durational data. Northern Spanish speakers are characterized by

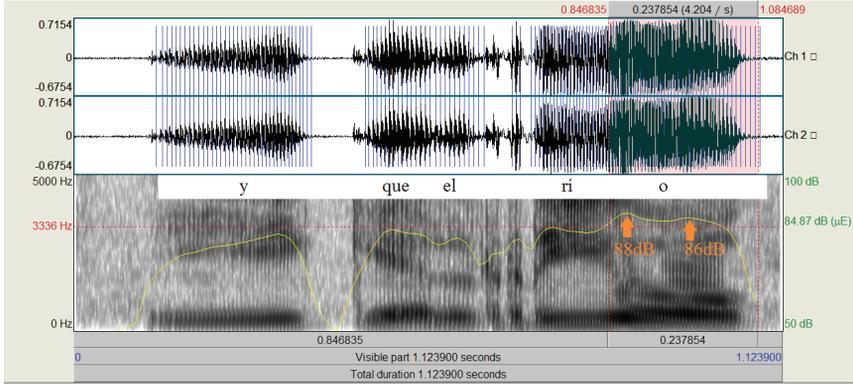
slower speech rate, and slower hesitation phenomena, whereas Southern Spanish speakers do not only present higher speech rate, but also the velocity of their hesitation phenomena is higher. In other words, the speakers of both dialects of Spanish tend to adjust the velocity of hesitation phenomena to their velocity of speech; the velocity of hesitation phenomena is also determined by the dialect of the speaker.

In this paper we have only seen the durational aspect of utterance-internal hesitation phenomena in European Spanish dialects, but by Cantero's (2019) extended Prosodic Analysis of Speech (PAS) model we could define prosodic features other than duration in case of hesitation phenomena. The PAS model offers a standardization protocol for intonation and intensity similar to the procedure we have seen in the case of duration; as for intensity, the standardized intensity curve is generated by reducing every syllable to its prominent intensity peak value, and these values are standardized in terms of proportion always compared to the previous value. Melodic standardization calculates the tonal difference in terms of percentages for each segment, always comparing syllables to the previous ones, and thus the standardized curve is generated over these values. The perception threshold is already established for intonation: the Spanish ear is sensitive to at least 10% of tonal difference (Font-Rotchés & Mateo, 2011). These values are not yet discovered for neither intensity nor duration in case of Spanish, and, especially in duration, they would be essential for objective data interpretation.

Perceptive thresholds are important in duration, but it is also a question whether the human mind finds a segment lengthened comparing it to the duration of the adjacent previous segment; if this is the case, Cantero's (2019) duration standardization model would be useful, but if our mind stores "average durations" of various previous syllables and compares the duration of every new segment to this stored average value, the PAS model would be insufficient to describe relative durations.

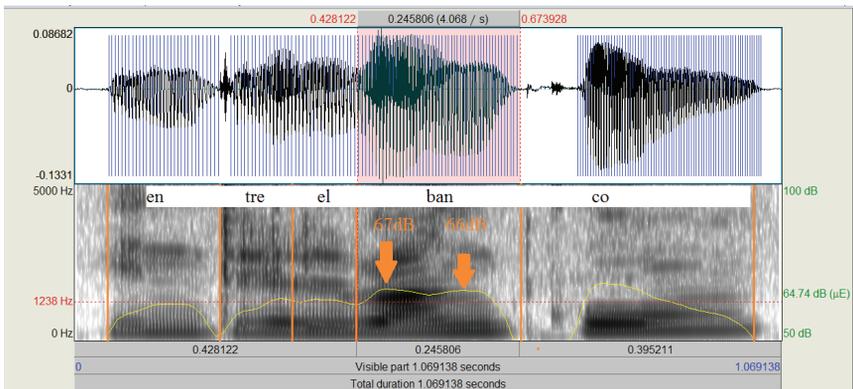
There are some special cases in which the PAS analysis may not calculate correctly the relative duration values if we do take into consideration some elemental rules. The position of intensity peaks is a crucial point in this analysis. When there are two peaks in a syllable, as in *-o* in Figure 8, it is the higher one which counts.

Figure 8 - Two intensity peaks in one syllable in *y que el río* 'and that the river', an utterance from Badajoz.



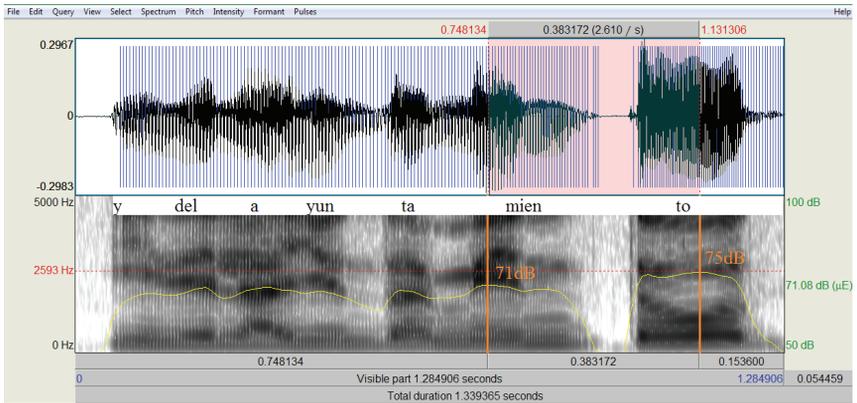
We must bear in mind that it is only an intensity peak which is located within a vowel which must be taken into account. Consonantal peaks (as in Figure 9) should not be taken into consideration. There are apparently two peaks in the same syllable, *ban-* in Figure 8, but the higher one should be taken, in this case, 67dB, as this peak is located on the vowel.

Figure 9 - Two intensity peaks in one syllable in the utterance *entre el banco* (...) 'between the bank', from Madrid, the second peaks is on a consonant, [n].



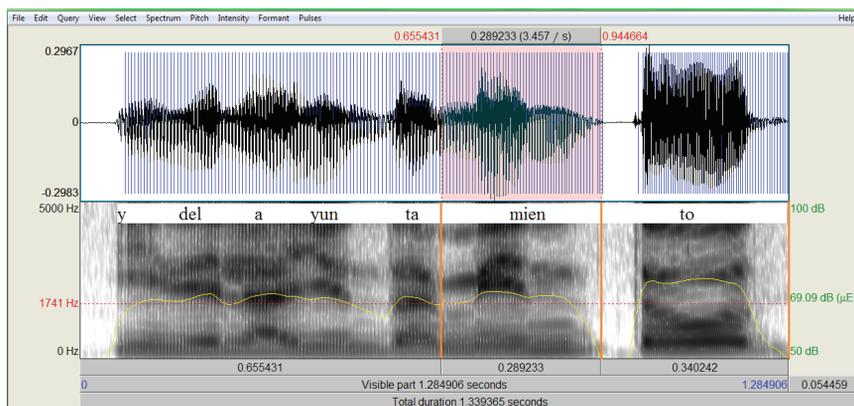
In some cases, the intensity peak is not located in the middle of the nuclear vowel. These cases suppose a challenge in the method, as they may cause that the relative duration of a syllable is predicted incorrectly, as in Figures 10 and 11. In Figure 10, it is clear that the two peaks that we must take into consideration are the ones with 71dB and 75dB, the first one is located before the middle point of the syllable *-mien-*, whereas the second is located towards the end of syllable *-to*, not in the middle.

Figure 10 - Some intensity peaks are not located in the middle of the nuclear vowel in *y delayuntamiento* 'and from the city council', an utterance from Madrid.



This is problematic because this way we have the following two absolute distances between intensity peaks: 0,38s and 0,15s, respectively. After standardization, it would turn out that the relative duration corresponding to the final syllable *-to* is 60,53% less than the previous value. This is definitely not the case if we look at the absolute duration of the syllables (not the distances), illustrated on Figure 11: the syllable *-mien-* has the duration of 0,29s as compared to the following syllable *-to*, with 0,34s. The relative duration data in this case would be of a 17,24%, a positive value instead of the negative one we got by the PAS analysis.

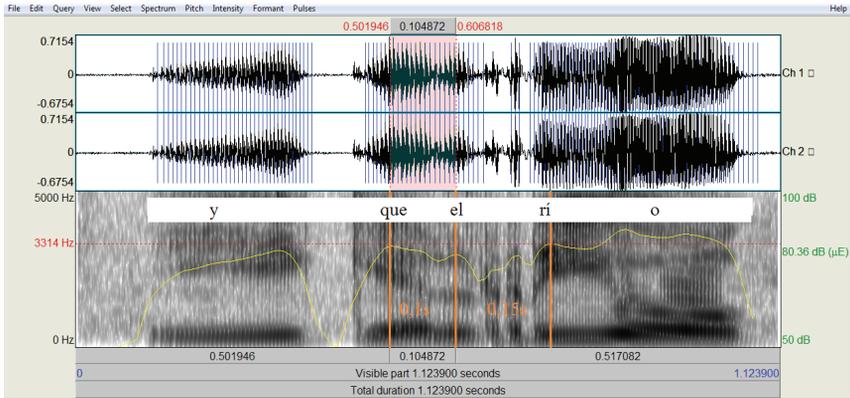
Figure 11 - The absolute duration of the last two syllables in *y delayuntamiento* 'and from the city council', an utterance from Madrid.



This means that if intensity peaks are not located exactly where they should (i.e. in nucleus-central position), the PAS model could predict relative duration data incorrectly. The lack of an easily discernible intensity peak would also result in difficulties (such as in case of intensity plateaus instead of peaks), as in this case taking the intensity value at the middle point of the syllable for example would be an arbitrary solution. The opposite case – the presence of multiple intensity peaks of the same or of almost the same value within the vowel would also raise the question of correct interpretation: which peak should be measured? Taking into consideration all these difficulties related to uncommon intensity peaks, measuring durational data between syllable boundaries instead of the distance between intensity peaks still might be a solution with less complications.

Another problem is related to the case when we have two, very short syllables, the second one being even the double of the duration of the first one, but still very short (cf. Figure 12).

Figure 12 - Short syllabic intervals in *y que el río* 'and that the river', an utterance from Badajoz.



In these cases, the model predicts that there is a lengthening (as there is a +50% of lengthening between the two syllables, but the distances are very short, only 0,1s and 0,15s). For this reason, based on perceptive tests a threshold value for minimal lengthening should be established (which might turn to be coincident with the value we applied in this study based on previous literature) and this threshold value could be a complementary solution to the model.

Finally, as for future research, there are numerous aspects that could be investigated apart from carrying out the same investigation on a more extended corpus, such as the comparison of durational data in hesitations between European Spanish and LatinAmerican dialects (the latter ones considered to be slower, for example the Mexican or Argentinian ones, which might again trigger the prediction of different relative durational values in hesitation segments).

REFERENCES

- Adriaens, L. M. H. 1991. *Ein Modell deutscher Intonation. Eine experimentell-phonetische Untersuchung nach den perzeptiv relevanten Grundfrequenzänderungen in vorgelesenem Text*. PhD thesis, Technological University of Eindhoven.
- Baditzné Pálvölgyi, K. 2018. La presencia de rasgos prelingüísticos en la entonación de la interlengua húngaro-española. *Colindancias: Revista de la Red de Hispanistas de Europa Central* 2018: 9, 237-248.
- Baditzné Pálvölgyi, K. 2017. El castellano hablado por húngaros: rasgos prelingüísticos de transferencia negativa en la entonación. In: Victoria Marrero Aguiar, Eva Estebas Vilaplana (coords.) *Tendencias actuales en fonética experimental: Cruce de disciplinas en el centenario del Manual de Pronunciación Española (Tomás Navarro Tomás)* (pp. 397-398). Madrid: Universidad Nacional de Educación a Distancia (UNED), 2017.
- Baditzné Pálvölgyi, K. 2012. *Spanish Intonation of Hungarian Learners of Spanish: yes-or no questions*. Tesis Doctoral. Budapest: Eötvös Loránd University. *Biblioteca Phonica* 15 (2012), from the World Wide Web: <http://www.publicacions.ub.edu/revistes/phonica-biblioteca/>. [last accessed 12/02/2020]
- Baditzné Pálvölgyi, K. 2011. The intonational patterns used in Hungarian students' Spanish yes-no questions, *Phonica* 7 (2011): 80-99., from the World Wide Web: <http://www.publicacions.ub.edu/revistes/phonica7/>. [last accessed 12/02/2020]
- Beaugendre, F. 1994. *Une étude perceptive de l'intonation du français*, PhD Thesis, University of Paris XI, Orsay, France.
- Blondet, M. A. 2001. Las pausas llenas: marcas de duda e identidad lingüística. *Lingua Americana* V No 8 (2001) 5-15.
- Blondet, M. 2006. *Variaciones de la velocidad de habla en español: patrones fonéticos y estrategias fonológicas*. Un estudio desde la producción. Tesis doctoral. Mérida: Universidad de Los Andes.
- Boersma, P. & Weenink, D. 2019. *Praat: Doing phonetics by computer* (version 6.0.49). <http://www.praat.org/> (accessed 22 March 2019).
- Cantero Serena, F. J., Alfonso, R., Bartolí, M., Corrales, A. & Vidal, M. 2005. Rasgos melódicos de énfasis en español. Laboratori de Fonètica Aplicada – LFA, *Phonica* vol. 1., from the World Wide Web: http://www.publicacions.ub.edu/revistes/phonica1/PDF/articulo_03.pdf [last accessed 12/02/2020]

- Cantero Serena, F. J. & Font-Rotchés, D. 2020. Melodic Analysis of Speech (MAS). Phonetics of Intonation. In: Abasolo, J.; de Pablo, I.; Ensunza, A. (Eds): *Contributions on education* (pp. 20-47). Universidad del País Vasco.20-47.
- Cantero Serena, F. J. & Font-Rotchés, D. 2009. Protocolo para el análisis melódico del habla, *Estudios de Fonética Experimental 18*: 17-32.
- Cantero Serena, F. J. & Font-Rotchés, D. 2007. Entonación del español peninsular en habla espontánea: patrones melódicos y márgenes de dispersion. *Moenia13*: 69-92.
- Cantero Serena, F. J. 2019. Análisis prosódico del habla: más allá de la melodía. In: Álvarez Silva, M. R.; A. Muñoz Alvarado & L. Ruiz Miyares (eds.): *Comunicación Social: Lingüística, Medios Masivos, Arte, Etnología, Folclor y otras ciencias afines*. Volumen II (pp. 485–498). Santiago de Cuba: Ediciones Centro de Lingüística Aplicada.
- Cantero Serena, F. J. 2002. *Teoría y análisis de la entonación*, Barcelona: Ed. Universitat de Barcelona.
- Deme, A. & Markó, A. 2013. Lengthenings and filled pauses in Hungarian adults' and children's speech. In: Eklund, R. (Ed.) *Proceedings of DiSS 2013, The 6th Workshop on Disfluency in Spontaneous Speech KTH Royal Institute of Technology* (pp. 21-24). Stockholm, Sweden: Department of Speech Communication and Music Acoustics, Royal Institute of Technology.
- Devís, E. 2011. La entonación del español hablado por italianos. *Didáctica (Lengua y Literatura) 23* (2011): 35-58.
- Di Cristo, A. 1982. *Prolegomènes à l'étude de l'intonation*. Micromelodie. Paris: CNRS.
- Eklund, R. 2004. *Disfluency in Swedish human-human and human-machine travel booking dialogues*. PhD thesis, Linköping Studies in Science and Technology, Dissertation No. 882, Department of Computer and Information Science, Linköping University, Sweden.
- Estruch, M., Garrido, J. M., Llisterri, J., & Riera, M. 2007. Técnicas y procedimientos para la representación de las curvas melódicas. *RLA, Revista de Lingüística Teórica y Aplicada*45: 59-87, from the World Wide Web: http://liceu.uab.es/~joaquim/publicacions/Estruch_Garrido_Llisterri_Riera_Metodos_Entonacion_07.pdf[last accessed 12/02/2020]
- Fonseca, A. & Cantero Serena, F. J. 2011. Características da entonação do espanhol falado por brasileiros. *Anais do VII Congresso Internacional Abralin*. Ed. Abralin(pp. 84-98). Associação Brasileira de Lingüística, Curitiba (Brasil).

- Font-Rotchés, D. 2007. *L'entonació del català*. Biblioteca Milà i Fontanals 53. Barcelona: Publicacions de l'Abadia de Montserrat.
- Font-Rotchés, D. 2008. Els patrons entonatius de les interrogatives absolutes del català central. *Llengua i Literatura* 19: 299-329.
- Font-Rotchés, D. 2009. Les interrogatives pronominals del català central. Anàlisi melòdica i patrons entonatius. *Els Marges. Revista de llengua i literatura* 87: 41-64.
- Font-Rotchés, D. & Mateo Ruiz, M. 2011. Absolute interrogatives in Spanish: a new melodic pattern. *Actas do VII congresso internacional da ABRALIN* (pp. 1111-1125). Curitiba (Brasil).
- Garrido, J. M. 1991. *Modelización de patrones melódicos del español para la síntesis y el reconocimiento*. Bellaterra: Departament de Filologia Espanyola, Universitat Autònoma de Barcelona.
- Garrido, J. M. 1996. *Modelling Spanish Intonation for Text-to-Speech Applications*. PhD dissertation. Departament de Filologia Espanyola, Universitat Autònoma de Barcelona.
- Goldman-Eisler, F. 1973. *Psycholinguistics. Experiments in Spontaneous Speech*. New York: Academic Press.
- Gósy, M. 2002. A megakadásjelenségek eredete a spontán beszéd tervezési folyamatában. [The origin of disfluency phenomena in the spontaneous speech planning process]. *Magyar Nyelvőr* 126: 192-204.
- Gósy, M. y Kresz, V. 2018. Phrase-final Lengthening of Phonemically Short and Long Vowels in Hungarian Speech across Ages. In: Gósy, M. y Grácz, T. E. (Eds.) *Challenges in analysis and processing of spontaneous speech*. Research Institute for Linguistics, Hungarian Academy of Sciences. 99-126.
- Guaitella, I. 1996. Analyse prosodique des hésitations vocales: propositions pour un modèle rythmique. *R.P.A.* 118-119, 113-145.
- Hualde, J. I. 2014. *Los sonidos del español*. CUP.
- Kao, W. 2011. *La entonación de enunciados declarativos e interrogativos en chino mandarín hablado por taiwaneses*. Trabajo de investigación final de Máster. Laboratori de Fonètica Aplicada de la UB.
- Lickley, R. J. 1994. Detecting disfluency in spontaneous speech. PhD dissertation, University of Edinburgh.
- Lickley, R. J. 2015. Fluency and disfluency. In: Redford, M. (Ed.). *The Handbook of Speech Production*. John Wiley Blackwell: 445-469.
- Machuca Ayuso, M. J. 2018. Pausas sonoras y bilingüismo. *Estudios de Fonética Experimental XXVII*, 2018, 75-95.

- Machuca Ayuso, M. J. & Ríos Mestre, A. 2016. Estructura formántica de las pausas sonoras en español. In: Fernández Planas, A. Ma. (Ed.) (2016): *53 reflexiones sobre aspectos de la fonética y otros temas de lingüística*, Barcelona, pp. 67-76.
- Maclay, H. & Osgood, C. 1959. Hesitation phenomena in spontaneous English speech. *Word* 15, pp. 19-44.
- Martorell, L. 2011. *Les interrogatives absolutes de l'espanyol parlat pels suecs*. Trabajo Final de Máster. Barcelona: Universitat de Barcelona, Facultat de Formació del Profesorado, 2011.
- Neuberger, T. 2014. *A spontán beszéd sajátosságai gyermekkorban*. [Characteristics of spontaneous speech in childhood]. *Beszéd. Kutatás. Alkalmazás*. Budapest: ELTE Eötvös Kiadó.
- Odé, C. & van Heuven, V. J. 1994. *Experimental studies of Indonesian prosody*. Dep. of Languages and Cultures of Southeast Asia and Oceania, University of Leiden.
- Olaszy, G. & Koutny, I. 2001. Intonation of Hungarian Questions and their prediction from text. In: Puppel, S. & Demenko, G. (Eds.) *Prosody 2000, Speech recognition and synthesis*, Poznań 2001.
- Ortega-Llebaria, M. 2006. Phonetic Cues to Stress and Accent in Spanish. In: *Selected Proceedings of the 2nd Conference on Laboratory Approaches to Spanish Phonetics and Phonology*, ed. Manuel Díaz-Campos, Somerville, MA: Cascadilla Proceedings Project, 104-118.
- Patiño, E. 2008. *Prosodic Comparative Study of Mexico City and Madrid Spanish*. Freie Universität Berlin, Germany. Escuela Nacional de Antropología e Historia, Mexico.
- Prieto, P., Borràs-Comes, J. & Roseano, P. (coords.). 2010-2014. *Interactive Atlas of Romance Intonation*. Web page: <http://prosodia.upf.edu/iari/> [last accessed 12/02/2020]
- Rebollo Couto, L. 1997. Pausas y ritmo en la lengua oral. Didáctica de la pronunciación. *ASELE Actas VIII* (Centro Virtual Cervantes), pp. 667-676.
- Rodríguez et al. 2001. Annotation and analysis of disfluencies in a spontaneous speech corpus in Spanish. In: *ITRW on Disfluency in Spontaneous Speech (Diss '01)*, Edinburgh, Scotland, UK, August 29-31. ISCA Archive, https://www.isca-speech.org/archive/open/diss_01/dis1_001.html, pp. 1-4.[last accessed 12/02/2020]
- Rodríguez et al. 2015. Las pausas en el discurso de individuos con demencia tipo Alzheimer. Estudio de casos. *Revista de Investigación en Logopedia* 1 (2015) 40-59.
- Shriberg, E. 1994. *Preliminaries to the theory of speech disfluencies*. PhD dissertation, University of California, Berkeley.

- Stepanova, S. 2007. Some features of filled hesitation pauses in spontaneous Russian. In: J. Trouvain y W. J. Barry (Eds.): *Proceedings of ICPhS 2007. 16th International Congress of Phonetic Sciences, Saarbrücken*, pp. 1325-1328.
- t'Hart, J. T., Collier, R. & Cohen, A. 1990. *A perceptual study of intonation. An experimental-phonetic approach to speech melody*. Cambridge: Cambridge University Press
- Toledo, G. 2010. Métricas rítmicas en tres dialectos Amper-España Rhythmic metrics in three dialects of Amper-Spain. *Estudios Filológicos* 45: 93-110. https://scielo.conicyt.cl/scielo.php?pid=S0071-17132010000100008&script=sci_arttext [last accessed 12/02/2020]
- Villa Villa, J. et al. 2017. Las vocales de relleno en español: nuevos datos y algunas reflexiones. In: Ruiz Minares et al. (Eds): *Nuevos estudios sobre Comunicación Social, Vol. I.*, Centro de Linguística Aplicada, Santiago de Cuba. pp. 165-169.
- The source of the image in Figure 1: from the World Wide Web: https://www.freepik.com/free-vector/map-spain_2454242.htm#page=1&query=spain%20maps&position=4 [last accessed 12/02/2020]

Redes, cadeias, sistemas e reportórios: sobre as relações entre gêneros

Paulo Nunes da Silva
Universidade Aberta / CELGA-ILTEC
paulo.silva@uab.pt

RESUMO

Diversas disciplinas e áreas de investigação linguística privilegiam atualmente o estudo e a teorização sobre os gêneros (Bronckart 1997; Adam 2008; Maingueneau 2014; Swales 2004; Devitt 2004; i.a.). Ao longo dos últimos anos, foram propostos múltiplos conceitos associados aos gêneros, como resultado da realização de pesquisas e da apresentação de propostas conceptuais que incidem nas relações entre essas categorias. Porém, os conceitos nem sempre são designados e definidos de forma clara e inequívoca.

Este artigo tem como objetivo principal apresentar e sistematizar as propostas de autores que teorizaram sobre as relações entre gêneros (Rastier 2001; Swales 2004; Devitt 2004), procurando comparar e articular as suas concepções com as de outros investigadores que também refletiram acerca dos mesmos temas (Adam 2011; Maingueneau 2014). A síntese crítica que se propõe demonstra que o uso de etiquetas diferentes para referir os mesmos conceitos e de etiquetas iguais para referir conceitos distintos pode suscitar equívocos. Acresce que, pontualmente, se observam sobreposições parciais entre eles. As reflexões expostas pretendem constituir um contributo para que os conceitos em causa sejam compreendidos de forma mais clara.

PALAVRAS-CHAVE

gêneros, comunidades discursivas, tipos de discurso, relações entre gêneros.

ABSTRACT

In recent years, several research and disciplinary areas have been focusing on analysing and developing theoretical concepts about genres and genre relations (Bronckart 1997; Adam 2008; Maingueneau 2014; Swales 2004; Devitt 2004; i.a.). As a result, multiple concepts related to genres have been introduced. However, these concepts are not always clearly described, distinguished or characterized.

This paper intends to present and to define different proposals by several authors (Rastier 2001; Swales 2004; Devitt 2004) and to compare them with other theoretical reflections about the same issues (Adam 2011; Maingueneau 2014). This contrastive analysis shows that misconceptions may arise as a consequence of using the same label to refer to different concepts and adopting different labels to refer to the same concept. Occasionally, possible examples of conceptual overlapping were detected. These reflections are, therefore, intended as a contribution to ensure that the concepts are more clearly understood.

KEYWORDS

genres, discourse communities, discourse types, genre relations.

1. Introdução

As reflexões e propostas de Bakhtin (1986), cujas traduções chegaram ao ocidente a partir dos anos 70 do século passado, desencadearam um especial interesse pelos géneros no seio dos estudos linguísticos. Consequentemente, ao longo das décadas seguintes, proliferaram os estudos realizados no âmbito de diversas teorizações e disciplinas linguísticas em que se foca predominantemente a atenção nos textos e nos géneros em que eles se inserem. No conjunto das áreas de investigação que se centram nos géneros, merecem destaque a Linguística Textual (e, em particular, a Análise Textual dos Discursos, segundo Adam 2008), a Análise do Discurso (Maingueneau 2014) e o Interacionismo Sociodiscursivo (Bronckart 1997, 2008), entre as escolas de língua francesa, assim como o Inglês para Fins Académicos (Swales 1990, 2004), os Estudos Retóricos dos Géneros (Miller 1984; Berkenkotter & Huckin 1995; Devitt 2004) e a Linguística Sistémico-Funcional (Rose & Martin 2012), entre as escolas de língua inglesa.

Deste modo, o género conquistou, nas últimas décadas, uma relevância e uma centralidade que possivelmente excedem as que lhes são atualmente concedidas na área da teoria literária, no seio da qual tem sido objeto de reflexão desde Platão (cf. *A República*) e Aristóteles (cf. *Poética* e *Retórica*). Com a proliferação de estudos sobre os géneros não literários no âmbito de disciplinas linguísticas, multiplicaram-se as propostas teóricas acerca do género e de noções que lhe estão associadas. Além disso, observou-se, nos anos mais recentes, uma mudança na abordagem dos géneros que consiste em perspetivá-los não apenas isoladamente, mas considerando as complexas relações que mantêm uns com os outros (Vian Jr. 2015: 106-107). Esta alteração paradigmática é particularmente notória nas áreas do Inglês para Fins Académicos e dos Estudos Retóricos dos Géneros (Bawarshi & Reiff 2010). Nas duas áreas, têm sido propostos e adotados conceitos diversos que refletem o interesse dos investigadores em descreverem os diferentes tipos de relações entre os géneros.

Todavia, esses conceitos nem sempre se apresentam claramente definidos, delimitados, caracterizados ou exemplificados. Por isso, há, não raras vezes, confusões e sobreposições motivadas por razões de natureza terminológica, dado que uma mesma designação pode referir conceptualizações distintas, etiquetas diferentes remetem, por vezes, para o mesmo conceito, e é possível detetar casos de sobreposição parcial entre dois conceitos. Justifica-se, por isso, elaborar uma sistematização das diversas propostas acerca das relações entre géneros, cruzando enquadramentos teóricos distintos.

Nesse sentido, o presente artigo constitui uma síntese crítica de propostas conceptuais oriundas de diversas áreas disciplinares e teorizações. A reflexão, que se enquadra no âmbito da teoria do texto e é tributária da teoria dos géneros, foca alguns dos principais conceitos a que se associa o género e as mais relevantes relações para as quais este conceito é convocado. Em particular, assume-se como tributária dos principais preceitos propostos e adotados no âmbito das áreas de investigação do Inglês para Fins Específicos (Swales, 1990, 2004), da Análise Textual dos Discursos (Adam 2008) e da escola francesa de Análise do Discurso (Maingueneau 2014). Dado que tem sido nas áreas do Inglês para Fins Académicos e dos Estudos Retóricos dos Géneros que mais propostas teóricas sobre as relações entre os géneros têm emergido, a exposição acerca da maioria das relações entre géneros incidirá principalmente em dois autores, um de cada uma dessas áreas: Swales (2004) e Devitt (2004), respetivamente.

O artigo inicia-se com uma caracterização dos conceitos de género, de comunidade discursiva (ou formação sociodiscursiva) e de tipos de discurso (na secção 2), dado que configuram uma base teórica indispensável para enquadrar a exposição efetuada. A seguir, procede-se à explicitação dos conceitos de subgénero e de género incluído (na secção 3) e de diferentes relações entre grupos de géneros (nas secções 4 e 5). Por fim, refletir-se-á criticamente acerca das sistematizações apresentadas (na secção 6).

2. Género, comunidade discursiva e tipo de discurso

O género é atualmente um conceito central em áreas disciplinares que investigam as práticas discursivas. Há diferenças relevantes na maneira como

as diversas escolas e disciplinas perspetivam os géneros: ora se privilegia as propriedades textuais, ora se enfatiza as propriedades das situações comunicativas em que eles são usados, ora se procura articular aspetos textuais e situacionais. Estas perspetivas diversas decorrem de diferentes posicionamentos teóricos e de objetivos distintos que se pretende atingir.

Assim, numa perspetiva predominantemente textual, os **géneros** podem ser definidos como classes de textos relativamente estáveis (Bakhtin 1986) ou provisoriamente estabilizadas (Schryer 1993) que evidenciam propriedades internas semelhantes (Adam 2001, 2008), a nível dos temas abordados, dos planos de texto convocados e dos estilos adotados¹ (Bakhtin 1986; Adam 2001), ainda que estes aspetos sejam condicionados por fatores externos (Adam & Heidmann 2007). Tais propriedades conferem aos exemplares de um dado género um "ar de família" próprio, sendo, por isso, agrupados numa mesma classe com base na sua prototipicidade.

Mas os géneros também podem ser perspetivados tendo em consideração as propriedades relativas à situação comunicativa em que são usados: focando a atenção nas áreas de atividade socioprofissional em que emergem e circulam, nos papéis socioprofissionais que assumem os interlocutores e nos objetivos que com eles pretendem atingir (Swales 1990, 2004; Adam 2001; Maingueneau 2014). Neste sentido, pode-se atentar particularmente nas ações que os textos dos diferentes géneros permitem concretizar (Miller 1984; Bronckart 1997), uma vez que eles ocorrem em situações tipificadas e recorrentes (Devitt 2004), constituindo formas de cognição situada enraizadas em áreas de atividade específicas (Berkenkotter & Huckin 1995).

A distinção entre propriedades externas ou situacionais e propriedades internas ou textuais dos géneros ilustra a ideia segundo a qual cada género se inscreve num modelo de situação comunicativa e prevê (com graus de flexibilidade variáveis) um modelo prototípico de formulação textual (Adam 2011: 17).

Merece ser sublinhado que quase todas as disciplinas, áreas de investigação e enquadramentos teóricos atrás mencionados convergem nas seguintes conceções: **i)** os géneros são definidos, identificados, delimitados

¹ A propósito desta tríade sugerida por Bakhtin (1986: 60), Adam (2011: 23) refere-se, respetivamente, aos planos semântico, composicional e da textura frásica e transfrásica (ou componente estilístico-fraseológica; cf. Adam 2001: 40).

e caracterizados com base em critérios múltiplos e heterogéneos (externos e internos), de tal modo que os critérios que servem para identificar um dado género não são necessariamente os mesmos que são usados para identificar um outro género. Além disso, **ii**) os géneros (e as respetivas etiquetas) são categorias que emergem nas comunidades discursivas em que são usados, o que significa que constituem "classificações populares" (por oposição às "classificações eruditas", que são propostas por especialistas; cf. Chiss & Filliolet (1987)). Por fim, **iii**) os géneros configuram conjuntos abertos, dado que é sempre possível que, numa perspetiva diacrónica, sejam "espontaneamente" gerados novos géneros (atente-se nos géneros que surgiram nas últimas décadas, devido a desenvolvimentos tecnológicos)².

Apesar dos pontos de vista divergentes próprios de áreas e disciplinas com objetivos distintos, os géneros são consensualmente concebidos como categorias que emergem e circulam no seio de comunidades discursivas (Swales 1990; Maingueneau & Cossutta 1995) ou formações sociodiscursivas (Bronckart 1997; Maingueneau 2002b, 2011, Adam 2011) específicas. De facto, o enraizamento dos géneros em contextos socioculturais precisos e em períodos de tempo específicos - «l'indexation socio-historique des genres», nas palavras de Adam (2011: 18) - é uma assunção generalizada no seio dos múltiplos campos do conhecimento que focam a atenção no género.

Uma **comunidade discursiva** (ou **formação sociodiscursiva**) corresponde, *grosso modo*, a um conjunto de indivíduos que se dedicam a concretizar tarefas no âmbito de uma dada área de atividade socioprofissional³ e constitui, além disso, «[un] groupe qui n'existe que par et dans l'énonciation de textes» (Maingueneau & Cossutta 1995: 115). Combina-se, portanto, um critério socioprofissional e um critério discursivo para definir e delimitar estes grupos⁴.

² Estas três conceções acerca do género não são partilhadas pela Linguística Sistémico-Funcional, porquanto, nesta perspetiva, **i**) todos os géneros se definem com base em dois critérios (um externo - o objetivo comunicativo - e outro interno - a estruturação textual); além disso, **ii**) as classificações em géneros são propostas por especialistas (cf. Rose & Martin 2012) e **iii**) constituem conjuntos fechados.

³ De acordo com Swales (1990: 24-27), as comunidades discursivas caracterizam-se, entre outras propriedades, por perseguirem reconhecidamente um conjunto de objetivos comuns, possuírem mecanismos próprios de intercomunicação entre os seus membros, disporem de géneros diversos e específicos que os ajudam a atingir os objetivos e usarem vocabulário específico da sua atividade. Ao longo deste artigo, assume-se que o conceito de comunidade discursiva é equivalente ao de formação (socio)discursiva, inicialmente proposto por Foucault (1969) e adotado por diversas escolas de língua francesa (Bronckart 1997; Adam 2008; Maingueneau 2011).

⁴ Em rigor, os conceitos de comunidade discursiva e de formação sociodiscursiva apresentam ligeiras diferenças,

Os indivíduos que desempenham atividades e assumem papéis socioprofissionais relacionados com a atividade jornalística (na imprensa escrita, na televisão, na rádio, em meio digital, etc.) podem ser incluídos numa mesma comunidade discursiva. De igual modo, os sujeitos que se dedicam à atividade política nas suas mais diversas formas (presidente da república, ministro, líder partidário, deputado, sindicalista, etc.) integram uma única comunidade discursiva. Raciocínios semelhantes podem ser adotados para áreas de atividade como a justiça, a religião, a investigação, a publicidade, entre outras.

Não se deve concluir que todos os membros de uma dada comunidade discursiva (por exemplo, a dos agentes políticos) pretendem atingir exatamente os mesmos objetivos, mas, sim, que perseguem os mesmos tipos de objetivos, tais como "ser eleito para um determinado órgão de poder" ou "tomar determinadas decisões de natureza política". As comunidades discursivas são heterogêneas e os indivíduos (ou subgrupos de indivíduos) que as compõem muitas vezes pretendem atingir objetivos diferentes ou mesmo opostos e contraditórios, como facilmente se compreende se atentarmos na atividade política e nos diversos agrupamentos delimitados em função de valores e práticas sociais, ideológicas, políticas, etc. (Maingueneau & Cossutta 1995: 115).

Além disso, é conveniente sublinhar que as comunidades discursivas (ou formações sociodiscursivas) não existem *a priori*, dado que não se apresentam ao teórico ou investigador como previamente delimitadas: «[elles] ne sont pas stabilisées par des propriétés qui définissent des frontières en quelque sorte pré-formatées» (Maingueneau 2011: §42). Assim, quando se fala de uma comunidade discursiva correspondente aos indivíduos que se dedicam ao jornalismo ou ao ensino em Portugal, procede-se artificialmente a recortes da sociedade portuguesa com base nas áreas de atividade socioprofissional desses sujeitos falantes.

que refletem as suas origens, assim como as áreas disciplinares e teorizações em que são predominantemente usados. Aliás, a própria noção de formação sociodiscursiva revela alguma instabilidade (Maingueneau 2002b: 269), consoante os investigadores que dela se servem, os temas abordados e os objetivos que visam atingir. Por exemplo, segundo Maingueneau (2014: 84-92), pode distinguir-se as formações sociodiscursivas de identidade (concebidas com base numa instância produtora, como os enfermeiros ou os professores) das formações sociodiscursivas de tema (que se refletem em e se deduzem a partir de designações como discurso "antinuclear", "supremacista", do "maio de 68", "islamofóbico", etc.). De qualquer modo, no âmbito da escola francesa de Análise do Discurso, "la notion de communauté discursive est solidaire de celle de formation discursive", Maingueneau (2002a: 105). Por isso se assume que podem ser perspetivados como maioritariamente sobrepostos. Para uma caracterização mais fina dos dois conceitos, veja-se Maingueneau (2002a, 2002b).

Na medida em que os grupos são demarcados pelo investigador a partir de fatores como o tema que se pretende estudar, o fôlego e os objetivos da pesquisa (Maingueneau 2014: 63-64, 81), eles podem ser especificados e segmentados em subgrupos. Pode-se delimitar um grupo relativo aos professores em Portugal ou segmentá-lo em subgrupos como os professores do ensino básico e secundário, os professores da região norte, os professores de história, os professores de matemática do 2.º ciclo, os professores do ensino especial, etc.

Ou seja, de acordo com Maingueneau (2014), o investigador apoia-se simultaneamente em conceptualizações pré-existentes, atestadas na realidade, e em unidades e conceitos que são constructos (que resultam, por exemplo, da delimitação artificial de parcelas da realidade). As primeiras são designadas unidades tópicas e as segundas, unidades não tópicas. O autor opõe, então, unidades tópicas, como os géneros, a unidades não tópicas, como as formações sociodiscursivas e os tipos de discurso.

Um **tipo de discurso**, nesta perspetiva, consiste no conjunto de todos os textos produzidos no seio de uma dada comunidade discursiva⁵. Os textos da responsabilidade dos indivíduos que se dedicam ao jornalismo, quando estão investidos de papéis socioprofissionais inerentes a essa área, inserem-se no discurso jornalístico. O mesmo raciocínio é válido para os textos produzidos por outras comunidades discursivas, a que se pode associar tipos de discurso como o religioso, o político, o científico ou o literário⁶.

Segundo Foucault (1969: 153), «on appellera discours un ensemble d'énoncés en tant qu' ils relèvent de la même formation discursive». Deste modo, os conceitos de comunidade discursiva/formação sociodiscursiva e de tipo de discurso definem-se reciprocamente: um **tipo de discurso** inclui os textos produzidos pelos membros de uma dada **comunidade discursiva** que, por sua vez, se delimita com base nos textos que produz, ou seja, no tipo de discurso por que é responsável.

⁵ «[On emploie] le terme "type de discours" pour designer des pratiques discursives attachées à un même secteur d'activité, des groupements de genres stabilisés par une même finalité sociale», Maingueneau (2014: 64).

⁶ No âmbito do Interacionismo Sociodiscursivo (ISD), usa-se a etiqueta "tipo de discurso" numa outra aceção: ela designa cada um dos quatro modos de enunciação (ou mundos discursivos) previstos nessa teorização. Os quatro tipos de discurso definem-se e distinguem-se segundo dois critérios distintos, que correspondem a "dois tipos de relação: a relação de temporalidade (disjunção/conjunção) e a relação de participação do agente produtor da ação de linguagem e o que está semiotizado no texto (implicação/autonomia)" (Rosa 2015: 17). Do cruzamento destes dois critérios resultam quatro tipos de discurso: discurso interativo, relato interativo, discurso teórico e narração (Bronckart 1997: 159). Nesta perspetiva, os tipos de discurso são identificáveis por propriedades linguísticas, o que permite passar do nível "des types abstraits, ou architypes psychologiques, à celui des types concrets, ou types linguistiques" (Bronckart 1997: 167).

Às comunidades discursivas e aos tipos de discurso que lhes são próprios associa-se **géneros** específicos. No discurso jornalístico, inserem-se géneros como a notícia, a reportagem, o editorial ou a entrevista. Ao discurso religioso, são associados géneros como o sermão, a oração, a encíclica ou a bula. E, no discurso literário, integram-se géneros como o romance, o conto, o soneto ou a tragédia.

Como se depreende desta exposição, os três conceitos - **comunidade discursiva**, **tipo de discurso** e **género** - são indissociáveis e definem-se reciprocamente. Explicitado este enquadramento, nas secções seguintes, focar-se-á a atenção no principal tema do artigo: as diferentes relações entre géneros.

3. Género, subgénero e género incluído

A relação entre **géneros** e **subgéneros** tem sido caracterizada no âmbito da Teoria da Literatura. As principais conceções inerentes à relação entre géneros e subgéneros foram adotadas no âmbito dos estudos linguísticos, dado que, a este respeito, se constatou não existir um abismo entre os géneros literários e os não literários (Todorov 1987; Maingueneau 2004, 2014; Adam 2011).

A definição seguinte diz respeito especificamente a subgéneros literários, mas pode aplicar-se a qualquer subgénero, literário ou não:

Os géneros literários [...] podem dividir-se em subgéneros, em função da específica relevância que no seu código [...] assumem determinados factores semântico-pragmáticos e estilístico-formais. [...] o subgénero representa em relação ao género um fenómeno de hipercodificação, isto é, um fenómeno de especificação e de complexificação das normas e convenções já existentes e atuantes [...] no género.

Silva (1988: 399-400)

Nesta perspetiva, os textos de muitos géneros (literários e não literários) manifestam propriedades específicas que justificam a sua inserção

concomitante numa subclasse. Ou seja, os textos em causa mantêm as propriedades inerentes a um dado género, mas evidenciam outras que sistematicamente os particularizam. Podem, nesses casos, ser considerados como espécime de um determinado subgénero. Constituem, assim, exemplares de um género e, em simultâneo, de um subgénero.

Quanto às etiquetas adotadas, as designações destas categorias são constituídas por «um substantivo, que é a designação genológica abrangente, completado por um atributo que o especializa» (Reis 1995: 264). Assim, as designações dos subgéneros ancoram-nos explicitamente ao género de que dependem.

Eis alguns exemplos desta relação: o género dicionário compreende subgéneros como o dicionário unilingue, o dicionário bilingue, o dicionário etimológico, o dicionário de sinónimos, o dicionário de antónimos, o dicionário de autores e o dicionário temático, entre outros. Estes exemplos comprovam que a etiqueta de um subgénero (como dicionário unilingue) integra sempre a designação do género maior (dicionário) com o qual se relaciona.

À semelhança dos géneros, os subgéneros são categorias sociocultural e historicamente situadas. Porém, dada a sua dependência relativa aos géneros, possuem muitas vezes uma duração mais precária, isto é, são ainda mais «transitórios e instáveis [do que os géneros] [...] uma vez que a sua instituição responde a peculiares e não raro fugazes cenários epocais» (Reis 1995: 264).

Relação diferente é a que se estabelece entre um **género** e um **género incluído** (Rastier 1989, 2001). O capítulo correspondente à introdução de um texto do género tese de doutoramento, por exemplo, pode ser considerado um género, dado que ocorre de forma reiterada na mesma situação comunicativa e, com ele, o autor visa atingir objetivos específicos. Além disso, de um ponto de vista textual, a introdução de uma tese de doutoramento localiza-se sempre em posição inicial, incide geralmente em elementos-chave da pesquisa realizada (como o tema e a justificação da sua escolha, as finalidades visadas, as hipóteses de trabalho e, eventualmente, referências ao enquadramento teórico e à metodologia) e adota estruturas retóricas previsíveis (justifica a relevância e a originalidade do tema selecionado, demonstra que a pesquisa realizada é pertinente no seio da

área disciplinar em que se inscreve, etc.) (Swales 1990; Bunton 2002).

Assim, a introdução pode ser perspetivada como um género incluído em textos de um outro género, neste caso, a tese de doutoramento. O mesmo se observa com o *abstract* ou a conclusão. Outros exemplos de géneros incluídos são os seguintes: preâmbulo, prólogo, prefácio, agradecimentos, dedicatória, nota biográfica, artigo (em textos do discurso jurídico, por exemplo), conclusão, notas finais e índice⁷. Trata-se, em todos os casos, de géneros que ocorrem recorrentemente em situações comunicativas previsíveis, com os quais se procura concretizar objetivos semelhantes e que evidenciam propriedades textuais específicas. Esses objetivos, por sua vez, contribuem para a concretização das finalidades inerentes ao texto do género maior.

Em contraste com o que se observou a propósito da relação entre género e subgénero, cada género incluído comporta uma designação distinta da que refere o género em que se insere (como *tese de doutoramento* e *introdução*).

Quando existe mais do que «un genre inclus dans un genre d'un niveau supérieur, [...] il entre en relation de complémentarité avec d'autres genres» (Maingueneau 2014: 73). Diz-se, então, que esses géneros incluídos constituem **géneros contíguos** ou **complementares**. Assim, a relação entre um género maior e um género que nele se insere e constitui uma parte do género maior é de hierarquização entre um **género** e um **género incluído**. Já a relação entre dois géneros incluídos no seio de um género maior é de complementaridade; os dois géneros constituem, neste caso, **géneros contíguos** ou **complementares**.

A título de exemplo, atente-se na introdução de uma tese de doutoramento. No texto do género maior, ocorrem também textos do género índice e conclusão. Deste modo, a introdução, é, simultaneamente, um género incluído, desde que perspetivado na sua relação com o género maior (a tese de doutoramento), e um género contíguo, desde que perspetivado na sua relação com o índice e a conclusão, com os quais coocorre no texto do género maior.

⁷ Dado que há vários subgéneros do género índice (índice de quadros, índice de tabelas, índice de imagens, índice de abreviaturas, etc.), cada um dos subgéneros também pode ser considerado um género incluído. Na secção 6. Discussão, o cruzamento entre subgéneros e géneros incluídos será mais detalhado.

Acrescente-se que parece ser preferível considerar os géneros incluídos numa escala gradativa, e não como uma oposição discreta ou dicotómica. Há géneros que podem ser considerados incluídos em todas as circunstâncias em que ocorrem. Por exemplo, textos dos géneros introdução e conclusão encontram-se em géneros como a tese de doutoramento e a dissertação de mestrado (no âmbito do discurso académico⁸). Mas não parece ser possível que eles ocorram de forma autónoma, isto é, sem se encontrarem integrados no texto do género maior de que fazem parte.

Todavia, há géneros incluídos que, em circunstâncias específicas, podem surgir autonomamente, ou seja, não estando agregados aos textos dos géneros maiores em que geralmente se incluem. O *abstract* é um género escrito do discurso académico que tem como principal objetivo sumariar a informação essencial relativa a uma investigação já realizada ou a concretizar. Para tal, integra conteúdos típicos, nomeadamente os que são considerados mais relevantes e estruturantes de uma pesquisa, como o tema estudado, os objetivos que se pretende atingir, as hipóteses de trabalho, o enquadramento teórico, a metodologia adotada e os resultados obtidos ou previstos.

É um **género incluído** quando ocorre integrado em textos de géneros maiores, como a tese de doutoramento, a dissertação de mestrado ou o artigo científico. Nestes casos, o *abstract* descreve sucintamente pesquisas já concretizadas e acompanha (geralmente antecedendo) os textos em que esses estudos são apresentados.

Porém, o *abstract* também é usado quando um investigador submete uma proposta de comunicação no âmbito de um encontro científico. Quando tal acontece, sucede frequentemente que a pesquisa a ser apresentada na comunicação foi apenas esboçada, mas não está ainda concluída (e, muitas vezes, nem sequer foi iniciada, mas apenas planeada). Acresce que o *abstract* enviado à comissão organizadora do evento segue isoladamente, ou seja, não está integrado num texto (mais extenso) de outro género. Nestas circunstâncias, o *abstract* constitui um **género autónomo**.

É possível, ainda, que textos de um género incluído ganhem autonomia,

⁸ Adiante, ver-se-á que os géneros introdução e conclusão ocorrem em géneros de outros tipos de discurso. Acresce que os textos desses géneros podem adotar outras designações, como *reflexões preliminares* ou *considerações finais*.

por exemplo, devido a uma decisão de natureza editorial. Jorge Luis Borges era um escritor prolífico na redação de prólogos que acompanhavam obras de outros autores. Em 1975, foi publicada uma compilação de textos seus do gênero prólogo – na versão traduzida para português, a obra intitula-se *Prólogos, com um prólogo de prólogos*. Quando foram redigidos e publicados pela primeira vez, esses textos constituíam exemplares de um gênero incluído. Na coletânea, porém, os textos de Borges autonomizaram-se, pois cada um deles já não ocorre integrado na obra cujo texto apresentava na edição original. Deste modo, a inclusão dos prólogos do autor numa única obra, em que não ocorrem junto dos textos que introduzem, transforma-os em exemplares de um gênero autônomo, e já não de um gênero incluído, como terão sido na sua primeira edição⁹.

A concluir esta secção, note-se que um subgênero constitui, em todos os casos, um exemplar do gênero “maior” ou “de nível superior”: assim, pode dizer-se que *um romance histórico é um romance* e que *um dicionário bilingue é um dicionário*. Todavia, entre um gênero incluído e o gênero em que ele se insere não é possível afirmar o mesmo, pois uma introdução não é uma tese de doutoramento, assim como um prefácio não é um romance; o que se pode afirmar é que *uma introdução faz parte de uma tese de doutoramento*, ou que *integra uma tese de doutoramento*.

A seguir, refletir-se-á sobre outras relações entre categorias genéricas que foram definidas e caracterizadas no seio de disciplinas e áreas de investigação linguística.

4. Constelações de gêneros, segundo Swales (2004)

Como já foi referido, nas áreas do Inglês para Fins Académicos e dos Estudos Retóricos dos Gêneros, em particular, procura-se estudar, descrever e explicitar as relações que cada gênero mantém com outros gêneros, salientando as interações recíprocas que grupos de dois ou mais gêneros estabelecem e mantêm. Assume-se, portanto, que a competência genérica

⁹ Outras motivações de natureza não apenas editorial mas também estética, artística, programática, histórico-periodológica e sociocultural podem contribuir para que um texto de um gênero incluído se autonomize e ganhe um relevo inesperado. É, provavelmente, o caso do prefácio dos *Azulejos do conde de Arnoso*, de Eça de Queirós, e do prefácio de *Lyrical ballads*, de William Wordsworth.

inclui não apenas o conhecimento de géneros individuais, mas também os modos como diversos géneros podem interagir entre si e ser usados de forma articulada visando atingir objetivos específicos (Bawarshi & Reiff 2010: 50). De acordo com Vian Jr. (2015: 105),

«this change of focus from genre as an isolated phenomena to genres that are a part of systems recognizes the intricacies involved in genres and genre interactions. In turn, this recognition demands a complex perspective that accounts for the overlapping and inter facing ways of understanding genre».

Como hiperónimo de qualquer um dos grupos de géneros que serão caracterizados nas secções seguintes, Swales (2004: 12) usa a etiqueta **constelações de géneros** (*constellations of genres*)¹⁰.

4.1. Redes de géneros

Uma **rede de géneros** corresponde à totalidade dos géneros que estão disponíveis para os membros de uma dada comunidade discursiva. Nas palavras de Swales (2004: 22), «genre networks [...] turn out to be the totality of genres available for a particular sector». Assim, cada comunidade conta com uma rede de géneros para poder desenvolver as suas atividades específicas e atingir os objetivos que lhe são próprios.

Outros autores, como Bakhtin (1986: 60) e Devitt (2004: 57), adotaram a etiqueta **reportório de géneros** (*genre repertoires*) para referir o mesmo conceito¹¹. Por seu turno, Todorov (1987) e Adam (2011: 14) também identificam **sistemas de géneros** (*systeme de genres*) com as redes e os

¹⁰ Devitt (2004: 54-58) parece adotar a designação **conjuntos de géneros** (*genre sets*) em duas aceções : por um lado, refere qualquer grupo de géneros (aceção lata); por outro, indica grupos de géneros usados por um ou mais indivíduos, visando concretizar diversas ações no âmbito da área de atividade em que se situa(m) e atingir objetivos específicos (aceção restrita). Nesta aceção, cada conjunto de géneros é um subgrupo do reportório de géneros de uma dada área de atividade socioprofissional. A etiqueta **conjuntos de géneros** adotada por Swales (2004: 20) parece coincidir apenas com a aceção mais restrita proposta por Devitt (2004). Este é um dos diversos casos em que as designações usadas podem originar equívocos assentes em confusões terminológicas e conceptuais.

¹¹ Segundo Bakhtin (1986: 60), « [...] each sphere of activity contains an entire *repertoire of speech genres* that differentiate and grow as the particular sphere develops and become more complex». E, de acordo com Devitt (2004: 57), «a *genre repertoire* is the set of genres that a group owns, acting through which a group achieves all of its purposes, not just those connected to a particular activity». Os destaques em itálico nas citações são da nossa responsabilidade.

reportórios de gêneros¹².

As pesquisas cuja atenção incide nas redes de gêneros (ou nos reportórios de gêneros, ou nos sistemas de gêneros) visam descrever os gêneros específicos de uma dada comunidade discursiva, procurando, entre outros aspetos, evidenciar as interações que existem entre eles, explicitar a interdependência entre os gêneros usados, as atividades desenvolvidas, as motivações, os objetivos e os valores inerentes à comunidade em causa, etc. A este propósito, atente-se na seguinte citação de Devitt (1991), que analisou o **reportório de gêneros** (ou **rede de gêneros**, na terminologia de Swales 2004) associados à atividade de contabilidade fiscal:

[The] examination of the role and interaction of texts within tax accounting has revealed how essential texts are to the constitution and accomplishment of this professional community. Each text functions to accomplish some of the firm's work; [...] For tax accountants– and perhaps for other professionals– texts are so interwoven with and deeply embedded in the community that texts constitute its products and its resources, its expertise and its evidence, its needs and its values.

Devitt (1991: 353-354)

A rede de gêneros adensa-se à medida que a comunidade discursiva evolui e se complexifica. Por isso, o estudo das redes de gêneros pode assentar também numa perspetiva diacrónica, visando descrever e compreender os meios e os motivos pelos quais emergem certos gêneros com determinadas propriedades. Neste âmbito, a intertextualidade é um conceito central (Bakhtin 1986; Devitt 1991, 2004), porquanto os novos gêneros nascem a partir de outros gêneros já existentes (Todorov 1987; Adam 2011). A intertextualidade pode manifestar-se na adoção, por um dado género (em especial, por um género em formação), de propriedades retóricas e estilísticas típicas de um outro género usado no seio da mesma comunidade discursiva – o que constitui um caso de intertextualidade

¹² Para estes autores, **sistemas de gêneros** englobam os gêneros que «les groupes sociaux élaborent au cours de leur évolution historique, faite de contacts et d'emprunts avec et à d'autres groupes sociaux» (Adam 2011: 14). Subjaz a esta conceção a perspetiva segundo a qual os gêneros surgem, desenvolvem-se e desaparecem, refletindo as necessidades e os valores da formação sociodiscursiva em que são usados e promovendo os respetivos objetivos.

genérica, de acordo com Devitt (1991).

Deste modo, estudar os géneros de uma comunidade discursiva permite conhecer e compreender não apenas o que é inerente às práticas discursivas dos seus membros, mas também os valores e os objetivos específicos dessa comunidade, assim como as relações (genéricas, interpessoais, institucionais) entre os diversos interlocutores envolvidos. O conceito de rede de géneros é, então, particularmente relevante no âmbito de áreas de investigação que tenham como objetivo descrever os géneros.

4.2. Conjuntos de géneros

Na perspetiva de Swales (2004), os **conjuntos de géneros** (*genre sets*) referem-se aos géneros usados por um único indivíduo ou por um grupo de indivíduos¹³:

[a **genre set** is] that part of the total genre network that a particular individual – or more usefully sometimes a class of individuals – engages in, either or both receptively and productively, as part of his or her normal occupational or institutional practice.

Swales (2004: 20)

Um conjunto de géneros é, então, um subgrupo do grupo referido pela etiqueta rede de géneros. Este conceito pode ser determinante para estudos diversos, através da adoção de uma abordagem sincrónica (para identificar os géneros de que, num dado momento, o sujeito falante se serve), ou diacrónica (focando a atenção nos géneros que usa e vai adotando ao longo de um determinado período de tempo, procurando explicitar e compreender a evolução que revela no domínio de géneros específicos).

No primeiro caso, o conceito é particularmente relevante quando se considera que cada sujeito falante assume diversos papéis socioprofissionais no seu quotidiano -, dependendo da situação comunicativa em que se encontra, insere-se em diversas comunidades discursivas: no local de

¹³ Como foi anteriormente mencionado, Devitt (2004: 54-56) parece usar a etiqueta **conjuntos de géneros** (*genre sets*) em duas aceções: numa aceção mais abrangente, constitui um hiperónimo de qualquer grupo de géneros; numa aceção mais restrita, coincide com a conceção de conjunto de géneros proposta por Swales (2004). Assim, em relação a esta designação, a conceptualização de Swales (2004) corresponde parcialmente à de Devitt (2004).

trabalho, com a família ou com os amigos. E isso resulta no uso de géneros diferenciados, em função dos papéis de que está investido.

Por exemplo, o reitor de uma universidade, no local de trabalho, pode produzir textos de géneros escritos como o despacho, a mensagem de correio eletrónico ou o artigo científico, e géneros orais como a aula, a conferência ou a intervenção numa reunião do conselho geral. Em contexto familiar ou de relacionamento interpessoal com amigos e conhecidos, os géneros usados são necessariamente outros.

Assim, o conceito de conjunto de géneros permite caracterizar indivíduos específicos de acordo com os papéis socioprofissionais que assumem e, desse modo, captar aspetos relacionados com a organização social subjacente ao uso dos géneros.

Recorde-se que, por um lado, há géneros que são exclusivamente usados por indivíduos investidos de papéis socioprofissionais específicos: a bula só pode ser produzida pelo papa; o decreto-lei, por um membro do governo; a prescrição de fármacos, por um médico; etc. O acesso a determinados géneros está, por assim dizer, vedado a indivíduos que não estão investidos de estatutos socioprofissionais específicos. Assumir um dado papel socioprofissional consiste em ter permissão, legitimidade e autoridade para produzir textos de determinados géneros.

Acresce que, em múltiplas atividades, o domínio de certos géneros adquire-se progressivamente (e, neste caso, justifica-se um abordagem diacrónica). No discurso académico, por exemplo, antes de redigir textos dos géneros artigo científico e tese de doutoramento, um estudante precisa de revelar mestria no uso de géneros como as respostas em provas de avaliação, relatórios e outros trabalhos (escritos ou orais), e obter, por essa via, sucesso em disciplinas e seminários, ou seja, concluindo sequencialmente uma licenciatura, um curso de mestrado e um curso de doutoramento.

Deste modo, o estudo de conjuntos de géneros de sujeitos falantes específicos (considerados individualmente ou como grupos de indivíduos de uma comunidade discursiva) pode ser relevante para detetar e descrever os modelos de organização social subjacentes às práticas discursivas. De maneiras diversas, essas práticas refletem e reforçam relações de poder entre os indivíduos nas sociedades contemporâneas.

4.3. Cadeias de géneros

De acordo com Swales (2004: 18-20), as **cadeias de géneros** (*genre chains*) são sequências compostas por grupos de géneros distintos cuja produção se sucede de forma cronologicamente ordenada. Tal acontece quando o texto de um dado género solicita ou contribui para o surgimento de um texto de outro género. Em cadeias mais extensas, o segundo texto requer o surgimento de um terceiro texto, e assim sucessivamente. Esta relação de sequencialidade não corresponde a uma mera justaposição de textos e de géneros, porquanto os diversos géneros em causa interagem entre si (Maingueneau 2014: 72).

Há, portanto, cadeias de géneros que integram apenas dois géneros e outras que podem agregar múltiplos textos de vários géneros¹⁴. Um dos exemplos mais comuns nas sociedades atuais é o do formulário ou do requerimento que se preenche para se obter um texto de um outro género, como um diploma ou um certificado. Trata-se de uma cadeia de géneros, porquanto os dois textos de géneros distintos ocorrem temporalmente ordenados: em primeiro lugar, produz-se o formulário ou requerimento e só depois, como consequência dessa solicitação, se elabora o diploma ou certificado.

Há casos, porém, em que as cadeias são mais longas, sendo convocado um número significativo de textos de diversos géneros. No âmbito do discurso académico, uma dessas cadeias é a que corresponde à organização de um encontro científico e à subsequente publicação de um livro de atas. Neste sentido, o quadro n.º 1 explicita uma cadeia de géneros, na qual se inserem os textos produzidos por várias instâncias: os organizadores de um encontro científico, os autores que submetem propostas de comunicação e, mais tarde, artigos para o livro de atas, os editores desse livro e os revisores das propostas submetidas¹⁵.

¹⁴ Parece ser com base neste critério que Devitt (2004: 56-58) distingue géneros sobrepostos (*overlapping genres*) que obedecem a um **padrão de chamada e resposta** (*calland response pattern*) de **sistemas** (ou **sequências de géneros**). Ver secção 5.

¹⁵ No quadro, prevê-se que os revisores científicos recomendaram que quer a proposta de comunicação a apresentar em encontro científico, quer o artigo submetido necessitam de revisão e que, em ambos os casos, as segundas versões são aceites. Mas outros casos podem suceder: por exemplo, que a proposta de comunicação seja aceite sem necessitar de revisão ou que seja liminarmente rejeitada.

Quadro n.º 1 - Cadeia de géneros: organização de um encontro científico e publicação de um livro de atas

	Género	Autor(es) do texto	Público-alvo (potencial)
1	Chamada para comunicações	– Membro(s) da comissão organizadora de encontro científico	Investigadores da comunidade discursiva em causa
2	Proposta de comunicação	– Autor/Investigador 1	– Membro(s) da comissão organizadora de encontro científico – Revisor(es) científico(s)
3	Mensagem de resposta à proposta de comunicação com indicações de reformulação	– Membro(s) da comissão organizadora de encontro científico – Revisor(es) científico(s)	– Autor/Investigador 1
4	Proposta de comunicação revista	– Autor/Investigador 1	– Membro(s) da comissão organizadora de encontro científico – Revisor(es) científico(s)
5	Mensagem de aceitação da proposta de comunicação	– Membro(s) da comissão organizadora de encontro científico	– Autor/Investigador 1
6	Mensagem com indicação do programa do encontro científico	– Membro(s) da comissão organizadora de encontro científico	– Autor/Investigador 1 – Outros autores cujas comunicações foram aceites – Participantes no encontro científico
7	Comunicação em encontro científico	– Autor/Investigador 1	– Investigadores da comunidade discursiva em causa que participam no encontro científico
8	Chamada para artigos	– Membro(s) da comissão editorial do livro de atas	– Autor/Investigador 1 – Outros autores cujas comunicações foram aceites
9	Artigo submetido	– Autor/Investigador 1	– Editores da publicação – Revisor(es) científico(s)
10	Mensagem de resposta ao artigo submetido com indicações de reformulação	– Membro(s) da comissão editorial do livro de atas – Revisor(es) científico(s)	– Autor/Investigador 1
11	Artigo revisto (texto igual a 13)	Autor/Investigador 1	– Editores da publicação – Revisor(es) científico(s)
12	Mensagem de aceitação do artigo revisto	– Membro(s) da comissão editorial do livro de atas – Revisor(es) científico(s)	– Autor/Investigador 1
13	Artigo publicado em livro de atas (texto igual a 11)	– Autor/Investigador 1	– Investigadores da comunidade discursiva em causa

Fonte: autor

Uma advertência prévia deve ser introduzida, sublinhando o problema relativo à apresentação de etiquetas para cada um dos géneros indicados: se algumas dessas designações são bem conhecidas entre os investigadores - como chamada para comunicações e artigo submetido -, outras não estão generalizadas (ou seja, no quadro, poderiam ser adotadas outras designações). E, por vezes, há oscilações nas etiquetas usadas: uma proposta de comunicação é também designada resumo ou *abstract*.

No quadro, os géneros são numerados de forma crescente, em consonância com a previsível ordem de ocorrência. Contudo, entre os textos dos géneros 5 e 7, pode haver outras mensagens relativas a diversos assuntos relacionados com a inscrição do autor/investigador (pagamentos a efetuar, envio de recibo, inscrição em jantar, etc.). Do mesmo modo, entre os textos dos géneros 7 e 8, podem ser produzidas e trocadas outras mensagens, relativas a agradecimentos pela participação no encontro, ao envio de diploma, etc. Note-se, ainda, que os textos indicados em 11 e em 13 são iguais.

Quanto aos públicos-alvo de cada género, os textos com públicos-alvo mais alargados são os dos géneros 1, 6, 7, 8 e 13 - em particular, os textos 1 e 13, que potencialmente se dirigem a todos os membros da comunidade discursiva relativa à área disciplinar em causa. No caso de 1, pretende-se que o texto seja lido pelos investigadores da área disciplinar (ou comunidade discursiva) em causa para que tomem conhecimento do encontro científico que se irá realizar e, eventualmente, participarem, sob a forma de proposta de comunicação ou assistindo às várias sessões do encontro. Quanto a 13, espera-se que seja lido por esses mesmos investigadores, na medida em que apresenta uma reflexão ou pesquisa realizada pelo autor/investigador 1.

Os textos do género 8 visam todos os autores que, no encontro, apresentam comunicações. Os textos relativos aos géneros 6 e 7, por sua vez, dirigem-se a todos os participantes no encontro científico. No caso de haver sessões paralelas, os textos do género 7 destinam-se apenas a um subgrupo do conjunto total dos participantes, nomeadamente aos participantes que assistem à sessão em que o autor/investigador 1 apresenta a sua comunicação.

Os restantes textos dos géneros referidos em 2, 3, 4, 5, 9, 10, 11 e 12 destinam-se a indivíduos específicos: os textos dos géneros 3, 5, 10 e 12

dirigem-se ao autor/investigador que submeteu a proposta de comunicação e o artigo. Os textos dos géneros 2 e 4 são enviados aos membros da comissão organizadora do encontro e, em última instância, aos revisores científicos das propostas de comunicação apresentadas. Quanto aos textos dos géneros 9 e 11, os seus destinatários são os editores da publicação relativa ao livro de atas do encontro, que os reencaminham para os revisores científicos dos artigos submetidos.

Verifica-se, então, que alguns géneros (como 1 e 13) têm um público-alvo mais abrangente, pelo que obtêm grande visibilidade. Pelo contrário, outros (como 3, 5, 10 e 12) dirigem-se a indivíduos específicos. Estas diferenças significativas relativamente ao público-alvo potencial de cada género da cadeia devem-se a razões de natureza logística e organizativa e decorrem dos objetivos que se pretende atingir.

Swales (2004) refere-se aos géneros que, em cadeias como esta, visam um público-alvo muito restrito ou mesmo individualizado como sendo *occluded genres*, isto é, "géneros tapados", "obstruídos" (poder-se-ia acrescentar "ocultos"). Trata-se de géneros que não circulam pela generalidade da comunidade discursiva, uma vez que «they are out of sight to outsiders and apprentices» (Swales 2004: 18). São, contudo, géneros importantes, na medida em que regulam as práticas discursivas entre os membros da comunidade e concretizam opções e decisões relevantes.

Pelo exposto se conclui que as cadeias de géneros constituem um objeto de estudo preferencial de áreas de investigação que incidem a atenção nos fatores externos das práticas discursivas e do uso de géneros específicos. Dado que os géneros podem ser perspetivados como formas de ação social, mais especificamente como ações retóricas concretizadas em situações recorrentes (Miller 1984), as pesquisas incidem na análise dos objetivos que lhes subjazem; nesta perspetiva, estudar os géneros equivale a estudar o contexto socioprofissional e as situações retóricas em que são usados, refletindo sobre os papéis sociais permitidos aos interlocutores, as relações de poder inerentes à produção e circulação dos géneros em causa, os mecanismos de reprodução social indiciados pelo uso dos géneros, etc. (Devitt 2004, Bazerman 2015).

Além destes conceitos que incidem nas complexas relações entre os géneros, Swales (2004: 12-18) refere-se às **hierarquias de géneros**, ou seja,

à importância desigual que se reconhece aos géneros no seio de uma dada comunidade discursiva, na medida em que uns são mais valorizados e gozam de maior prestígio do que outros. Na mesma linha, Maingueneau (2014: 154-156) defende que os géneros, no âmbito de cada tipo de discurso, se estruturam como um conjunto hierarquizado. A valorização de cada género é objeto de incessantes debates e, por isso, a hierarquização é suscetível de conhecer alterações ao longo dos tempos. Trata-se, porém, de relações mais difíceis de identificar e, sobretudo, de comprovar. Por este motivo, a relação não é tratada de forma mais desenvolvida no presente artigo.

5. Conjuntos de géneros, segundo Devitt (2004)

Na proposta de Devitt (2004: 54), a etiqueta **conjuntos de géneros** (*genre sets*) constitui, numa aceção mais abrangente, um hiperónimo de qualquer grupo de géneros¹⁶. Numa aceção mais restrita, refere um grupo de géneros usados no seio de uma dada área de atividade com que se procura concretizar uma ou mais ações visando atingir objetivos específicos (cf. Devitt 2004: 57)¹⁷. Deste modo, tendo em consideração a aceção mais lata, os referentes de qualquer conceito mencionado a seguir constituem conjuntos de géneros.

Na perspetiva desta autora, o conjunto mais alargado de géneros corresponde ao **contexto de géneros**:

The context of genres is the existence of particular genres, the already existing textual classifications and forms already established and being established within a given culture, the set of typified rhetorical actions already constructed by participants in a society.

Devitt 2004: 28

Este conceito remete, então, para todos os géneros que existem numa determinada sociedade ou cultura num dado momento histórico. Quanto à sua relevância, ele permite conceber que as práticas discursivas são sempre

¹⁶ Nesta aceção, um **conjunto de géneros**, segundo Devitt (2004: 54), coincide com o que Swales (2004:12) designa por **constelação de géneros**.

¹⁷ Nesta aceção, corresponde ao que Swales (2004) também designa por **conjuntos de géneros**.

enquadradas (e, conseqüentemente, condicionadas e influenciadas) por géneros já existentes. E isso observa-se quer numa perspetiva diacrónica - de acordo com a qual cada género surge a partir de outros géneros já existentes -, quer numa perspetiva sincrónica - segundo a qual cada novo texto se inscreve necessariamente num género ou em mais do que um (cf. também Bronckart 1997 e Adam 2008).

Os géneros disponíveis no âmbito de uma dada comunidade discursiva constituem um **reportório de géneros** (*genre repertoire*)¹⁸. Estes géneros ajudam os membros da comunidade a concretizar atividades e a atingir os objetivos que lhes são inerentes. Os géneros inseridos num reportório de géneros interagem entre si, influenciando-se mutuamente, e permitem caracterizar todas as atividades de um grupo socioprofissional (Devitt 2004: 57).

Numa aceção restrita, a etiqueta **conjunto de géneros** designa, segundo Devitt (2004: 57), “these more loosely defined sets of genres, associated through the activities and functions of a collective but defining only a limited range of actions”. Nesta aceção, os conjuntos de géneros são subgrupos que integram um dado reportório de géneros e podem ser produzidos por um ou mais indivíduos¹⁹. Por exemplo, segundo Bawarshi & Reiff (2010: 88),

A teacher’s genre set can include writing the syllabus, developing assignments, preparing lesson plans, sending announcements to the class, replying to student questions, providing feedback on student papers, and submitting grade sheets. Students’ genre set can include class notes, reading notes, e-mail queries to the instructor, essays, answering exam questions, and so on.

Por outro lado, um **sistema de géneros** (*genre system*) e uma **sequência de géneros** (*genre sequence*) designam os grupos de géneros que permitem realizar ações específicas e atingir objetivos particulares da comunidade discursiva em que são usados²⁰. Segundo, Orlikowski & Yates (1998: 14-15),

¹⁸ A estes grupos, Swales (2004) chama **redes de géneros**.

¹⁹ Na aceção mais restrita proposta por esta autora, a etiqueta **conjuntos de géneros** refere o mesmo grupo de géneros nas conceções de Devitt (2004) e de Swales (2004).

²⁰ Tal como é definido por Devitt (2004), o conceito de **sistema de géneros** (ou **sequência de géneros**) coincide com o de **cadeia de géneros** (Swales 2004): «as the close linking and necessary ordering of these last examples show, a genre system might also be called a genre sequence» (Devitt 2004: 57). Nem todos os exemplos que a autora apresenta, contudo, permitem concluir que os textos dos diversos géneros ocorrem necessariamente de acordo com

Occasionally, genres are linked or networked together in a way that constitutes a more coordinated communicative process; [...] Such a *genre system* consists of interdependent genres that are enacted in some typical sequence (or limited set of acceptable sequences) in relation to each other, and whose purpose and form typically interlock.

Numa perspetiva em que se privilegia a organização institucional e a comunicação entre os seus membros, o conceito de sistema de géneros é particularmente útil, dado que permite estudar as interações focando a atenção na maneira como os indivíduos coordenam as suas atividades com base em práticas discursivas tipificadas: «like individual genres, genre systems too are organizing structures within a community, providing expectations about the purpose, content, form, participants, time, and place of communicative interaction», (Orlikowski e Yates 1998: 15).

Entre os exemplos de sistemas de géneros que Devitt (2004) apresenta para ilustrar este conceito, contam-se os géneros envolvidos na procura de emprego: anúncio de oferta de emprego, *curriculum vitae*, formulários, carta de recomendação, convocatória para entrevista de emprego, etc.

A autora contrasta, então, este conceito com o de **reportório de géneros**, que refere a totalidade dos géneros usados por uma comunidade discursiva e que contribui para atingir *todos* os objetivos dessa comunidade (e não apenas um): «the genre systems of a particular activity could be part of a larger genre repertoire, as the trial genre system would be part of the legal genre repertoire» (Devitt 2004: 57). E, assim, cada **sistema de géneros** constitui um subgrupo do grupo correspondente a todos os géneros de uma comunidade discursiva.

Acresce que um **sistema de géneros** se diferencia de um **conjunto de géneros** pelo facto de se caracterizar por interações diretas entre os géneros do sistema. Dito de outro modo, num sistema de géneros, os géneros

uma dada ordem; parece incluir também os casos em que se reúne um portefólio de textos de diversos géneros, sem que haja uma ordem pré-determinada segundo a qual eles devam ser produzidos. Por outro lado, Devitt (2004) aparentemente considera que o **padrão de chamada e resposta** configura uma relação distinta da **sequência de géneros** (ou, melhor, um caso particular da sequência de géneros), possivelmente porque se trata de uma sequência de apenas dois géneros. Como em ambos os casos há uma sucessão de textos de géneros diferentes, parece ser o número de géneros em causa que permite distinguir entre um e outro.

sucedem-se e relacionam-se de tal modo que requerem e são requeridos por outros géneros. Assim, nesta conceção, parece haver uma gradação entre os três conceitos: **reportório de géneros** designa todos os géneros existentes numa dada área de atividade socioprofissional; **conjunto de géneros**, numa aceção mais restrita, refere um subgrupo (mais livremente delimitado) do reportório de géneros, que é usado por um ou mais indivíduos; as etiquetas **sistema de géneros** e **sequência de géneros** designam um subgrupo do reportório de géneros que interagem diretamente uns sobre os outros (solicitando e respondendo a solicitações).

Por fim, a autora refere-se a três tipos de relações que designa por **géneros sobrepostos** (*overlapping genres*), ou seja, «[genres that] overlap in function and situation» (Devitt 2004: 58). Alguns géneros funcionam de acordo com um **padrão de chamada e resposta**: (*call and response pattern*): a um pedido de informação por escrito, pode seguir-se uma carta com as informações requisitadas²¹. Esta relação parece ocorrer apenas entre dois géneros que se sucedem cronologicamente, de tal modo que um surge após ser solicitado por outro. Ou seja, constitui um subgrupo específico de um sistema de géneros (ou de uma sequência de géneros).

Outro tipo de sobreposição de géneros ocorre com os chamados **supergéneros** (*supergenres*). Nesta relação, incluem-se os géneros que servem de referência central para outros géneros. A *Bíblia* mantém uma relação deste tipo com múltiplos géneros do discurso religioso no âmbito do Cristianismo. O mesmo se observa entre géneros como, por exemplo, a constituição ou o código penal e outros géneros do discurso jurídico²².

O terceiro e último tipo integra os designados **metagéneros** (*metagenres*), ou seja, géneros que dão instruções ou orientam a escrita de outros géneros. Textos do género declaração de impostos são frequentemente acompanhados de um outro texto que indica as informações que devem ser inseridas em cada secção. O género do texto com as instruções de preenchimento da

²¹ Este conceito parece constituir um caso específico de uma **cadeia de géneros**, tal como foi definido por Swales (2004: 18-20), em particular quando a cadeia inclui apenas dois géneros que se sucedem. Se esta interpretação se confirmar, então pode concluir-se que os **sistemas de géneros** (ou **sequências de géneros**) e os **padrões de chamada e resposta** (segundo Devitt 2004) configuram dois subgrupos ou duas maneiras distintas de concretizar uma **cadeia de géneros** (Swales 2004). Dito de outro modo, os dois autores procedem a um recorte diferente da realidade: Swales (2004) subsume num único conceito os tipos de relações que Devitt (2004) distribui por dois conceitos (ligeiramente) diferentes.

²² Para referir os géneros que Devitt (2004) designa como **supergéneros**, Berkenkotter (2001) (*apud* Swales 2004: 17) adota a designação de **metagéneros**.

declaração constitui, então, um metagénero.

Além destas relações entre géneros, a autora prevê que outras possam ser detetadas e constituírem-se como objeto de estudo no futuro: «research will continue to reveal other ways that genres interact with one another as scholars increasingly examine relations among genres» (Devitt 2004: 58).

6. Discussão

A relação entre **género** e **subgénero** tem sido objeto de reflexão no âmbito da Teoria da Literatura. Trata-se de uma relação estabilizada entre as duas categorias: um subgénero constitui, em todos os casos, um exemplar do género "maior" ou de "nível superior". Depende hierarquicamente desse género, no sentido em que evidencia as suas principais propriedades. Contudo, inclui outras, mais específicas, que não são próprias de todos os exemplares do género "maior".

Entre as propriedades típicas dos textos do género dicionário conta-se o facto de constituir uma espécie de catálogo de conteúdos relativos a uma dada área do conhecimento e o de ser organizado em entradas alfabeticamente ordenadas (Correia 2009). Estas características também são atestadas nas categorias que constituem subgéneros do género dicionário, como o dicionário unilingue ou bilingue, o dicionário de sinónimos ou de verbos, o dicionário etimológico ou de regências, o dicionário de nomes próprios ou de provérbios, etc. Em cada um destes subgéneros incide-se a atenção num domínio particular da(s) língua(s) em causa.

As designações dos subgéneros refletem uma relação de dependência: as etiquetas dos subgéneros incluem necessariamente a etiqueta do género. Assim, um texto do subgénero dicionário bilingue é um texto do género dicionário.

Nos exemplos apresentados, a hipercodificação do género dicionário incide em questões de natureza temática ou semântica: cada subgénero distingue-se dos restantes em função dos conteúdos preferencialmente abordados. A designação dicionário ilustrado aponta para uma outra propriedade que permite identificar um subgénero: o facto de se tratar de textos que, além das propriedades já mencionadas inerentes aos textos do género dicionário, combinam linguagem verbal com imagens, figuras, etc.,

o que resulta em textos multimodais.

A apresentação de exemplos de subgéneros literários permite extrair conclusões mais ricas acerca do tipo de especificações próprias dos subgéneros. Veja-se os casos do romance e da ode, assim como de vários subgéneros que deles dependem: romance histórico, romance epistolar, romance radiofónico, romance de família, romance policial, romance queirosiano; ode anacreôntica, ode pindárica, ode horaciana (cf. Silva 1988: 399-400; Reis 1995: 263-265; Reis 2018: 488; Silva 2012: 102-106).

Pela análise das designações dos subgéneros listados, pode concluir-se que as especificações dizem respeito a aspetos temáticos (romance de família, romance policial), autorais (romance queirosiano, ode anacreôntica), estruturais (romance epistolar) ou mediáticos (romance radiofónico). Outras especificações decorrem do movimento artístico-literário (soneto barroco), do período temporal ou época (epopeia renascentista) e da nacionalidade, civilização ou região geográfica (soneto inglês, tragédia grega, canção provençal).

A relação entre **género** e **género incluído** é distinta da relação entre género e subgénero, o que se pode comprovar de duas maneiras. Em primeiro lugar, os textos de géneros incluídos integram textos de outros géneros: a introdução e a conclusão de um artigo científico constituem partes de um texto do género artigo científico. Em contraste com esta situação, um texto do subgénero dicionário unilingue existe de forma autónoma; ele não constitui uma parte integrante de um texto de outro género.

Em segundo lugar, a relação de dependência entre género e género incluído, por um lado, e entre género e subgénero, por outro, reflete-se de modos distintos nas designações adotadas. A etiqueta dos subgéneros integra sempre a etiqueta do género "maior" ou "de nível superior" de que dependem (como em dicionário e dicionário unilingue), ao contrário do que se observa em relação às etiquetas dos géneros incluídos (por exemplo, artigo científico e introdução).

Pode suceder que dois ou mais textos do mesmo género incluído sejam designados por etiquetas diferentes. Em textos académicos que se inserem em géneros como o artigo científico e a tese de doutoramento, por exemplo, observa-se que os géneros incluídos mais frequentemente designados por introdução e conclusão podem ser nomeados com recurso a outras etiquetas:

enquadramento, considerações iniciais ou reflexões preliminares, no caso da introdução; e reflexões finais, considerações finais, conclusões, conclusões gerais ou conclusões finais e perspetivas futuras, no caso da conclusão.

Apesar do uso de designações distintas, i) os objetivos que os respetivos textos concretizam, ii) os conteúdos que neles são incorporados, iii) a estruturação previsível (ainda que admita modelos e graus de flexibilidade diversos) e iv) a sua localização no seio do texto do género "maior" indiciam que se está na presença de textos de um mesmo género. A proliferação de etiquetas de alguns géneros incluídos deve-se a vários fatores, entre os quais se contam a falta de estabilização ou de generalização das designações e as opções estilísticas dos autores. Esta constatação é válida também para as flutuações que se observam em designações de géneros²³.

Acresce uma outra dificuldade para o investigador: os textos de alguns géneros incluídos partilham a mesma designação mas podem revelar propriedades internas distintas, a nível dos tipos de conteúdos que integram, dos recursos estilístico-fraseológicos usados, da estruturação adotada e da extensão previsível. É o que se observa em textos do género **incluído** introdução que ocorrem em textos de géneros distintos, como o artigo científico e a tese de doutoramento (no seio do discurso académico) ou o código penal (para apresentar um exemplo de outro tipo de discurso).

Estas considerações suscitam a seguinte interrogação: os textos que concretizam a introdução de textos dos géneros artigo científico e do código penal constituem exemplares do mesmo género incluído? A resposta não é óbvia. Trata-se de textos do mesmo género incluído se se destacar as respetivas designações e propriedades como a localização em que ocorrem no texto do género de que fazem parte e o objetivo geral de enquadramento desse texto. Mas podem ser perspetivados como géneros incluídos distintos se se considerar que evidenciam propriedades textuais diferentes, nomeadamente características de natureza temática, estilístico-fraseológica e estrutural.

Se se conceber que todos os textos do género **incluído** introdução se inserem no mesmo género, independentemente do género de que são parte integrante, então parece pertinente concluir que a introdução de um artigo

²³ Sobre a relação entre as etiquetas e os géneros que elas referem, cf. Miranda (2012a: 93-96).

científico é um subgénero do género introdução; e o mesmo raciocínio é válido para a introdução da tese de doutoramento, da dissertação de mestrado, do relatório científico, etc.: trata-se, em todos os casos, de subgéneros do género introdução. Nesta perspetiva, a introdução de um artigo científico é, concomitantemente, um género incluído (do género artigo científico) e um subgénero (do género introdução).

Segundo uma outra perspetiva, os textos do género incluído introdução de artigo científico configuram um género próprio, porque manifestam algumas propriedades distintas do género incluído introdução de tese de doutoramento. Tais diferenças decorrem de aspetos situacionais particulares, que dizem respeito à área de atividade socioprofissional em que cada texto emerge, aos papéis socioprofissionais dos interlocutores e aos objetivos específicos com que os textos são produzidos. Nesse sentido, ambos constituem géneros diversos, que se distinguem, por sua vez, dos géneros introdução de dissertação de mestrado, introdução de relatório científico, etc.

A diferença entre as duas conceções depende da área de pesquisa e de teorização em que cada investigador se situa, ou seja, das conceções teórico-metodológicas adotadas e das suas opções. Ao valorizar e sublinhar em maior ou menor grau certas propriedades, perspetiva-se os textos do género introdução (ou de outros géneros incluídos) como essencialmente distintos quanto às características textuais que evidenciam ou como semelhantes em aspetos centrais, como os objetivos gerais ou a localização no seio do texto do género de que são parte integrante.

Também as propostas de Swales (2004) e de Devitt (2004) merecem uma reflexão crítica mais aprofundada. Provenientes de áreas disciplinares distintas, elas evidenciam diferenças nos conceitos indicados, cuja definição e delimitação responde a motivações e objetivos específicos da teorização em causa. A seguir, procurar-se-á analisar contrastivamente os diversos conceitos sugeridos, segundo diversos ângulos de abordagem.

O quadro n.º 2 constitui uma súmula das propostas anteriormente explicitadas, incluindo designações propostas por Bakhtin (1986) e Adam (2011).

Quadro n.º 2 - Relações entre géneros: conceitos e etiquetas

	Bakhtin (1986)	Swales (2004)	Devitt (2004)	Adam (2011)
Todos os géneros existentes numa dada sociedade	–	–	Contexto de géneros	–
Qualquer grupo de géneros	–	Constelação de géneros	Conjunto de géneros	–
Todos os géneros disponíveis no seio de uma área de atividade socioprofissional	Reportório de géneros	Rede de géneros	Reportório de géneros	Sistema de géneros
Grupo restrito de géneros usados por um ou mais indivíduos no seio de uma área de atividade socioprofissional, visando concretizar ações específicas e atingir objetivos particulares	–	Conjunto de géneros	Conjunto de géneros	–
Grupo de vários géneros que ocorrem sequencialmente, interagindo para concretizar uma ou mais ações	–	Cadeia de géneros	Sistema de géneros / Sequência de géneros	–
Grupo de apenas dois géneros que ocorrem sequencialmente	–		Padrão de chamada e resposta	–
Género que servem de referência a outros géneros	–	–	Supergénero	–
Género que orienta ou prescreve a maneira como se deve redigir outro género	–	–	Metagénero	–

Fonte: autor

Uma análise preliminar do quadro confirma que, na área dos Estudos Retóricos do Géneros (Devitt 2004), se verifica um interesse particular pela análise e teorização das relações entre os géneros, que resulta numa conceptualização mais abundante. Além disso, o quadro permite identificar várias dificuldades inerentes a uma clara e inequívoca compreensão das diversas propostas. Essas dificuldades decorrem de questões terminológicas e conceptuais.

Por um lado, designações diferentes referem o mesmo conceito. Em primeiro lugar, as etiquetas **rede de géneros** (Swales 2004), **reportório de géneros** (Bakhtin 1986, Devitt 2014) e **sistema de géneros** (Adam 2011) remetem para o mesmo conceito: um grupo de géneros disponível para os

membros de uma comunidade discursiva específica. Em segundo lugar, as designações **constelação de géneros** (Swales 2004) e **conjunto de géneros** (Devitt 2004) referem grupos indistintos de géneros. Em terceiro lugar, **cadeia de géneros** (Swales 2004) e **sistema de géneros** ou **sequência de géneros** mas também **padrão de chamada e resposta** (Devitt 2004) designam grupos de géneros que ocorrem sequencialmente e contribuem para se atingir um objetivo específico (ou mais do que um).

Por outro lado, há designações iguais que referem conceitos distintos: **conjunto de géneros** pode remeter, na perspetiva de Devitt (2004), para qualquer grupo de géneros (numa aceção lata) e para o grupo de géneros usado por um ou mais indivíduos no âmbito de uma dada área de atividade, visando atingir objetivos particulares (numa aceção restrita). Segundo Swales (2004), cada conjunto de géneros corresponde apenas a esta segunda aceção. Acresce que **sistema de géneros** refere, de acordo com Adam (2011), os géneros disponíveis no seio de uma dada comunidade discursiva e, segundo, Devitt (2004), um grupo de géneros que, usados sequencialmente, permitem concretizar um (ou mais) objetivo(s) específico(s). Por fim, a designação **metagéneros** indica os géneros que orientam ou prescrevem a maneira como se deve redigir um texto de outro género (Devitt 2004), mas é também uma etiqueta usada para indicar os géneros que servem de referência a outros géneros (como a *Bíblia*, no âmbito do discurso religioso cristão, ou a constituição e os códigos, no seio do discurso jurídico; cf. Berkenkotter 2001). Uma análise comparativa permite concluir, portanto, que há oscilações relevantes na terminologia adotada para designar os conceitos relativos às relações entre géneros.

A questão seguinte consiste em verificar se há designações que são ou parecem ser semanticamente mais adequadas do que outras. Acresce que, simultaneamente e numa avaliação global das propostas de Swales (2004) e de Devitt (2004), pode-se aferir acerca da consistência interna e da adequação de cada uma à área de investigação no seio da qual emergiu e aos objetivos nela visados. Deste modo, será adotado um percurso de análise que contempla reflexões sobre cada conceito e as designações que o referem, visando proceder a uma avaliação global (e não apenas individual ou atomista) de cada proposta. Esse percurso segue a ordem de apresentação dos conceitos no quadro n.º 2.

Só Devitt (2004) propõe o conceito de **contexto de gêneros**, referente a todos os gêneros existentes numa dada sociedade. No âmbito da área de investigação e teorização conhecida como Estudos Retóricos dos Gêneros, procura-se analisar e descrever os gêneros atestados nas mais diversas áreas de atividade. Nesse sentido, o conceito radica no amplo objeto de estudo do campo em que a autora se situa, na medida em que visa descrever todos os gêneros de atividades relevantes das sociedades contemporâneas. Além disso, perspetiva-se preferencialmente os gêneros como dispositivos que estão ao serviço de ações humanas e que, como tal, interagem entre si, influenciando-se reciprocamente. Nesse sentido, a autora destaca duas propriedades inerentes a este conceito: flexibilidade e dinamismo. Por isso, o conceito de contexto de gêneros é muito relevante, porquanto assenta na premissa segundo a qual cada género não existe isoladamente, mas no seio de um sistema de múltiplos gêneros - inerentes ou não a áreas de atividades particulares - que se relacionam e se condicionam²⁴.

Situado na área de Inglês para Fins Académicos, Swales (2004) incide principalmente o foco de atenção nos textos produzidos em contexto académico. Este campo de investigação ainda espelha os objetivos originais, que consistiam em apoiar estudantes e investigadores do ensino superior que, não tendo o inglês como língua materna, necessitavam de o adotar para produzir os seus textos académicos. Na sua proposta, não é contemplado um conceito como o de contexto de gêneros e a interpretação mais plausível parece ser a seguinte: o pesquisador dessa área não necessita de um conceito que refira outras relações entre gêneros além das que são visadas pelo objeto de estudo do campo em que se situa. Ou seja, não parece atentar (ou, pelo menos, não parece focar a atenção) em possíveis relações entre gêneros académicos e gêneros de outras áreas de atividade²⁵.

²⁴ Nesta perspetiva, também parece ser pertinente contemplar o conceito de **ecologia de gêneros**, originalmente proposto por Spinuzzi (2003) (*apud* Bawarshi e Reiff 2010: 114-115), “to describe the contingent, mediated, interconnected, and less sequenced relationships among genres within and between activity systems”. Segundo Spinuzzi (2004: 5), “genres do not necessarily have a sequential relationship, nor do they necessarily overlap [...]. Rather, they can be connected and used in rather different ways; the emphasis is on dynamism and adaptability to exigencies. [...] [Genres] represent the ‘thinking out’ of a community as it cyclically performs an activity. They represent distributed cognition in the sense that cognitive work is spread among the genres and the artifacts that belong to them, and opportunistic connections among those genres are historically made, cemented through practice, yet dynamic enough that new genres can be imported or can evolve to meet new contingencies”.

²⁵ No âmbito do Interacionismo Sociodiscursivo, por exemplo, analisa-se a produção de textos numa dada área de atividade considerando as possíveis relações, influências e condicionalismos, de natureza unidirecional ou recíproca, que existem entre essa e outras áreas (Bronckart 1997). Por exemplo, a produção de textos do género bula de medicamentos é, concomitantemente, regulada e condicionada por diferentes áreas de atividade: i) académico-

O conceito que se define como "qualquer grupo de géneros" é designado por **conjunto de géneros** (Devitt 2004) e **constelação de géneros** (Swales 2004). Ambas as designações parecem ser suficientemente transparentes e adequadas ao que referem. Na perspetiva do Inglês para Fins Académicos, a constelação de géneros configura-se como um conceito de grande flexibilidade, na medida em que, no limite, se pode referir a todos os géneros usados no âmbito de uma dada sociedade mas também a um grupo restrito de géneros.

Todavia, a conceção dos Estudos Retóricos dos Géneros, parece oscilar entre duas aceções: uma, mais abrangente (Devitt 2004: 54-56), que coincide com o conceito de constelação de géneros proposto por Swales (2004); outra, mais restrita (Devitt 2004: 57), que corresponde ao que aquele autor também designa por conjunto de géneros. Assim, pode ser útil reservar uma etiqueta para cada aceção, ou seja: **constelação de géneros** para qualquer grupo de géneros e **conjunto de géneros** para subgrupo de géneros disponíveis numa dada área de atividade que são usados por um ou mais indivíduos, visando concretizar ações específicas (mas não de modo sequencial). Neste caso, a conceção de Swales (2004) tem a vantagem de referir com mais precisão e clareza dois conceitos distintos.

O conceito relativo aos géneros próprios de uma dada área de atividade socioprofissional é o que, tendo em conta os autores visados, conta com um maior número de etiquetas: **reportório de géneros** (Bakhtin 1986 e Devitt 2004), **rede de géneros** (Swales 2004) e **sistema de géneros** (Adam 2011)²⁶. Por um lado, as designações rede de géneros e sistema de géneros são mais adequadas para referir este conceito, porquanto indiciam que as categorias se inter-relacionam e se condicionam reciprocamente. De facto, a designação sugerida por Adam (2011) (**sistema de géneros**) sublinha a ideia de que se trata de géneros que "interagem" uns com os outros, que se

científica, em particular, a área disciplinar das Ciências Farmacêuticas, que especifica os conteúdos a incluir na bula de cada fármaco, com base nos resultados de investigações realizadas; ii) jurídica, no que respeita à legislação sobre os tipos de conteúdos a incluir nos textos desse género, assim como a sua estruturação; iii) editorial, plasmada no facto de os textos do género em causa serem geralmente impressos e estarem contidos na embalagem do fármaco que descrevem; iv) comercial, correspondente aos aspetos desses textos que decorrem de se tratar de um produto transacionável.

²⁶ Bhatia (2002: 10) também adota a designação de **sistema de géneros** para referir este conceito. Mas acrescenta a noção de **colónias de géneros** para designar os grupos de géneros que mantêm relações de grande proximidade "sometimes within but often across discourse communities". O autor assume, portanto, a ideia, cada vez mais consensual, de que muitos géneros podem ser usados no seio de diversas comunidades discursivas (e não apenas numa). Cf., por exemplo, Devitt (2004: 56), Spinuzzi (2004: 5) e Miranda (2012b).

delimitam uns aos outros, e que, conjuntamente, permitem concretizar os objetivos inerentes à área de atividade em causa. Também a etiqueta **rede de géneros**, usada por Swales (2004), destaca a ideia de estreita relação entre as categorias incluídas nesse grupo. Por outro lado, a opção de Devitt (2004) parece atender à tradição iniciada pelas traduções dos trabalhos de Bakhtin (1986). A adoção desta etiqueta talvez se fique a dever à grande influência que o autor exerceu no domínio dos estudos sobre os géneros. Mas a etiqueta **reportório de géneros** não parece incluir, de modo tão óbvio pelo menos, a aceção de interligação ou mesmo interdependência que é inerente às designações rede de géneros e sistema de géneros. Assim, as propostas de Adam (2011) e de Swales (2004) parecem ser mais pertinentes, ainda que constituam uma rutura com a proposta registada na tradução dos trabalhos de Bakhtin (1986).

O conceito correspondente a uma série de géneros usados por um ou mais sujeitos falantes no seio de uma área de atividade, visando concretizar diversas ações e atingir objetivos específicos – **conjunto de géneros** – é contemplado por Swales (2004) e por Devitt (2004). A noção é relevante por diversos motivos: no seio de uma comunidade discursiva, como a académica, o investigador pode pretender focar a atenção na competência genérica de um único indivíduo ou de diversos indivíduos que partilham, por exemplo, a mesma língua materna ou nacionalidade. Atentar na totalidade de géneros que esse indivíduo é requisitado a usar num determinado contexto ou no grupo que ele domina pode constituir um dado ou mesmo um objetivo importante para a pesquisa sobre os géneros no seio de uma qualquer área de atividade, e não apenas no âmbito do discurso académico. Mas também se pode visar analisar e descrever as interações entre vários indivíduos e os textos de diversos géneros com os quais se procura concretizar objetivos particulares.

Na que diz respeito a grupos de géneros que ocorrem sequencialmente, Swales (2004) designa-os por **cadeia de géneros**. A etiqueta é adequada, porquanto assinala a relação de sucessividade temporal atestada entre as categorias em que se inserem textos produzidos de forma consecutiva sempre que uns constituem a resposta a outros. Nestes casos, Devitt (2004) discrimina dois tipos de relações entre géneros: uma em que se perspetiva o grupo de géneros na sua globalidade, que corresponde à totalidade dos

géneros anteriormente apresentados no quadro n.º 1; e outra que incide na relação particular entre dois géneros (como, por exemplo, se observa nos textos dos géneros chamada de artigos para um periódico e artigo científico submetido à publicação em causa). A primeira designa-se **sistema de géneros** (ou **sequência de géneros**) e a segunda, **padrão de chamada e resposta**.

De novo, a proposta de Devitt (2004) parece ser mais completa, adequando-se a um campo de investigação que visa descrever as relações entre géneros atestadas em múltiplas áreas de atividade (e não apenas numa, como sucede na área do Inglês para Fins Académicos). Todavia, a designação **sequência de géneros** parece ser mais feliz do que a de **sistema de géneros**, porquanto assinala a relação de sucessão cronológica entre os textos dos diversos géneros. Acresce que, como já foi salientado, a etiqueta sistema de géneros poderia ser particularmente adequada para referir os géneros disponíveis no seio de uma dada área de atividade socioprofissional (tendo, nesse caso, Devitt optado pela designação reportório de géneros). Além disso, entre o grupo de categorias que constitui uma sequência de géneros, pode ser relevante especificar alguns deles, precisando, por exemplo, quais são os que mantêm relações mais fortes de interdependência. Nesse sentido, o conceito de **padrão de chamada e resposta** pode revelar-se muito útil.

Ainda assim, pode não ser clara a distinção entre os conceitos de **conjunto de géneros** e **sistema de géneros** (ou **sequência de géneros**); o critério-chave para essa delimitação parece residir na sequencialidade: um sistema de géneros ou sequência de géneros caracteriza-se necessariamente pelo facto de os géneros referidos por estas etiquetas se sucederem temporalmente e, em múltiplos casos, uns géneros requererem e serem requeridos por outros.

Por fim, Devitt (2004) prevê mais duas relações: a que se verifica entre um género (designado **supergénero**) e outros para os quais aquele serve de referência; e a que se observa entre um dado género (designado **metagénero**) que orienta ou prescreve o modo como se deve redigir textos de um outro género. E, uma vez mais, a pertinência dos conceitos propostos advém da área de investigação em que a autora se inscreve: dado que tem como objeto de estudo os géneros disponíveis em múltiplas áreas de atividade socioprofissional, justifica-se atentar nestas relações que existem, por exemplo, entre a Bíblia e outros géneros do discurso religioso (sermão,

encíclica, etc.) e entre a Constituição e outros gêneros do discurso jurídico (código, decreto-lei, etc.); os dois textos configuram, então supergêneros²⁷. Do mesmo modo, em casos como o da redação da declaração de impostos, há frequentemente um texto que indica os procedimentos a adotar; esse texto é designado metagênero. Os dois tipos de relações entre gêneros não são relevantes no âmbito do discurso acadêmico (área em que se situa Swales), pelo que a sua proposta não as contempla.

Assim, a teorização de Devitt (2004) pode ser considerada mais completa, dado que prevê um maior número de relações entre gêneros do que a proposta de Swales (2004). Entre as vantagens da proposta de Devitt (2004) contam-se a inclusão dos conceitos de contexto de gêneros, de supergênero e de metagênero, assim como a discriminação entre dois tipos de sucessão cronológica de gêneros (sistema ou sequência de gêneros e padrão de chamada e resposta). Em contrapartida, o uso impreciso ou com duas aceções da designação conjunto de gêneros constitui um ponto menos positivo desta proposta.

Talvez mais importante do que a mera comparação dos números de relações entre gêneros sugeridas por cada autor seja aferir de que modo essas conceptualizações se adequam aos campos de investigação em que se inserem. Dado que privilegia o estudo de gêneros do discurso acadêmico, Swales (2004) foca a atenção em relações pertinentes no âmbito dessa área de atividade. Em contraste com o que se observa na área do Inglês para Fins Académicos, os investigadores que se situam no âmbito dos Estudos Retóricos dos Gêneros visam analisar e descrever os gêneros de múltiplas áreas de atividade socioprofissional, concebendo-os como ações retóricas tipificadas que ocorrem de modo recorrente em contextos idênticos. Não surpreende, por isso, que os seus objetivos incluam explicitar um grupo mais alargado de relações entre gêneros – como as que se observam entre um gênero e um supergênero ou um metagênero, isto é, relações atestadas em textos de natureza religiosa, jurídica, fiscal, etc.

Perspetivadas desta forma, é mais fácil comprovar que ambas as propostas parecem ser adequadas às áreas de investigação em que emergiram. Todavia,

²⁷ Deve ser sublinhado que a etiqueta metagênero, proposta por Berkenkotter (2001) (*apud* Swales 2004: 17) para esta relação, não parece ser a mais adequada. Dado que inclui o prefixo "meta-", a designação metagênero é preferencialmente interpretada na aceção de "reflexão sobre um gênero". Nesse sentido, é mais pertinente usá-la para referir a relação entre o texto que recomenda ou prescreve os modos de redigir um dado texto.

as reflexões expostas apontam no sentido de a proposta de Devitt (2004) ser mais completa. Contém, no entanto, dois aspetos menos positivos: o facto de a designação conjunto de géneros ser usada em duas aceções distintas; e a designação reportório de géneros, que é semanticamente menos apropriada do que as etiquetas rede de géneros, de Swales (2004), ou sistema de géneros, de Adam (2011). Manter a designação que consta das traduções dos influentes trabalhos de Bakhtin (1986) - reportório de géneros -, porém, legítima, em parte pelo menos, a opção de Devitt (2004).

7. Considerações finais

Ao longo deste artigo, procurou-se sistematizar e refletir criticamente acerca de conceitos que referem relações entre géneros. Depois de um enquadramento que incluiu a caracterização de algumas noções indispensáveis à compreensão da temática em causa (género, tipo de discurso, comunidade discursiva/formação sociodiscursiva), foram abordados diferentes tipos de relações entre géneros que têm sido propostas e adotadas por autores diversos em diversas áreas de investigação.

Em primeiro lugar, foram explicitados os conceitos de subgénero e de género incluído. A respetiva caracterização incidiu nas diferenças entre os dois conceitos. Procurou-se demonstrar não só que se trata de relações distintas mas também que se podem cruzar, na medida em que há exemplos géneros incluídos transversais a vários géneros, podendo ser, por isso, simultaneamente perspetivados como subgéneros.

A seguir, foram examinados outros conceitos que também referem relações entre géneros, nomeadamente os que foram propostos por Swales (2004), da área do Inglês para Fins Académicos, e por Devitt (2004), da área dos Estudos Retóricos dos Géneros. As duas conceções configuram diferentes recortes da realidade, provavelmente condicionados pelos temas privilegiados e pelos objetivos perseguidos nas áreas de investigação em que os autores se inserem. Dado que há conceitos idênticos designados por etiquetas diferentes e etiquetas iguais que designam conceitos distintos, é indispensável que, em cada novo estudo, os pesquisadores explicitem claramente a designação e a definição dos conceitos de que se servem. Do

mesmo modo, pode ser relevante que indiquem a área de investigação em que se situam, mostrando, desse modo, a perspectiva de que são tributários.

Talvez a conclusão mais importante, todavia, diga respeito à constatação de que há um número significativo de diferentes relações entre os géneros. Esta proliferação de géneros e das relações que eles estabelecem entre si decorre provavelmente da complexificação das práticas discursivas nas sociedades contemporâneas, as quais refletem a complexificação crescente das relações entre os cidadãos e as múltiplas instituições (sociais, administrativas, etc.) que regulam a vida em sociedade (Bakhtin 1986: 60). Áreas de investigação como o Inglês para Fins Académicos e, em particular, os Estudos Retóricos dos Géneros têm procurado pesquisar e teorizar sobre essas complexas e ramificadas relações.

As constatações expostas têm evidentes consequências teóricas e metodológicas para os investigadores que se dedicam a estudar os géneros. Não parece ser suficiente categorizar os géneros em classificações, dado que elas não revelam estabilidade (Bronckart 1997: 138), porquanto refletem as alterações nas sociedades em que os géneros são usados. Assim, a elaboração de classificações textuais não constitui uma finalidade em si mesma, mas um meio para se visar outras finalidades, entre as quais se pode destacar a reflexão sobre os modos através dos quais um texto assume propriedades de um dado género ou de mais do que um (cf. efeito de genericidade, segundo Adam 2011 e Adam & Heidmann 2007), e as maneiras como as categorias genéricas se relacionam e influenciam de forma unidirecional ou recíproca.

Os géneros espelham inevitavelmente as comunidades que deles se servem. Por isso, o seu estudo promove o conhecimento das respetivas propriedades e contribui para uma pedagogia dos géneros mais eficaz, visando um melhor domínio da produção textual, tanto na oralidade como na escrita. Acresce que as pesquisas sobre os géneros e as relações que estabelecem entre si permitem um conhecimento mais aprofundado dos valores que subjazem a cada comunidade e dos modos como os indivíduos e as instituições se relacionam e se condicionam. A importância atualmente conferida aos estudos sobre os géneros, assim como a complexidade que eles encerram, decorrem precisamente das diversas conceções e perspectivas que lhes subjazem e dos múltiplos conhecimentos que eles proporcionam.

REFERÊNCIAS

- Adam, Jean-Michel 2001. En finir avec les types de textes. In Ballabriga, Michel (ed.) *Analyse des discours. Types et genres: communication et interprétation*. Toulouse: EUS, p. 25-43.
- Adam, Jean-Michel 2008. *La linguistique textuelle. Introduction à l'analyse textuelle des discours*, 2.^e éd. Paris: Armand Colin.
- Adam, Jean-Michel 2011. *Genres de récits. Narrativité et généricité des textes*. Louvain-la-Neuve: Harmattan.
- Adam, Jean-Michel & Heidmann, Ute 2007. Six propositions pour l'étude de la généricité. *La Licorne* 79, p. 21-34.
- Bakhtin, Mikhail 1986. The problem of speech genres. *Speech genres and other late essays*. Austin: University of Texas Press, p. 60-102.
- Bawarshi, Anis S. & Reiff, Mary Jo 2010. *Genre. An introduction to history, theory, research, and pedagogy*. West Lafayette: Parlor Press.
- Bazerman, Ch. 2015. A genre based theory of literate action. In Artemeva, Natasha, e freedman, Aviva (Eds.). *Genre studies around the globe. Beyond the three traditions*. Edmonton: Trafford Publishing, p. 81-94.
- Berkenkotter, Carol 2001. Genre systems at work: DSM-IV and the rhetorical recontextualization in psychotherapy paperwork. *Written Communication* 18, p. 326-349.
- Berkenkotter, Carol & Huckin, Thomas N. 1995. *Genre knowledge in disciplinary communication: cognition/culture/power*. New York/London: Routledge.
- Bhatia, Vijay K. 2002. Applied genre analysis: a multi-perspective model. *Ibérica* 4, p. 3-19.
- Bronckart, Jean-Paul 1997. *Activité langagière, textes et discours*. Paris: Delachaux et Niestlé.
- Chiss, Jean-Louis & Filliolet, Jacques 1987. La typologie des discours. *Langue française* 74, p. 3-9.
- Correia, Margarita 2009. *Os dicionários portugueses*. Lisboa: Caminho.
- Devitt, Amy 1991. Intertextuality in tax accounting: generic, referential, and functional. In Bazerman, Charles & Paradis, James (Eds.). *Textual Dynamics of the professions. Historical and contemporary studies of writing in professional communities*. Madison: University of Wisconsin Press, p. 336-357.

- Devitt, Amy 2004. *Writing genres*. Carbondale: Southern Illinois University.
- Foucault, Michel 1969. *L'archéologie du savoir*. Paris: Gallimard.
- Maingueneau, Dominique 2002a. Communauté discursive. In Charaudeau, Patrick & Maingueneau, Dominique (Dir.). *Dictionnaire d'Analyse du Discours*. Paris: Seuil, p. 104-106.
- Maingueneau, Dominique 2002b. Formation discursive. In Charaudeau, Patrick & Maingueneau, Dominique (Dir.). *Dictionnaire d'Analyse du Discours*. Paris: Seuil, p. 269-272.
- Maingueneau, Dominique 2002c. Type de discours. In Charaudeau, Patrick & Maingueneau, Dominique (Dir.). *Dictionnaire d'Analyse du Discours*. Paris: Seuil, p. 592.
- Maingueneau, Dominique 2004. Retour sur une catégorie: le genre. In Adam, Jean-Michel, Grize, Jean-Blaise & Bouacha, Magid Ali. *Texte et discours: catégories pour l'analyse*. Dijon: Éditions Universitaires de Dijon, p. 107-118.
- Maingueneau, Dominique 2011. Pertinence de la notion de formation discursive en analyse de discours. *Langageetsociété* 135, p. 87-99. Disponível no endereço <<https://www.cairn.info/revue-langage-et-societe-2011-1-page-87.htm#>>
- Maingueneau, Dominique 2014. *Discours et analyse du discours*. Paris: Armand Colin.
- Maingueneau, Dominique & Cossutta Frédéric (1995). L'analyse des discours constituants. *Langages* 117, p. 112-125.
- Miller, Carolyn 1984. Genre as social action. *Quarterly Journal of Speech* 70, p. 151-167.
- Miranda, Florencia 2012a. *Textos e géneros em diálogo. Uma abordagem linguística da intertextualização*. Lisboa: FCG/FCT.
- Miranda, Florencia 2012b. Os géneros de texto na dinâmica das práticas de linguagem. *Cadernos Cenpec* 2 (1), p. 121-139.
- Orlikowski, Wanda & Yates, JoAnne 1998. Genre systems: structuring interaction through communicative norms. *Journal of business communication* 39 (1), p. 13-35.
- Rastier, François 1989. *Sens et textualité*. Paris: Hachette
- Rastier, François 2001. *Arts et sciences du texte*. Paris: PUF.
- Reis, Carlos 1995. *O conhecimento da literatura*. Coimbra: Livraria Almedina.
- Reis, Carlos 2018. *Dicionário de estudos narrativos*. Coimbra: Livraria Almedina.
- Rosa, Rute 2015. *Proposta Interacionista para a prática de revisão de texto: o padrão discursivo dos textos académicos*. Dissertação de mestrado apresentada à Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa.
- Rose, David & Martin, Jim 2012. *Learning to write/Reading to learn. Genre, knowledge and pedagogy in the Sydney School*. Sheffield/Bristol: Equinox Publishing Ltd.

- Schryer, Catherine 1993. Records as genre. *Written communication* 10 (2), p. 200-234.
- Silva, Paulo Nunes da 2012. *Tipologias textuais. Como classificar textos e sequências*. Coimbra: Livraria Almedina/CELGA.
- Silva, Vítor Manuel de Aguiar e 1988. *Teoria da literatura*, vol. I, 8.ª edição (reimpressão). Coimbra: Livraria Almedina.
- Spinuzzi, Clay 2004. Describing assemblages: genre sets, systems, repertoires, and ecologies. *Computer Writing and Research Lab, White Paper Series, #040505-2*, Austin: University of Texas at Austin, p. 1-8. Disponível no endereço <<http://citeseerx.ist.psu.edu/viewdoc/download?doi=10.1.1.520.657&rep=rep1&type=pdf>>
- Swales, John 1990. *Genre analysis. English in academic and research settings*. Cambridge: Cambridge University Press.
- Swales, John 2004. *Research genres. Explorations and applications*. Cambridge: Cambridge University Press.
- Todorov, Tzvetan 1987. L'origine des genres. *La notion de littérature et autres essais*. Paris: Éditions du Seuil, p. 27-46.
- Vian Jr., Orlando 2015. Beyond the three traditions in genre studies: a Brazilian perspective. In Artemeva, Natasha & Freedman, Aviva (Eds.). *Genre studies around the globe. Beyond the three traditions*. Edmonton: Trafford Publishing, p. 95-114.

O Rato Roeu a Rolha: sobre a aquisição do rótico dorsal por crianças portuguesas com perfis típico e atípico¹

Rodrigo Pereira
rodrigopereira1@campus.ul.pt

Ana Margarida Ramalho
amargaridamramalho@gmail.com

Maria João Freitas
joaofreitas@letras.ulisboa.pt

Universidade de Lisboa, Faculdade de Letras (Portugal)
Centro de Linguística da Universidade de Lisboa (Portugal)

ABSTRACT

In the literature about European Portuguese (EP) it is discussed the phonological nature of the two rhotic consonants /R/ and /r/, contrastive only in intervocalic position (Barbosa, 1983; Mateus & Andrade, 2000; Amorim & Veloso, 2018). The rhotic /R/ in EP has a wide free variation: [R, ʁ, χ, x, r] (Jesus & Shadle, 2005; Rennie & Martins, 2012; Rodrigues 2015). Data from typical acquisition in EP has shown that /R/ is acquired before /r/ in simple onsets (Mendes et al., 2009/13; Costa, 2010; Amorim, 2014), with obstruent allophones reported for /R/. In this paper, we will analyze data from two samples: (i) a sample of 87 children with an age range of 2;11 to 6;06 years old, from the Lisbon district, monolingual in EP, without linguistic development disorders (Ramalho, 2017); (ii) a sample of 9 children with primary phonological disorder, with an age range from 3;0 to 7;6, from the Évora district. The data were collected with the application of the CLCP-PE instrument and were analyzed with PHON (Hedlund & Rose, 2019). All phonetic occurrences of /R/ were considered, and then compared with realization of the targets /r/, /l/ e /ʎ/, always in simple onset. In the typical development sample, the rates for /R, r/ were above 80% which means the acquisition of both segments at 3;00. On the other hand, in the atypical development sample, /R, r/ have distinctive behaviors: /R/ has success rates above 50% and /r/ below 50%. In both samples the more frequent phonetic variants

¹ Esta investigação foi financiada pela Fundação para a Ciência e a Tecnologia (FCT), no âmbito do programa UID/LIN/00214/2019 do Centro de Linguística da Universidade de Lisboa e da bolsa FCT de doutoramento de M. Ramalho SFRH / BD / 88966 / 2012. Muito agradecemos os comentários e sugestões dos avaliadores deste trabalho.

are [ʁ, ʁ̥, x, R], which shows an approximation to the obstruent class. Our data constitute a contribution to the phonological status of /R/ in EP, supporting the hypothesis of the existence of two rhotic phonemes in EP (cf. Miranda, 1996; Bonet & Mascaró, 1997).

KEYWORDS

rhotic consonants; typical acquisition and phonological development; atypical acquisition and phonological development; primary phonological disorders.

RESUMO

Na literatura sobre o português europeu (PE) é discutida a natureza fonológica das duas consoantes róticas /R/ e /r/, contrastivas em posição intervocálica (Barbosa, 1983; Mateus & Andrade, 2000; Amorim & Veloso, 2018). A rótica /R/ em PE exhibe uma extensa variação livre: [R, ʁ, ʁ̥, x, R] (Jesus & Shadle, 2005; Rennie & Martins, 2012; Rodrigues, 2015). Dados da aquisição típica em PE têm mostrado que /R/ é adquirido antes de /r/ em ataque simples (Mendes et al. 2009/13, Costa 2010, Amorim 2014), sendo relatada a produção de alofones obstruintes para /R/. Neste trabalho, serão analisados dados de duas amostras: (i) uma amostra de 87 crianças com intervalo de idades de 2;11 até 6;6 anos, do distrito de Lisboa, monolíngues em PE, sem alterações do desenvolvimento linguístico (Ramalho 2017); (ii) uma amostra de 9 crianças com alterações fonológicas primárias, com idades entre os 3;0 e os 7;6, do distrito de Évora. Os dados foram recolhidos com aplicação do instrumento CLCP-PE e analisados com o PHON (Hedlund & Rose, 2019). Foram consideradas todas as instâncias fonéticas de alvos /R/, depois comparadas com produções de alvos /r/, /l/ e /ʎ/, sempre em ataque simples. Na amostra típica, as taxas para /R, r/ situam-se acima dos 80%, o que denota aquisição de ambos os segmentos aos 3;0. Já na amostra atípica, /R, r/ têm comportamentos distintos: /R/ apresenta taxas de acerto acima de 50% e /r/, abaixo de 50%. Em ambas as amostras as variantes fonéticas mais usadas são [ʁ, ʁ̥, x, R], o que mostra uma aproximação às obstruintes. Os nossos dados constituem um contributo adicional para a discussão do estatuto fonológico de /R/ no PE, apoiando a hipótese da existência de dois fonemas róticos no PE (cf. Miranda, 1996; Bonet & Mascaró, 1997).

PALAVRAS-CHAVE

consoantes róticas; aquisição e desenvolvimento fonológico típico; aquisição e desenvolvimento fonológico atípico; alterações fonológicas primárias.

1. Introdução

O presente estudo tem por objetivo contribuir com evidência empírica adicional para a discussão sobre a natureza fonológica de /R/ (R-forte ou rótico dorsal) no PE, tradicionalmente classificado como membro integrante da classe das soantes, embora tenha vindo a ser descrito recentemente como estando associado também a variantes alofónicas obstruintes. Para

tal, observaremos dados de produção relativos ao processo de aquisição do português europeu (PE) em crianças com perfis de desenvolvimento típico e atípico, comparando os desempenhos face a este segmento alvo com os registados para as restantes consoantes líquidas do português, a saber, o rótico coronal (vibrante simples) e as laterais alveolar e palatal.

O uso de dados da aquisição típica e da patologia constitui uma prática corrente na investigação de base generativa (Chomsky 1986), contribuindo para a avaliação de modelos teóricos e de análises propostas para as estruturas de um dado sistema linguístico. Por outro lado, dados de referência sobre a aquisição das líquidas em PE, considerada a classe de aquisição mais problemática, são cruciais para a prática clínica, no âmbito da qual não tem sido discutida, com fundamentação empírica robusta, a assimetria na aquisição de /R/ e /r/. Estes dois aspetos justificam, assim, a descrição dos comportamentos verbais de crianças com desenvolvimento típico e com desenvolvimento atípico realizada no presente estudo, que contribuirá tanto para a discussão sobre a natureza fonológica do rótico dorsal em PE como para a interpretação de dados em contexto clínico.

1.1 Os sons róticos no português europeu

O termo “róticos” (ou consoantes “róticas”) refere-se a uma classe de sons inseridos no grupo das consoantes líquidas e que partilham propriedades fonotáticas, embora possam ter pouco em comum do ponto de vista das suas propriedades acústicas e articulatórias. Estes sons são grafados tipicamente com a letra “R” no alfabeto latino. Fazem parte de uma classe muito heterogénea nas línguas do mundo, que inclui vibrantes múltiplas (*trills*), vibrantes simples (*taps* ou *flaps*), aproximantes, e mesmo fricativas, principalmente coronais, mas também posteriores, sejam elas vozeadas ou não-vozeadas. Segundo Lindau (1985), 75% das línguas do mundo possui algum tipo de som rótico.

Para o PE padrão têm sido tradicionalmente descritos dois sons róticos ou vibrantes, cuja representação fonológica é motivo de discórdia entre vários autores: a vibrante múltipla uvular /R²/ e a vibrante simples alveolar

² Também designado como R-forte ou vibrante múltipla.

/r^β. A distribuição destas duas consoantes do português é previsível em todas as posições silábicas exceto intervocalicamente. Veja-se a distribuição de ambos os segmentos, com base em Mateus & Andrade (2000):

- Contraste lexical intervocálico entre /R/ e /r/, em Ataque simples medial:
 - *muro* [ˈmuru] vs. *murro* [ˈmuRu]
- Distribuição de /R/ - outros contextos:
 - Ataque simples inicial: *rato* [ˈRatu]
 - Ataque simples após coda [ʒ, t] e vogal nasal: *Israel* [iʒREˈɛt], *melro* [ˈmɛtRu], *tenro* [ˈtẽRu]
- Distribuição de /r/ - outros contextos:
 - Ataque ramificado: *prego* [ˈpreɣu]
 - Coda interna ou externa: *carta* [ˈkartɐ], *par* [ˈpar]

Dada esta distribuição complementar, vários autores têm postulado a existência de apenas um fonema rótico: (i) /r/ para Monaretto (1997), Mateus & Andrade (2000) e Vigário (2003); (ii) /R/ para Câmara (1953). Por outro lado, Mattoso Câmara (1977), Mateus (1982, 1984), Barbosa (1983), Miranda (1996), Bonet & Mascarò (1997), Mateus et al. (2003) e Mateus, Falé & Freitas (2016) têm assumido a posição contrária, de que o português possui dois segmentos róticos fonológicos, /R/ e /r/.

Os argumentos a favor da existência de dois segmentos fonológicos baseiam-se geralmente na escala de sonoridade, em função da qual se atribui à vibrante simples um maior valor de sonoridade do que à múltipla, o que permite dar conta da boa formação das estruturas silábicas (nomeadamente, em ataques ramificados), tendo em conta o princípio da dispersão e os seus valores de complexidade. Segundo Bonet & Mascarò (1997), a vibrante múltipla será o caso não marcado, porque ocorre, generalizando, sempre em posição inicial de sílaba, sendo que apenas o contexto intervocálico permite distinguir os dois fonemas.

Os sons róticos no PE têm sido tradicionalmente classificados como vibrantes, como referido anteriormente. No entanto, a realidade fonética

³ Também designado como r-fraco ou vibrante simples.

tem mostrado que, para o segmento /R/, abundam como variantes alofónicas as fricativas uvulares sonora [ʁ] e surda [χ], a velar surda [x] e a vibrante múltipla alveolar [r] – esta última frequente noutros dialetos que não o padrão (Barbosa, 1983; Mateus & Andrade, 2000).

Diacronicamente, segundo Gonçalves Viana (1883), Barbosa (1983) e Teyssier (1984), o R-forte do PE padrão corresponderia à vibrante múltipla alveolar [r] até ao século XIX, altura a partir da qual essa consoante começou a sofrer um processo inicial de posteriorização para [R], seguido de um processo de lenição para as fricativas descritas anteriormente. A fricativa velar surda seria uma pronúncia emergente na geração mais jovem, na variedade padrão do PE, segundo Barbosa (1983). No português do Brasil, o processo de lenição avançou ainda mais, sendo as fricativas glotais surda e sonora - [h, h̃] - os principais alofones de /R/ (Rennicke, 2015).

1.2 Variação fonética dos róticos no PE

Retomando a variação alofónica associada ao /R/ em adultos, encontram-se referidas na literatura as seguintes variantes fonéticas em variação livre do rótico /R/ no PE, registando-se na seguinte tabela os resultados a que têm chegado diferentes autores:

Tabela 1 - Percentagens de diferentes variantes fonéticas em adultos para o alvo /R/ em PE.

Variantes de /R/	Rodrigues (2003)	Jesus & Shadle (2005)	Rennicke & Martins (2013)	Rodrigues (2015)
[R]	83,6%	13,9%	11%	8%
[ʁ]		4,6%	76%	46%
[χ]		48,8%	24%	46%
[x]		-	16%	-
[r]	16,5%	-	11%	-
[r̥]	-	25,6%	-	-

No estudo de Rodrigues (2003), são apresentados apenas os dados referentes a Lisboa e em posição inicial de palavra. Jesus & Shadle (2005) descrevem dados de 4 falantes naturais de Aveiro, Braga, Sintra e Lisboa. Rennicke & Martins (2013) fornecem dados relativos maioritariamente ao

norte do país, com percentagens acumuladas de 55 falantes, dado que foi tido em consideração o facto de os falantes produzirem mais do que uma variante alofónica para /R/. Rodrigues (2015) fez uso de 10 falantes naturais do Algarve, registando como mais frequentes os alofones [β] e [χ]. Grønnum (2005) refere ainda a variante [R_↓] (vibrante uvular fricativizada) como estando presente no dialeto de Lisboa em posição inicial de palavra. De referir ainda a variante descrita por Jesus & Shadle (2005) - [r_↓^o] - nomeada como *voiceless tapped alveolar fricative*, como alofone tanto de /R/ (provavelmente associado à variante [r]) como de /r/ no PE. Com base nos dados registados na Tabela 1, as variantes mais frequentes são as variantes posteriores, nomeadamente as fricativas uvulares vozeada [β] e não-vozeada [χ], seguidas da vibrante uvular múltipla [R]. Por fim, refira-se que também é descrita a produção da variante alveolar [r] em alguns falantes de Lisboa (cf. Rodrigues, 2003) e noutros dialetos que não o padrão (Mateus & Andrade, 2000: 11).

Assim, e tendo em conta a discussão sobre a natureza fonológica de /R/ em PE, verificamos que esta consoante tem evoluído para formatos fonéticos que a afastam da classe das soantes, mostrando os falantes preferência por variantes alofónicas obstruintes.

Em relação ao segmento /r/, tem-se assumido tradicionalmente que a sua variação fonética é nula, possuindo apenas o alofone [r]. No entanto, Rodrigues (2015), com base em falantes do barlavento algarvio, descreve como alofones mais frequentes os segmentos [r_↓] (35%) e [r] (25%), entre outras variantes, destacando-se [r] com apenas 2%, apesar de ser esta a forma assumida como canónica para o PE. Este segmento pode sofrer elisão em coda final, como descrito em Mateus & Rodrigues (2003), a partir de diferentes tipos de registos orais de Lisboa e de Braga, referindo as autoras efeitos contextuais (tipo de consoante adjacente à direita), de tipo de registo e de categoria morfossintática (supressão com taxa mais elevada em verbos); já Farias & Oliveira (2014), que comparam os apagamentos do rótico em coda final no PE e no PB (com 19% de apagamentos no PE e 61% no PB), concluem que, no PE, a classe morfológica da palavra não tem impacto no apagamento desta estrutura, sendo a adjacência à direita de consoante coronal [+anterior] o único contexto favorecedor do apagamento do rótico.

1.3 Dados sobre aquisição de líquidas no PE

Alguns estudos sobre o desenvolvimento fonológico de crianças portuguesas monolíngues têm disponibilizado dados sobre a aquisição das líquidas em PE, permitindo observar diferentes percursos de aquisição para os segmentos róticos e para os laterais. Por termos como objeto de estudo o rótico dorsal, que ocorre sempre em Ataque simples em PE, os dados abaixo referem-se apenas à produção de /ʎ/, /l/, /R/ e /r/ neste domínio silábico.

Para amostras que incluem crianças com desenvolvimento típico, encontramos os dados de referência para o PE que a seguir apresentamos. Mendes *et al.* (2009) consiste num estudo transversal experimental desenvolvido com base nas produções de cerca de 700 crianças portuguesas; este estudo situa a aquisição de /R/ na faixa etária dos 3;0 – 3;6, muito antes da aquisição de /r/, na faixa etária dos 4;0 – 4;6; de acordo com este estudo, ambas as laterais são adquiridas na faixa etária dos 3;6 – 3;12. Estes dados mostram um processamento distinto do rótico dorsal, mais próximo do das obstruintes (adquiridas mais cedo), quando comparado com o das laterais e o do rótico alveolar (/R/ >> /ʎ, l/ >> /r/).

Esta ordem de aquisição dos róticos (/R/ >> /r/) está presente também em Amorim (2014) e em Amorim & Veloso (2018), trabalhos realizados com base em dados longitudinais naturalistas (da região de Lisboa) e em dados transversais experimentais (do norte do país): o /R/ é adquirido na faixa etária dos 3;0 – 3;5 e o /r/ na dos 3;6 – 3;11. Já as laterais apresentam um perfil diferente do registado em Mendes *et al.* (2009): /l/ é adquirido, juntamente com /R/, na faixa etária dos 3;0 – 3;5, sendo que /ʎ/ é adquirido na faixa etária dos 4;6 – 4;11.

Em Costa (2010), um estudo longitudinal naturalista, os dados da Inês revelam aquisição de /l/ aos 2;5 e de /R/ aos 3;11, não estando /r/ e /ʎ/ adquiridos à data da conclusão da recolha de dados (aos 4;5); a outra criança observada, Joana, mostra aquisição de /R/ aos 4;7, não estando /ʎ/, /l/ e /r/ ainda adquiridos à data da conclusão da recolha de dados (aos 4;7). Apesar dos diferentes aspetos de natureza metodológica subjacentes aos diferentes estudos (dimensões e proveniências geográficas das amostras; tipos de estudos; critérios percentuais para a definição de um segmento como adquirido), todos mostram a aquisição de /R/ antes de /r/ em PE.

Amorim (2014) e Amorim & Veloso (2018) descrevem as estratégias de reconstrução preferencialmente usadas pelas crianças avaliadas: em Ataque inicial de palavra, /R/ é produzido como obstruinte em 52,5% dos casos, e como soante em apenas 5%; em Ataque medial, o cenário muda, optando as crianças tanto por obstruintes (22,5%) como por soantes (20%); por contraste, em Ataque medial, /r/ é produzido como obstruinte em 26,1% dos casos, e como soante em 73,9% dos casos. Regista-se, assim, uma tendência para o processamento do rótico dorsal como obstruinte e do rótico alveolar como soante.

Poucos são os estudos sobre desenvolvimento fonológico atípico em PE. Em Baptista (2015), num estudo longitudinal experimental, observaram-se 6 crianças algarvias monolíngues com historial de otites médias com derrame e idades entre os 4;7 e os 6;4. A amostra foi organizada em função da idade de incidência dos episódios clínicos: durante o 1º ano de vida (G1) e após o 3º ano de vida (G2). Apenas as crianças do G1 revelaram problemas de desenvolvimento fonológico: os róticos /R/ (58,3%) e /r/ (66,7%) foram claramente adquiridos antes das laterais /L/ (22,2%) e /l/ (15,2%), mostrando um processamento distinto das duas subclasses de soantes e aproximando os segmentos /R/ e /r/.

Reis (2018) relata um estudo longitudinal experimental com 2 crianças portuguesas monolíngues da região da grande Lisboa, diagnosticadas com perturbações dos sons da fala. Ao ser usado /R/ como segmento alvo na intervenção terapêutica, foi promovida a aquisição de fricativas, o que levou a autora a colocar a hipótese de /R/ ter sido processado como fricativa e não como soante pelas crianças sob intervenção.

Ainda em relação à aquisição por crianças com perfil atípico, encontra-se para o português do Brasil o estudo de Henrich & Ribas (2014), que analisa crianças com desvio fonológico à luz das leis implicacionais e da complexidade dos sistemas fonológicos (Modelo Implicacional de Complexidade de Traços). Neste estudo transversal foram analisadas as produções de 111 crianças com idades entre os 4 e os 10 anos; os resultados mostraram que /R/ já estava adquirido em 76% das crianças na amostra, estando o segmento /r/ adquirido apenas em 25% e ausente em 59% dos sujeitos. Quanto às produções realizadas para alvos /R/, registou-se maioritariamente o uso de outras líquidas ou de semivogais. Este facto levou

as autoras a considerarem o /R/ como soante fonologicamente, embora se comporte foneticamente como uma fricativa [x] e seja adquirida na mesma altura das fricativas.

Os dados sumariados nesta secção mostram heterogeneidade na produção do rótico dorsal por falantes portugueses, adultos ou crianças. O uso dos alofones obstruintes [ʁ, ʁ̥, x], com preferência pelas fricativas uvulares sonora e surda [ʁ, ʁ̥], tem sido referido na literatura. No caso específico dos dados do desenvolvimento fonológico infantil, regista-se uma preferência pela ordem de aquisição: /R/ >> /r/. As estratégias de reconstrução relatadas em Amorim (2014) e Amorim & Veloso (2018) mostram o processamento preferencial de /R/ como obstruinte (em especial, em Ataque inicial) e de /r/ como soante. Os dados de referência de Mendes *et al.* (2009) revelam uma aquisição diferenciada das líquidas, presente na ordem de aquisição: /R/ >> /k/ /l/ >> /r/. Esta ordem permite distinguir o processamento inicial de /R/, mais próximo do das obstruintes, seguido do das laterais /k/ /l/ e, por fim, do de /r/; estes dados podem ser interpretados como denotando a aquisição de segmentos por classe natural: obstruintes >> soantes (laterais >> vibrante alveolar). Os estudos de caso relatados em Reis (2018) argumentam igualmente no sentido do processamento diferenciado de /R/ e /r/, com associação do rótico dorsal à classe das fricativas.

Assim, e tendo em conta a discussão sobre a natureza fonológica de /R/ em PE, tradicionalmente integrado na classe das soantes, mas descrito como estando preferencialmente associado a variantes alofónicas obstruintes, contribuiremos, no presente estudo, com evidência empírica adicional para a discussão sobre a natureza fonológica do rótico dorsal no processo de aquisição em PE. Na tradição dos estudos de base generativa, os dados da aquisição típica e atípica permitem-nos testar as análises propostas para o sistema adulto; no caso da estrutura em foco, contribuem, ainda, para uma reflexão sobre a evolução deste segmento na língua, estando sob discussão a sua representação como [+soante] ou [-soante] no sistema fonológico do PE. Observaremos, assim, dados de produção relativos ao processo de aquisição em crianças portuguesas monolíngues com perfis de desenvolvimento típico e atípico, comparando a aquisição do rótico dorsal com a das restantes líquidas (laterais e rótico coronal).

2. Metodologia

Para este estudo, fez-se uso dos dados de produção de crianças com dois tipos de perfis: com desenvolvimento típico e com desenvolvimento atípico. Os dados das crianças com desenvolvimento típico são provenientes do *corpus* Ramalho-EP (2017, 2019), que contém dados de produção de 87 crianças com idades compreendidas entre os 2;11 e os 6;6 anos, do distrito de Lisboa, monolíngues em PE e sem alteração ou suspeita de alteração do desenvolvimento linguístico. A amostra está subdividida em três grupos etários: Grupo 1 (G1), dos 2;11 aos 3;11; Grupo 2 (G2), dos 4;00 aos 4;11; Grupo 3 (G3), dos 5;00 aos 6;06.

No que diz respeito aos dados das crianças com desenvolvimento atípico, estes provieram do *corpus* PHONODIS (Freitas *et al*, 2019), que permite estudos exploratórios com base em produções de 20 crianças portuguesas monolíngues com alterações fonológicas primárias (AFP), associadas a perturbação do desenvolvimento da linguagem (PDL) ou a perturbação de sons da fala (PSF). Estas crianças tinham idades compreendidas entre os 3;02 e os 11;05 anos, com proveniência dos distritos de Évora, Leiria, Santarém e Aveiro.

Os dados nos *corpora* acima referidos foram recolhidos com recurso ao teste de avaliação da fonologia *Crosslinguistic Child Phonology Project – Português Europeu* (CLCP-PE, Ramalho *et al* 2014, Ramalho, 2018), construído a partir de princípios da fonologia não-linear. Para a participação das crianças no estudo, foram solicitadas autorizações aos estabelecimentos de ensino e consentimentos informados aos pais, tendo sido utilizados os documentos aprovados pelo Comité de Ética da UBC (*Behavioural Research Ethics Board*, University of British Columbia, Vancouver, Canadá). Neste teste, o aplicador conduz a criança através da história do *Cenourinha*, um coelho que vive com uma família humana, estimulando-a a produzir uma sequência de 150 alvos, presentes em 42 imagens complexas (exemplos de cenários temáticos: *A ida ao jardim zoológico*, *A ida ao dentista*, *A escola*), apresentadas na tela de um ecrã (computador ou *tablet/IPad*). Os itens incluídos foram controlados fonologicamente quanto a: inventário segmental (incluindo todas as consoantes e vogais do PE), constituição silábica, posição na palavra,

acento de palavra e extensão de palavra.

Os dados de Ramalho-EP (2017, 2019) foram transcritos na íntegra por um transcritor-investigador, tendo sido feita análise intra-observador e extra-observador em 10% dos dados. Posteriormente, as líquidas foram alvo de nova revisão integral, realizada por um terceiro transcritor, com experiência em transcrição fonética.

No caso dos dados do *PhonoDis*, os dados são relativos a crianças em acompanhamento em terapia da fala, tendo sido recolhidos pelas terapeutas envolvidas no projeto, transcritos por um transcritor com experiência em transcrição fonética e revistos pela coordenadora do projeto.

Todos os dados recolhidos foram gravados em suporte áudio, transcritos e codificados no *software* de análise fonológica PHON 3.1.4 (Hedlund & Rose, 2019), encontrando-se os dois *corpora* disponíveis no PHONBANK:

(a) Ramalho-EP⁵ (b) PhonoDis⁶.

Foi adaptada a escala usada em Ramalho (2017), a partir de Yavas *et al.* (1991), tendo sido usada a seguinte escala de aquisição: (i) consideraram-se não adquiridas as estruturas com taxa de produção conforme ao alvo abaixo de 50%; (ii) consideraram-se em aquisição as estruturas com taxa de sucesso entre 50% e 75%; (iii) consideraram-se adquiridas as estruturas que apresentaram mais do que 75% de produções conformes ao alvo.

3. Resultados

Nesta secção serão apresentados os resultados para cada perfil de desenvolvimento (típico e atípico), com base nos dados das crianças reunidos nos *corpora* acima apresentados. Consideraram-se as taxas de acerto para cada alvo fonológico dentro da classe das líquidas (/R/, /r/, /l/ e /ʎ/), a sua variação fonética e os diferentes tipos de estratégias de reconstrução ativas pelas crianças.

⁴ Disponível em: <https://www.phon.ca/phon-manual/misc/Welcome.html>

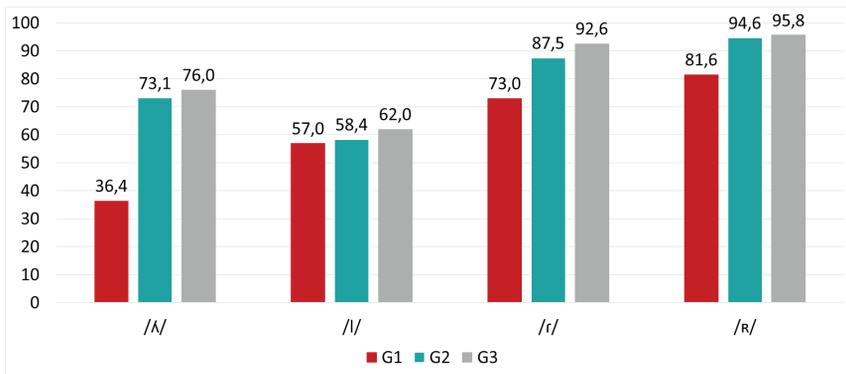
⁵ Disponível em: <https://phonbank.talkbank.org/access/Romance/Portuguese/Ramalho.html>

⁶ Disponível em: <https://phonbank.talkbank.org/access/Clinical/PhonoDis.html>

3.1 Resultados para crianças com desenvolvimento típico

Para as crianças com o perfil de desenvolvimento típico (DT), apresentam-se de seguida as percentagens de acerto para cada segmento fonológico da classe das líquidas.

Gráfico 1 - Percentagens de acerto nas crianças com desenvolvimento fonológico típico, por faixa etária.



Para cada segmento, podemos observar uma progressão nas taxas de acerto à medida que se avança no grupo etário. Só o segmento /R/ se encontra adquirido logo no grupo etário mais baixo, sendo a lateral alveolar o segmento mais problemático na faixa etária mais alta. As laterais, contrariamente aos róticos, não estão adquiridas em nenhum dos grupos etários, identificando-se, assim, um contraste entre as duas classes naturais, sendo a primeira mais problemática. Globalmente, os dados apontam para a ordem de aquisição /R/ >> /r/ >> /l/ >> /l/.

Em relação às realizações fonéticas conformes ao alvo, podemos observar na tabela 2 (valores em percentagens) que a variante mais frequentemente atestada foi a fricativa uvular vozeada [ʁ]:

Tabela 2 – Variantes fonéticas para o alvo /R/ em cada grupo etário, no DT.

Alvo	Produção	G1	G2	G3
/R/	[R]	13.5	12.6	17.1
	[ʁ]	29.1	33.0	31.5
	[x]	23.4	22.6	15.7
	[χ]	15.6	26.4	31.5

Se considerarmos a totalidade das variantes fonéticas usadas pelas crianças com desenvolvimento típico, verificamos que os alofones obstruintes são os mais frequentes (G1 = 68,1% de obstruintes; G2 = 82% de obstruintes; G3 = 78,7% de obstruintes).

Quando não foi realizada uma produção conforme ao alvo, as crianças observadas ativaram as seguintes estratégias de reconstrução, dadas em percentagem (tabela 3):

Tabela 3 – Estratégias de reconstrução para o alvo /R/, no DT.

Produção	G1	G2	G3
∅	3.6	1.0	0.4
[r]	2.1	0.4	0.0
[ɹ]	0.0	0.8	0.0
[k]	1.4	0.8	1.0
[g]	1.4	0.0	0.0
[q]	0.0	0.0	0.4
[ç]	0.0	0.0	0.3
[ϕχ]	0.7	0.0	0.0
[ʒ]	0.7	0.0	0.0
[xk]	0.7	0.8	0.7
[ʎ]	1.4	0.8	0.7
[h]	3.6	0.8	0.0
[ɦ]	0.7	0.0	0.7
[w]	1.4	0.0	0.0
[ɰ]	0.7	0.0	0.0

Em geral, para o G1, a taxa de apagamentos foi de 3,6%, a de produção de soantes foi de 4,2% e a de produção de obstruintes teve maior expressão, com 10,6%.

Com vista a comparar os dados para o alvo /R/ com os atestados face ao alvo /r/, as produções conformes ao alvo para o rótico alveolar são mostradas na tabela 4, em percentagens:

Tabela 4 – Realizações fonéticas conformes ao alvo para /r/, no DT.

Alvo	Produção	G1	G2	G3
/r/	[r]	60.6	77.9	82.4
	[ɹ]	12.4	9.6	10.3

As variantes fonéticas registadas para /r/ são sempre soantes; seguindo Rodrigues (2015), a variante [ɹ] foi tomada como realização possível para /r/.

As estratégias de reconstrução para /r/ são dadas na tabela 5, em percentagem para cada grupo etário:

Tabela 5 – Estratégias de reconstrução para o alvo /r/ em percentagem e por grupo etário, no DT.

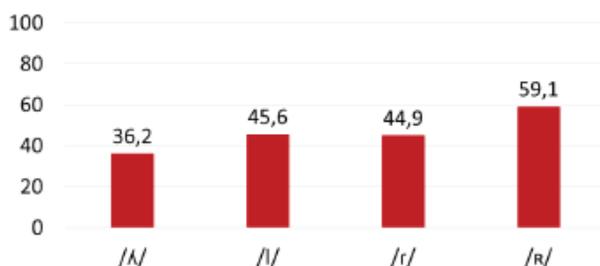
Produção	G1	G2	G3	Produção	G1	G2	G3
∅	6.7	5.2	2.3	[ʃ]	0	0.2	0
[r]	0.3	1.3	1	[ʒ]	0	0	0.1
[ɹ]	1.2	0	0	[h]	0.3	0	0
[ɻ]	1.4	1	1.3	[n]	1.7	0	0
[ɽ]	1.4	0.6	0.8	[ŋ]	0	0	0.2
[β]	0.3	0.2	0.2	[l]	8.1	1	0.2
[t]	0	0.2	0.4	[ʈ]	0.3	0.2	0
[d]	0.3	0	0.2	[ʎ]	0.3	0	0
[f]	0.3	0	0	[w]	0.3	1	0.2
[θ]	0.3	0	0	[j]	3.2	1.4	0.4
[ð]	0.3	0	0	[ɥ]	0.3	0	0

Para o G1, os apagamentos totalizaram 6,7%, as reconstruções por soantes ocupam 18,5% dos casos e as reconstruções por obstruintes, apenas 1,8%.

3.2 Resultados para crianças com desenvolvimento atípico

Nesta secção, apresentam-se os resultados para as crianças com perfil de desenvolvimento atípico (DA), para as quais não houve divisão em grupos etários, dada a heterogeneidade da amostra (em termos etários e de historial clínico).

Gráfico 2 – Taxas de acerto para as líquidas nas crianças com DA.



No gráfico 2, observa-se que nenhuma das líquidas se encontra adquirida, tendo-se, no entanto, registado mais acertos para /R/ do que para qualquer um dos restantes segmentos. O rótico dorsal é o único segmento com taxa de acerto acima dos 50%, logo, considerado em aquisição, contrariamente a /r/, /l/ e /N/, não adquiridos.

As variantes fonéticas associadas a /R/ são registadas na tabela 6 (em percentagens):

Tabela 6 – Produções fonéticas de acordo com o alvo para o segmento /R/ nas crianças com DA.

Alvo	Produção	%
/R/	[R]	16.5
	[ʀ]	24.0
	[x]	10.7
	[χ]	7.9

Tal como as crianças com DT, a variante mais frequente foi a fricativa uvular vozeada, sendo as variantes obstruintes usadas em 42,6% dos casos.

As estratégias de reconstrução realizadas para o alvo /R/, nas crianças com DA, podem ser consultadas na tabela abaixo (em percentagens):

Tabela 7 – Estratégias de reconstrução para o alvo /R/ nas crianças com DA.

Produção	%	Produção	%
[r]	0.4	[g]	2.5
[ʀ]	0.4	[s]	0.4
[ʁ]	0.4	[ʧ]	0.4
[ʁ]	0.4	[ʎ]	1.7
[∅]	16.5	[h]	1.2
[p]	0.4	[ñ]	1.7
[t]	3.0	[l]	2.5
[ts]	0.4	[ʎ]	0.4
[d]	2.1	[w]	0.8
[dʒ]	0.4	[j]	0.4
[k]	4.5		

No total, os apagamentos corresponderam a 16,5% das ocorrências, as reconstruções por soantes, a 5,7% e as reconstruções por obstruintes, a 18,7%, neste último caso, à semelhança das crianças com DT.

Em relação à vibrante simples alveolar, obtiveram-se as seguintes taxas de acerto para a variantes soantes esperadas face a este alvo segmental:

Tabela 8 – Produções conformes ao alvo para o segmento /r/ nas crianças com DA.

Alvo	Produção	%
/r/	[r]	37.7
	[ʀ]	7.3

Abaixo, na tabela 9, podemos observar quais as estratégias de reconstruções que as crianças com DA utilizaram para o alvo fonológico /r/:

Tabela 9 – Estratégias de reconstrução para o alvo /r/ nas crianças com DA.

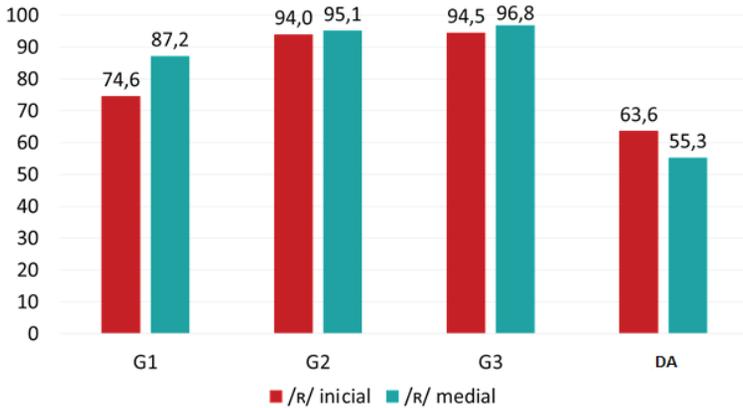
Produção	%	Produção	%
∅	18.5	[ɣ]	0.7
[j]	0.7	[h]	0.2
[r]	0.5	[n]	2.8
[ʁ]	1.2	[ŋ]	1.2
[t]	1.9	[l]	9.7
[d]	2.8	[ʃ]	0.2
[k]	0.2	[ʎ]	2.1
[g]	0.3	[L]	0.2
[β]	0.2	[w]	2.1
[v]	0.3	[j]	6.1
[s]	0.5	[u]	1.2
[z]	0.2	[χ]	0.7
[ʝ]	0.5		

Pela tabela 9, podemos verificar que os apagamentos ocorreram em 18,5% dos casos, as reconstruções por soantes somaram 26,8% - comportamento semelhante ao das crianças com DT, neste aspeto - e as substituições por obstruintes totalizaram 9,7%.

3.3 Resultados para /R/ por posição na palavra, nas crianças com DT e com DA

Nesta subsecção, descreveremos o comportamento das duas amostras (perfis de desenvolvimento típico e atípico) face ao alvo /R/ por posição na palavra (inicial ou medial; taxas de sucesso em valores percentuais):

Gráfico 3 – Taxas de acerto para o alvo fonológico /R/ nas crianças com DT (por grupo etário) e nas crianças com DA.



No gráfico 3, podemos observar que o /R/ se encontra adquirido, quer em posição inicial quer em posição medial, para todos os grupos etários com DT; apenas no G1 se regista um valor mais baixo de sucesso em posição inicial, quando comparado com o registado em posição medial. O segmento encontra-se em aquisição nas crianças com DA, registando-se um efeito promotor da posição inicial de palavra, contrariamente ao que ocorre no G1, nas crianças com DT.

Em termos de estratégias de reconstrução ativadas para /R/ por posição na palavra (inicial ou medial), registamos na tabela 10 as variantes fonéticas utilizadas pelas crianças com DT, por grupo etário, e pelas crianças com DA:

Tabela 10 – Estratégias de reconstrução para o alvo /R/ nas crianças com DT, por grupo etário, e nas crianças com DA.

Produção	/R/ inicial				Produção	/R/ medial			
	G1	G2	G3	DA		G1	G2	G3	DA
∅	6.2	1.7	0	14.5	∅	1.3	0.7	0.6	18.2
[k]	3.2	1.6	2.3	5.6	[k̃]	0.0	0.7	0.0	0
[k̃]	1.6	0.9	1.6	0	[g]	0.0	0.0	0.6	0

[g]	3.2	0	0	2.7	[x̄φ]	1.3	0.0	0.0	0
[q]	0	0	0.8	0	[y]	1.3	0.7	0.6	2.3
[ʒ]	1.6	0	0	0	[h]	3.8	1.4	0.0	1.4
[ʎ]	1.6	0.9	0.8	0.9	[ñ]	0.0	0.0	1.4	1.4
[h]	3.2	0	0	0.9	[r]	3.8	0.0	0.0	0.8
[ñ]	1.6	0	0	1.8	[ɹ]	0.0	1.4	0.0	0
[r]	0	0.9	0	0	[w]	1.3	0.0	0.0	0
[w]	3.2	0	0	0	[t]	0	0	0	3.0
[p]	0	0	0	0.9	[ts]	0	0	0	0.8
[t]	0	0	0	2.8	[d]	0	0	0	3.0
[d]	0	0	0	0.9	[k]	0	0	0	3.8
[dz]	0	0	0	0.9	[g]	0	0	0	2.3
[s]	0	0	0	0.9	[ʧ]	0	0	0	0.8
[l]	0	0	0	2.7	[ʎ]	0	0	0	2.3
[ɹ]	0	0	0	0.9	[ʎ]	0	0	0	0.8
					[w]	0	0	0	1.4
					[j]	0	0	0	0.8
					[ɹ]	0	0	0	0.8
					[ɹ]	0	0	0	0.8

Os resultados mais salientes são a produção de apagamentos, estratégia já registada noutros trabalhos sobre o PE como associada a um desenvolvimento fonológico imaturo, e a utilização de obstruintes surdas ou sonoras para o rótico dorsal, especialmente em posição medial.

4. Considerações finais

Nesta seção serão discutidos os resultados obtidos para as crianças com DT (4.1) e para as crianças com DA (4.2), comparando-se os dois perfis (4.3) e relacionando os nossos resultados com os disponíveis na literatura.

4.1 Desenvolvimento típico

Nos dados obtidos neste trabalho, observámos, no gráfico 1, que a escala de aquisição para o Grupo 1 (DT) começa com /R/, seguido de /r/, só

depois sendo adquiridas as laterais, /l/ e, por último, /ʎ/. No entanto, neste Grupo 1, a percentagem de acerto para /r/ é alta (73%), contrariamente ao esperado. No Grupo 2 e no Grupo 3, /R/ encontra-se adquirido, estando as outras líquidas ainda em fase de aquisição. Estes dados podem ser interpretados como ilustrando uma aquisição das líquidas por classes naturais (vibrantes >> laterais), não constituindo um argumento, por si só, para o processamento de /R/ distinto do de /r/, dada a proximidade das taxas de sucesso para ambos os segmentos.

Já na tabela 2, observamos que as variantes alofónicas [ʁ, ʁ̥, x] nas crianças com DT são preferenciais para o alvo /R/, como, aliás, ocorre nos adultos (cf. Barbosa, 1983; Mateus & Andrade, 2000; Jesus & Shadle, 2005; Rennie & Martins, 2013; Rodrigues, 2015) e noutros estudos sobre a aquisição fonológica em PE (cf. Amorim, 2014; Amorim & Veloso, 2018). Esta preferência por fricativas dorsais pode indicar uma aproximação de /R/ à classe das obstruintes no nível fonético, havendo, 68% deste tipo de consoantes no Grupo 1, 82% no Grupo 2 e 78% no Grupo 3. Com um comportamento oposto, salientamos o registo de 73% de variantes alofónicas soantes para o alvo /r/.

A partir das tabelas 3 e 5, verificamos que as estratégias de reconstrução usadas pelas crianças privilegiam o uso de obstruintes para o alvo /R/ e o de soantes para o alvo /r/, o que, uma vez mais, mostra a preferência por alofones fricativos para o primeiro rótico e por alofones soantes para o segundo.

Os dados de produção em contexto típico, com variantes fricativas dorsais para /R/, permitirão argumentar a favor de um processamento preferencial do rótico dorsal como fricativa em PE; porém, as taxas de acerto próximas para os róticos /R/ e /r/ (gráfico 1) poderão mostrar que, apesar do uso de variantes fonéticas fricativas, as crianças portuguesas poderão estar a construir uma representação fonológica para /R/ como [+soante]. Tendo as crianças com desenvolvimento típico aqui avaliadas idades iguais ou superiores a 3;0, e estando as taxas de sucesso para os róticos no Grupo 1 já dentro (para /R/) ou próximas (para /r/) do intervalo da escala de desenvolvimento que corresponde a *estrutura adquirida* (acima de 75% de acertos), precisaremos de dados de crianças com idades inferiores a 3;0 para definir as várias etapas do percurso de construção da representação fonológica de /R/ no processo de aquisição em PE.

4.2 Desenvolvimento atípico

As crianças com desenvolvimento atípico têm tipicamente sistemas linguísticos imaturos, mais próximos dos estádios iniciais de aquisição em contexto típico. Neste sentido, os dados destas crianças podem constituir, neste estudo, uma forma de colocar hipóteses sobre o processamento inicial de /R/.

Nas crianças com desenvolvimento atípico aqui observadas, apenas /R/ se encontra em aquisição (59,1%), sendo que /r/ e as laterais, com taxas de sucesso abaixo dos 50%, não se encontram adquiridos. Tal como nas crianças com DT, o rótico dorsal nas crianças com alterações fonológicas observadas também está associado preferencialmente a variantes alofónicas fricativas (42,6% em 59,1%; cf. tabela 6).

As estratégias de reconstrução para os róticos nas crianças com DA encontram-se sumariadas na tabela abaixo:

Tabela 11 – Estratégias de reconstrução para os róticos do PE nas crianças com DA.

	/R/	/r/
Apagamento	16,5%	18,5%
Produção de soante	5,7%	26,8%
Produção de obstruente	18,7% (dos quais 14,1% de oclusivas)	9,7%

O sumário das estratégias de reconstrução na tabela 11 mostra que as crianças com DA associam preferencialmente o alvo /R/ a obstruintes (maioritariamente, oclusivas) e o alvo /r/ a soantes.

Os dados das crianças com alterações fonológicas acima descritos revelam, assim, comportamentos distintos para os dois róticos, tanto em termos de taxas de acertos como no uso de segmentos preferenciais para a reconstrução dos alvos, podendo estes comportamentos ser interpretados como decorrendo de um processamento de /R/ como [-soante] e de /r/ como [+soante].

4.3 Considerações sobre ambos os perfis de desenvolvimento

Em geral, e comparando os dois perfis de desenvolvimento infantil observados neste trabalho, ambos os róticos registam taxas de apagamento e de produção como oclusivas superiores nas crianças com DA, o que é interpretado em diferentes estudos como indicador de imaturidade fonológica (Freitas 1997; Mendes *et al.* 2009; Ramalho 2017). Tal comportamento não é identificado expressivamente nos dados do DT.

Em termos globais, tanto as crianças com desenvolvimento típico como as crianças com alterações fonológicas revelaram aquisição de /R/ antes de /r/, o que vai ao encontro do descrito na literatura disponível sobre aquisição do PE em contextos típico e atípico (cf. Mendes *et al.*, 2009; Costa, 2010; Amorim, 2014; Batista, 2015; Amorim & Veloso, 2018). Nas produções conformes ao alvo, os dois grupos (DT e DA) no nosso estudo mostraram preferência por variantes alofónicas fricativas para /R/. Em termos das estratégias de reconstrução, e também em ambos os grupos, segmentos obstruintes foram preferencialmente usados para o alvo /R/, enquanto o alvo /r/ desencadeou preferencialmente produções soantes.

No entanto, e tendo em conta as taxas de sucesso para /R/ e /r/ em ambos os grupos, verificamos que as taxas de acerto são muito próximas para os dois segmentos no DT, considerando-se ambos adquiridos (acima de 75%) nos 3 Grupos, exceto no caso do /r/ no Grupo 1 (73%), cujo valor está perto do limiar da categoria *adquirido*, na escala de desenvolvimento adotada. Já no caso do DA, regista-se um contraste entre /R/, segmento *em aquisição* (59,1%), e /r/, segmento *não adquirido* (abaixo dos 50%). Consideremos os seguintes factos no DA: (i) o contraste nas categorias *em aquisição* - *não adquirido* para /R/ - /r/, respetivamente; (ii) as estratégias de reconstrução usadas para /R/ (preferencialmente obstruintes, a maioria oclusivas) e para /r/ (preferencialmente soantes). Estes factos podem argumentar a favor do processamento diferenciado dos dois róticos no DA (/R/ como [-soante] e /r/ como [+soante]), o que permitiria colocar a hipótese de processamento congénere em fases iniciais de aquisição no DT, a ser testada, em trabalho futuro, em crianças portuguesas com idades inferiores a 3;0.

No que diz respeito ao efeito de posição do rótico na palavra (cf. gráfico 3), apenas no Grupo 1 das crianças com DT e nas crianças com DA se

registaram diferenças entre as posições inicial e medial de palavra. O contraste lexical entre os dois segmentos róticos em posição medial em PE parece favorecer a aquisição nesta posição nas crianças com DT, o que vai ao encontro de Amorim & Veloso (2018). No entanto, tal não se verificou nas crianças com DA, que adquirem /R/ primeiramente em posição inicial. Este último resultado pode decorrer do défice de processamento fonológico nestas crianças, que poderá dificultar o acesso às propriedades distribucionais distintas de /R/ e de /r/ no PE. Por outro lado, o efeito de periferia de palavra (neste caso, periferia esquerda), largamente documentado na literatura internacional sobre processamento linguístico, poderá ser mais relevante para crianças com alterações fonológicas, dada a sua produtividade na tarefa de acesso lexical. Estes resultados permitem refletir sobre a presença de apenas um segmento rótico fonológico (cf. Monareto, 1997; Mateus & Andrade, 2000; Vigário, 2003) ou de dois róticos fonológicos em PE (cf. Mattoso Câmara, 1977; Mateus, 1982, 1984; Miranda, 1996; Bonet & Mascarò, 1997; Mateus et al., 2003; e Mateus, Falé & Freitas, 2016). Se existisse apenas um segmento fonológico rótico no sistema fonológico das crianças, não se justificaria uma taxa de sucesso mais alta em posição medial do que em inicial para o alvo /R/. Tal como apontado por Miranda (1996) e Bonet & Mascarò (1997), o alvo /R/ parece comportar-se mais como uma obstruinte e a sua distribuição no português é compatível com a proposta de que /R/ tenha um grau de sonoridade mais próximo do das obstruintes e o /r/, um grau de sonoridade mais próximo do das vogais na escala de sonoridade, o que ajudaria a explicar a distribuição complementar dos róticos no português, para além dos princípios como o da sonoridade e o da dispersão (cf. Clements, 1990) acerca da boa formação silábica. Os nossos resultados são, assim, consistentes com a abordagem a favor de dois segmentos róticos no português: /R/ e /r/ (cf. Miranda, 1996; Costa, 2010).

Outros fatores que não apenas o contraste [\pm soante] poderão ser considerados na discussão sobre a aquisição precoce do rótico dorsal relativamente ao rótico coronal, reportada em vários estudos (cf. secção 1 neste trabalho). Por um lado, a distribuição silábica restrita de /R/, sempre no domínio de Ataque simples, poderá favorecer a sua aquisição relativamente a /r/, este último com uma distribuição silábica mais complexa no PE (associado a Ataque simples, Ataque ramificado ou Coda). Por outro lado,

a distribuição de ambos os róticos no domínio da palavra prosódica em PE (só /R/ pode ocorrer em início absoluto de palavra) poderá também contribuir para a proeminência de /R/ no *input*, uma vez que, como referido acima, a periferia esquerda da palavra desempenha um papel crucial no acesso lexical. Por último, o ponto de articulação poderá também interferir na aquisição distinta de ambos os róticos: o acesso a variantes alofônicas fricativas posteriores para /R/ no *input* permitiria às crianças portuguesas, desde cedo, colocar a hipótese de um sistema segmental simétrico de distribuição de pontos de articulação dentro de cada classe de obstruintes, o que corresponderia a um paralelismo de coocorrência de traços de ponto e de modo de articulação: tanto nas oclusivas ([–soante; –contínuo]) como nas fricativas ([–soante; +contínuo]), classes de aquisição precoce, todos os pontos de articulação estariam assim representados ([labial], [coronal]. [dorsal]). Tal inventário de obstruintes legitimaria, desde cedo, a produção de um elevado número de sílabas consistentes com o princípio de dispersão (Clements 1990). Tal como outros trabalhos referem para a gramática do adulto (cf. Sebregts, 2014 para o Holandês), as variantes alofônicas fricativas dorsais para as vibrantes demonstram um processo de lenição e menor esforço articulatório, o que, por si só, não exclui a validade da classe “róticos” dado que as variantes são relacionáveis entre si, e fonologicamente continuam a ser soantes devido às suas propriedades fonotáticas, distribucionais e a fatores diacrónicos. Tal poderá também explicar a assimetria de processamento do rótico dorsal no PE, como obstruinte foneticamente e na aquisição e como soante (e rótica, portanto) fonologicamente.

Com base nos dados observados neste trabalho, e tendo em conta a discussão sobre a natureza fonológica do rótico dorsal disponível na literatura para o PE, contribuímos com evidência empírica que favorece a proposta de que /R/ é preferencialmente associado a variantes alofônicas fricativas, por oposição a /r/, processado preferencialmente como soante ([+soante]) (Miranda, 1996; Rennie & Martins, 2013; Amorim, 2014; Amorim & Veloso, 2018; Reis 2019). Tanto os dados do desenvolvimento típico como os do desenvolvimento atípico refletem estas tendências. No entanto, as taxas de acerto para /r/ são muito próximas das taxas de acerto para /R/ no Grupo 1 das crianças com desenvolvimento típico, o que não argumenta a favor da categorização distinta dos dois róticos, uma

vez que obstruintes são adquiridas significativamente mais cedo do que soantes (Freitas 1997; Mendes et al. 2009; Costa 2010; Amorim 2014; Ramalho 2017). Investigação adicional no domínio da aquisição fonológica em faixas etárias mais baixas do que as aqui observadas, e, sobretudo, a observação dos comportamentos verbais dos falantes em função de variáveis contextuais, geográficas e/ou sociolinguísticas, bem como a sua descrição acústica, permitirão reunir argumentos robustos para a definição do estatuto fonológico de /R/ no português europeu.

REFERÊNCIAS

- Amorim, Clara 2014. *Padrão de aquisição de contrastes do PE: a interação entre traços, segmentos e sílabas*. Tese de doutoramento. Universidade do Porto.
- Amorim, C. & Veloso, J. 2018. O estatuto fonológico do rótico dorsal em português à luz dos dados da aquisição, *Estudos em Fonética e Fonologia. Coletânea em Homenagem a Carmen Matzenauer*, ed. C. Lazzarotto-Volcão & M. J. Freitas, Brasil: Editora CRV.
- Barbosa, Jorge Morais. 1983. *Études de Phonologie Portugaise*. Universidade de Évora 2nd edn.
- Batista 2015. *O desenvolvimento fonológico de crianças com otites médias com derrame: estudo longitudinal*. Tese de doutoramento. Universidade de Lisboa.
- Bonet, E. & J. Mascaró 1997. On the representation of contrasting rhotics. In F. Martínez-Gil & A. Morales-Front (eds.) *Issues in the Phonology and Morphology of the Major Iberian Languages*. Washington: Georgetown University Press.
- Chomsky, Noam A. 1986. *Knowledge of language: its nature, origin and use*. Praeger, New York.
- Clements, G.N. 1990. The role of the sonority cycle in core syllabification In *Papers in laboratory phonology 1: between the grammar and physics of speech*, by John Kingston and Mary Beckman, 283-333. Cambridge: Cambridge University Press
- Costa, T. 2010. *The Acquisition of the Consonantal System in European Portuguese: Focus on Place and Manner Features*. Dissertação de Doutoramento apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa.

- Farias, Aline & Oliveira, Ingrid 2014. *O apagamento do rótico no português brasileiro e no português europeu: o lido e o dito. Anais do Colóquio Brasileiro de Prosódia da Fala*. Universidade Federal do Rio de Janeiro, Brasil.
- Freitas, M. J. 1997. *Aquisição da Estrutura Silábica do Português Europeu*. Dissertação de Doutoramento. Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa.
- Freitas, Maria João; Ramalho, Margarida; Lousada, Marisa; Oliveira, Patrícia & Pereira, Rodrigo 2019. *European Portuguese PhonoDis Corpus*. Disponível em: <https://phonbank.talkbank.org/access/Clinical/PhonoDis.html>
- Grønnum, Nina 2005. *Fonetik og fonologi, Almen og Dansk* (3rd ed.), Copenhagen: Akademisk Forlag pp. 156-157
- Hedlund, Gregory & Yvan Rose. 2019. Phon 3.0 [Computer Software]. Retrieved from <https://phon.ca>
- Henrich, Vanessa & Ribas, Leticia Pacheco 2014. Aquisição fonológica atípica do português brasileiro: relações implicacionais e de marcação na emergência das consoantes róticas. in *Letrônica* v.7, n.2 pp. 678-694. Porto Alegre.
- Jesus, L. M. T., & Shadle, C. H. 2005. Acoustic Analysis of European Portuguese Uvular [χ, ʁ] and Voiceless Tapped Alveolar [r̥] Fricatives. *Journal of the International Phonetic Association*, 35(1), 27–44.
- Lindau, M. The history of /r/. 1985. In: Fromkin, V. A. (ed.). *Phonetic Linguistics: Essays in honor of Peter Ladefoged*. 1 ed. Los Angeles: Academic Press Inc. p. 157-168.
- Mateus, Maria H. 1982. *Aspectos da Fonologia do Português*. Lisboa: INIC.
- Mateus, Maria H. 1984. *Aspectos da Fonologia do Português*. Lisboa: Centro de Estudos Fonológicos.
- Mateus, M. H. & E. d'Andrade 2000. *The Phonology of Portuguese*. Oxford: Oxford University Press.
- Mateus, Maria Helena Mira; Isabel Falé & Maria João Freitas 2005. *Fonética e Fonologia do Português*. 2ª Edição 2016. Universidade Aberta. Lisboa
- Mateus, M. H., & Rodrigues, C. 2003. A vibrante em coda no Português Europeu. In *Teoria Linguística Fonologia e outros Temas* (D. Hora & G. Collischonn. João Pessoa, pp. 181-199). Universitária da Universidade Federal da Paraíba.
- Mattoso Câmara 1953. *Para o estudo da fonêmica portuguesa*. Padrão – Livraria Editora. Rio de Janeiro.
- Mattoso Câmara 1977. 2ª edição do original de 1953. *Para o estudo da fonêmica portuguesa*. Padrão – Livraria Editora. Rio de Janeiro.

- Mendes, A., Afonso, C., Lousada, M. & Andrade, F. 2009. *Teste Fonético- Fonológico da Avaliação da Linguagem pré-escolar – ALPE*. Aveiro: Designeed, Lda.
- Mendes, A., Afonso, E., Lousada, M. & Andrade, F. 2013. *Teste Fonético-Fonológico da Avaliação da Linguagem Pré-Escolar (TFF-ALPE)* (2nd ed.). Aveiro: Edubox.
- Miranda, A. R. 1996. *A aquisição do 'r': uma contribuição à discussão sobre seu status fonológico*. Porto Alegre, RS. 1996. Dissertação de Mestrado. Porto Alegre: Pontifícia Universidade Católica.
- Monareto, Valéria N. O. 1997. *Um Re-Estudo da Vibrante: Uma Análise Variacionista e Fonológica*. Tese de doutorado. PUCRS, Porto Alegre.
- Ramalho, A.M., Almeida, L., & Freitas, M. J. 2014. CLCP-PE (*Avaliação Fonológica da Criança: Crosslinguistic Child Phonology Project – Português Europeu*). Registo IGAC: 67/2014.
- Ramalho, Ana Margarida 2017. *Aquisição Fonológica na Criança - Tradução e adaptação de um instrumento de avaliação interlinguístico para o português europeu*. Tese de doutoramento. Universidade de Évora. Évora.
- Ramalho, M. 2019. European Portuguese Ramalho Corpus. Disponível em: <https://phonbank.talkbank.org/access/Romance/Portuguese/Ramalho.html>
- Reis, T. (2018). *A Avaliação Fonológica das Perturbações dos Sons da Fala - O Modelo PAC: Estudo de Caso*. Dissertação de Mestrado, FLUL, Universidade de Lisboa.
- Rennicke, I. & Martins, P. 2013. As realizações fonéticas de /R/ em Português Europeu: análise um corpus dialetal e implicações no sistema fonológico. In *Textos Seleccionados, XXVIII Encontro Nacional da APL*, ed. F. Silva, I. Falé & I. Pereira, Coimbra: Associação Portuguesa de Linguística
- Rennicke, Iris 2015. *Variation and Change in the Rhotics of Brazilian Portuguese*. Doctoral dissertation. University of Helsinki & Faculdade de Letras - Universidade Federal de Minas Gerais. ISBN 978-951-51-1689-5 (PDF)
- Rodrigues, Maria Celeste Matias 2003. *Lisboa e Braga: Fonologia e Variação*. Fundação Calouste Gulbenkian, Fundação para a Ciência e a Tecnologia.
- Rodrigues, Susana 2015. *Caracterização acústica das consoantes líquidas do Português Europeu*. Tese de doutoramento. Universidade de Lisboa.
- Rose, Y., Macwhinney, B., Byrne, R., Hedlund, G., Maddocks, K., Brien, P. O. & Wareham, T. 2006. Introducing Phon: A Software Solution for the Study of Phonological Acquisition. In David Bamman, Tatiana Magnitskaia & Colleen Zaller (Eds.), *Proceedings of the 30th Annual Boston University Conference on Language Development*. Somerville, MA: Cascadilla Press. 489-500.

- Sebregts, K. 2014. *The Sociophonetics and Phonology of Dutch r*, PhD thesis, Department of Languages, Literature and Communication, Utrecht University.
- Teysier, Paul 1980. *História da Língua Portuguesa*. Tradução portuguesa de Celso Cunha. 8ª edição, 2001, Lisboa: Livraria Sá da Costa Editora
- Vigário, Marina 2003. *The Prosodic Word in European Portuguese*. (Interface Explorations Series, 6). Berlin/ New York: Mouton de Gruyter (440 pp) [2nd edition, 2011].
- Yavas, M. S. et al. 1991. *Avaliação fonológica da criança: reeducação e terapia*. Porto Alegre: Artes Médicas.

Nota de
Investigação

Almorode: o rio que corre entre as árvores cortadas. Notas sobre um hidrónimo da Bacia do Leça^{1(*)}

João Veloso

jveloso@letras.up.pt

Faculdade de Letras da Universidade do Porto
Centro de Linguística da Universidade do Porto^{2(**)}

ABSTRACT

Assuming hydronymy as a special lexical subset that preserves the most ancient roots found in modern languages, we shall propose that *Almorode*, a river-name designating a watercourse of Northern Portugal, combines two Indo-European roots for European river names (**alm* ‘to flow’ + **wer* ‘water’) with the Germanic locative suffix **reuth* ‘flat land’. This proposal contrasts with other current hypotheses positing different etymological origins for this hydronym (namely, its Arabic origin)

KEY-WORDS

Portuguese Hydronymy; Indo-European; Etymology; Almorode.

RESUMO

Assumindo a hidronímia como um reservatório linguístico muito particular onde se conservam algumas das mais antigas raízes ainda hoje correntes nas línguas modernas, proporemos que *Almorode*, o hidrónimo que designa um pequeno curso fluvial no Norte de Portugal, combina duas raízes indo-europeias frequentes em nomes de rios europeus (**alm* ‘fluir’ + **wer* ‘água’) com o sufixo locativo germânico **reuth* ‘terra desbastada’. Esta proposta afasta-se de outras hipóteses correntes que propõem explicações históricas diferentes para o hidrónimo aqui considerado (nomeadamente, dos que o relacionam com uma possível origem árabe).

PALAVRAS-CHAVE

Hidronímia portuguesa; Indo-Europeu; Etimologia; Almorode

¹ (*) Estas notas de investigação retomam os conteúdos principais e, em grande medida, parte da formulação de um outro trabalho de minha autoria sobre o mesmo tema (Veloso 2020), originalmente publicado em língua inglesa em: H. Bichlmeier, O. Šefčík, R. Sukač (Eds.). *Etymologus. Festschrift for Václav Blažek*. Hamburg: Baar-Verlag, pp. 397-401. Agradeço reconhecido os comentários e sugestões de um revisor anónimo deste texto que em muito contribuíram para o esclarecimento de alguns pontos e para a discussão de algumas propostas e tentativas de explicação aqui formuladas e que completam a primeira versão inglesa deste trabalho acima referenciada.

² (**). Unidade de investigação financiada pela FCT – Fundação para a Ciência e a Tecnologia (UID/LIN/0022/2020).

1. Introdução

Nestas breves notas de investigação, reuniremos algumas considerações gerais visando a proposta de uma hipótese linguística e histórica sobre a etimologia do hidrónimo português *Almorode*, que designa um afluente do rio Leça (em cuja bacia hidrográfica está incluído) que percorre várias freguesias do concelho da Maia ao longo de aproximadamente 11 km (Velhas 1991; Drarn 1994).

Estes apontamentos poderão ser assim inscritos em dois domínios principais: a **paleolinguística** (concebida como a reconstrução de raízes etimológicas ancestrais de línguas muito remotas, extintas no tempo e muito indocumentadas em termos de vestígios materiais, fundamentalmente orientada para a reconstituição do passado histórico longínquo das primitivas comunidades de falantes de determinadas localizações geográficas – cf. Blažek *et al.* 2001); e a **hidronímia**, que podemos aceitar como um capítulo particular das investigações paleolinguísticas dedicado à identificação das etimologias originais dos nomes que designam, nas línguas modernas, os cursos de água doce (Kitson 1996).

Veremos que para a origem do hidrónimo *Almorode* têm sido propostas várias explicações, partindo de perspetivas diferentes e apresentando datações e origens linguísticas igualmente diversas. Com base noutras propostas paleolinguísticas de reconstituição etimológica das designações de outros cursos de água europeus, tentaremos apresentar aqui uma hipótese que faz remontar as origens desta forma a uma era muito antiga da história do povoamento da região percorrida pelo Almorode e que admite a combinação, no interior deste hidrónimo, de formas provenientes de diversas línguas, como resquício da sucessão de diversos povoamentos que representam épocas e origens geográficas diversificadas.

2. Considerações gerais sobre a natureza e os propósitos dos estudos hidronímicos

Ainda que não muito representada em Portugal, a investigação sobre a origem dos hidrónimos constitui, no entanto, um domínio de estudo de

reconhecida importância nos estudos de paleolinguística e de linguística indo-europeia (cf., entre outros, o já referido estudo de Kitson 1996). Entre os principais motivos que justificam o interesse destas disciplinas pelo tema específico da hidronímia contam-se a preservação, neste repositório linguístico específico, das mais antigas raízes ainda hoje preservadas nas línguas modernas (Krahe 1964) – motivação especialmente pertinente para os estudos linguísticos – e as pistas fornecidas pelos estudos paleo-hidronímicos para a identificação dos habitantes primitivos de certas regiões, o que interessará sobretudo às investigações em campos como a arqueologia ou a antropologia.

Com efeito, estudos como Krahe (1964)³, Kitson (1996), Blažek *et al.* (2001), Bascuas (2002), Bascuas López (2006) e Ballester (2007), entre outros, sublinham essas mesmas motivações e mostram como a substituição, num dado território, de uma língua por uma outra língua subsequente teve como consequência bastante comum a substituição da maior parte do léxico e de sistemas gramaticais, mas manteve relativamente intactas as raízes morfológicas encontradas no acervo toponímico.

3. Hidrónimos e topónimos conservados no português contemporâneo: toponímia setentrional e toponímia meridional

No que diz respeito à hidronímia e à toponímia portuguesas, Piel (1930; 1936) e Carvalhinhos (2014), entre outros, defendem que os hidrónimos e topónimos setentrionais conservam de forma muito significativa formativos de origem germânica (tal como sucede, p. ex., nos topónimos terminados em *-munde*, do étimo germânico *-mund/-münd* ‘foz’; exemplos: *Recamunde*, *Freamunde*, *Gemunde*, etc.)⁴.

Quanto a este aspeto, regista-se um contraste com os topónimos meridionais, atestados em zonas do território historicamente habitadas

³ Várias hipóteses são colocadas acerca do principal substrato conservado pelos hidrónimos europeus mais antigos. Neste texto, não aprofundaremos esta questão, remetendo para o artigo de Kitson (1996), onde são contrapostas as duas hipóteses principais: segundo Krahe (1964), a maior parte das raízes hidronímicas são indo-europeias, proposta a que se opõe, p. ex., Vennemann (1994), que defende que tais raízes são, na sua maioria, mais antigas, isto é, de origem pré-indo-europeia.

⁴ Cf. ainda, para referências suplementares a este tópico numa perspetiva geográfica mais ampla que contempla o Norte Peninsular central e oriental, os trabalhos reunidos em Gordón Peral (Coord., 2010) e Garvens (2017).

por comunidades falantes do árabe, língua que deixou também resquícios frequentes em topónimos conservados até aos dias de hoje, p. ex. através de formativos como a forma determinante *al-* do árabe encontrada em topónimos como *Almedina* (“a cidade”), *Alcântara* (“a ponte”), *Alcácer* (“a fortaleza”) ou *Albufeira* (“o lago”).

O território que hoje corresponde, em termos abrangentes, a grande parte do Norte de Portugal e da Galiza atuais constituiu, ao longo de muitos séculos, um lugar de passagem e de cruzamento de diversas populações e culturas com origens diferentes e falando também línguas diferentes (Piel 1930; 1936; Tovar 1946; 1951; Alarcão (Org.) 1990; Villar 2000; Blažek 2006; Villar & Prosper 2005; Carvalinhos 2014).

Destes cruzamentos civilizacionais haveria de resultar, necessariamente, um entrecruzamento linguístico importante a que, de acordo com os pontos de vista explicitados no início deste estudo, terão sido mais imunes os nomes com que até hoje se designam rios e outros cursos de água, lagos, montanhas, serras, cordilheiras, vales e algumas povoações. Tais nomes terão preservado – segundo Krahe (1964), Kitson (1996), Blažek et al. (2001), Bascuas (2002), Bascuas López (2006) e Ballester (2007) – étimos ancestrais e herdados dos primeiros habitantes da região, apresentando-se este léxico como maximamente conservador das línguas faladas pelos povos originais deste território, anteriores às sucessivas migrações e colonizações que redefiniram a paisagem linguística mantendo relativamente intacto o léxico toponímico.

4. Sobre a origem de *Almorode*

No presente estudo, deteremos a nossa atenção sobre um hidrónimo específico – *Almorode* –, sugerindo a sua ancestralidade e a possibilidade de sobreposição, na sua formação histórica, de diversas línguas sucessivamente faladas no território banhado pelo rio que ele designa.

Como afirmado no início, *Almorode* é o nome de um pequeno rio, com cerca de 11 km de extensão, que percorre diversas freguesias do concelho da Maia, no distrito do Porto, desaguando no rio Leça.

A área percorrida por este rio, bem como as áreas adjacentes hoje

integradas, *grosso modo*, na área urbana e periurbana do “Grande Porto”, formava parte, no tempo da ocupação romana, do *Conventus Bracarensis*, por sua vez integrado na província da *Hispania Terraconensis Citerior* (Alarcão Ed. 1990).

Se aceitarmos a divisão (pré-romana) proposta por Blažek (2006) entre os territórios ancestralmente ocupados pelos pré-celtas, pelos galécios e pelos lusitanos, as margens do rio Almorode encontrar-se-iam na zona de confluência dessas três fronteiras etnolinguísticas.

Em consonância com uma ideia muito corrente no senso comum que faz associar invariavelmente todas as palavras do português começadas por <al> a étimos supostamente de origem árabe, alguns autores dos domínios da etnografia e da arqueologia têm proposto uma origem árabe para este hidrónimo (cf., p. ex., Vieira (1886) ou G. Marques 2016). Hipóteses como estas, além de não esclarecerem a origem da parte do hidrónimo que se segue à primeira sílaba, aproximam o nome *Almorode* do conjunto dos topónimos maioritariamente encontrados no Sul do país e que têm comprovadamente origem árabe, como os acima referidos – com escassa representação, porém, no território mais setentrional do país.

De facto, como foi também referido anteriormente, a presença árabe terá sido menos expressiva a norte do rio Douro, o que terá contribuído, nesta parte do território, para um número inferior de legados toponímicos de origem árabe conservados no português contemporâneo.

De certa forma contrariando a hipótese da origem árabe de *Almorode*, J. Marques (2015), sem apresentar argumentos aprofundados, adianta a hipótese de este hidrónimo ter uma origem germânica.

Nestas breves notas – e inspirando-nos no entendimento de que a hidrónimoia europeia se nutre de origens muito mais antigas que remontam a épocas bastante anteriores às colonizações romana, germânica e árabe do território em consideração (Krahe 1964; Kitson 1996; Blažek et al. 2001; Bascuas 2002; Bascuas López 2006; Ballester (2007) –, deixamos à consideração de estudos posteriores a hipótese de *Almorode* poder resultar da combinação de formativos oriundos de diversas línguas anteriores aos povoamentos romano e germânico.

Com efeito, não nos parece totalmente implausível a identificação, na forma fonética contemporânea deste hidrónimo, de pelo menos duas raízes

proto-indo-europeias que, segundo Krahe (1964) e Udolph (2002), são bastante frequentes e recorrentes na hidronímia europeia:

- *al(m)* ‘fluir’;
- *aur/wer* ‘água’.

O primeiro desses formativos – que acabará por assumir, como veremos nos exemplos seguintes, formas fonéticas ligeiramente diferentes (*al-*, *alm-*, ...) em resultado de evoluções diacrónicas divergentes mas conservando quase invariavelmente uma vogal /a/ antecedendo uma soante (geralmente, uma lateral) – é identificado em Bascuas (2002: 264 ss.) em diversos hidrónimos que designam rios da Galiza e do Norte de Portugal: *Ala*, *Alobre*, *Alais*, *Aloina*, *Aliste*, **Alavarium*, *Alavenche*, *Alva*, *Alba*, *Alvela*, *Almonte*, *Almeira*, *Almeiro*, *Almeirol*, *Almansa*, *Almoite*, *Alsame*, *Anzas*, *Arlanza*, ...

Assim, numa reconstituição etimológica que gostaríamos de sujeitar a um exame mais robusto, baseado em provas documentais e na comparação da evolução fonética destas raízes em hidrónimos de diversas línguas onde as mesmas foram identificadas por investigações anteriores, poderíamos colocar a hipótese de *Almorode* combinar, de forma em princípio compatível com as hipóteses de Krahe (1964), os seguintes formativos:

***alm* ‘fluir’ + *wer* ‘água’
‘a água que corre [= ‘o rio’]’**

Relativamente ao formativo final encontrado na forma moderna de *Almorode*, e considerando que a região por onde ainda hoje flui o rio Almorode registará, segundo Carvalhinhos (2014), uma considerável presença de antigos topónimos de origem germânica – encontrados nas designações de povoações não muito distantes deste curso de água (*Gueifães*, *Gemunde*, *Ermesinde*, ...) –, julgamos ser de considerar a presença do sufixo toponímico germânico *-reuth* ‘terra desbastada’ (encontrado em topónimos alemães contemporâneos como *Bayreuth* e noutros em que *-reuth* terá sofrido uma evolução fonética muito semelhante àquela que, se a nossa hipótese se revelar correta, se terá concretizado também em *Almorode*: *Osterode*, *Wernigerode*, p. ex).

Assim, e ressaltando uma vez mais que, nestes breves apontamentos, pretendemos somente reunir algumas pistas para uma indagação futura mais aprofundada, registamos a possibilidade de *Almorode* resultar da combinação muito ancestral de dois formativos indo-europeus posteriormente concatenados com um formativo germânico:

**alm* + **wer* + **reuth*
IE IE Germ
'fluir' 'água' 'terra desbastada'
[IE = Indo-Europeu; Germ = Germânico]

Reconhecemos que, no estado atual da nossa reflexão sobre a origem deste hidrónimo, não dispomos ainda de argumentos plenamente convincentes e devidamente sujeitos a comprovação que, nomeadamente, nos permitam afastar definitivamente a possibilidade de estas formas terem outras origens.

Contudo, e se investigações posteriores vierem a tornar mais sólida uma reconstituição como a acima delineada, poderemos vir a aceitar que *Almorode*, no seu sentido mais literal e original, descreveria uma terra trabalhada pelo Homem (desarborizada para eventualmente ser agricultada) nas margens de um rio de águas fluidas. Tal formulação ainda hoje parece adequada para nos descrever a paisagem do Almorode e das suas margens. A provar-se como acertada, esta explicação etimológica permitir-nos-ia reconstruir o passado muito antigo de comunidades milenares de que hoje restam um nome e um rio que corre ainda entre margens trabalhadas (florestadas, desbastadas, reflorestadas, industrializadas e urbanizadas) por sucessivas gerações de habitantes. Estas, mudando continuamente a paisagem até aos dias de hoje, conservam, provavelmente sem o saberem, formas fonéticas e morfológicas muito antigas que testemunham e retratam fases de um passado materialmente perdido mas linguisticamente conservado.

REFERÊNCIAS

- Alarcão, J. (Ed.). 1990. *Portugal. Das Origens à Romanização*. Lisboa: Presença.
- Ballester, X. 2007. Hidronímia Paleoeuropea: Una Aproximación Paleolítica. *Quaderni di Semantica*. XXVIII: 25-40.
- Bascuas López, E. 2006. *Hidronímia y léxico de origen paleoeuropeo en Galicia*. A Coruña: Edicións do Castro.
- Bascuas, E. 2002. *Estudios de hidronímia paleoeuropea gallega*. Santiago de Compostela: Universidade de Santiago de Compostela.
- Blažek, V. 2006. Lusitanian Language. *Studia Minora Facultatis Philosophicae Universitatis Brunensis*. 11: 5-18.
- Blažek, V. et al. 2001. Paleolinguistics: The State of the Art and Science. *MotherTongue*. 6: 29-94.
- Carvalhinhos, P. 2014. Variaciones lexicales en la hidrotoponímia portuguesa: el genérico. *Actes del XXIV Congrés Internacional D'ICOS sobre Ciències Onomàstiques*, 1047-1064.
- Dram. 1994. *A Bacia Hidrográfica do Leça*. Porto: Direcção Regional do Ambiente e Recursos Naturais do Norte.
- Garvens, F. 2017. *La toponímia prerromana del norte de España*. Lérida: Milenio.
- Gordón Peral, M. D. (Coord.). 2010. *Toponímia de España*. Berlin: De Gruyter.
- Kitson, P. R. 1996. British and European River Names. *Transactions of the Philological Society*. 94(2): 73-118.
- Krahe, H. 1964. *Unsere ältesten Flussnamen*. Wiesbaden: Otto Harrassowitz.
- Marques, G. M. 2016. Memória da Maia: a Linhagem e a Terra. *Revista da Maia*. 1: 23-36.
- Marques, J. A. M. 2015. Maia: Cidade, Tempo e História. *Maia, Identificação de uma cidade*. Maia: Câmara Municipal da Maia, 43-52.
- Piel, J. 1930. *Contribuições para o léxico etimológico português*. Coimbra: Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra.
- Piel, J. 1936. *Os nomes germânicos na toponímia portuguesa*. Lisboa: Imprensa Nacional.
- Tovar, A. 1946. Las inscripciones ibéricas y la lengua de los celtíberos. *BRAE*. XXV:7-42.
- Tovar, A. 1951. Léxico de las inscripciones ibéricas (Celtibérico e Ibérico). *Estudios dedicados a Menéndez Pidal*. Madrid: CSIC, II, 273-323.
- Udolph, J. 2002. Nordic, Germanic, Indo-European and the structure of the Germanic

- language family. In: O. Bandle et al. (Eds.). *The Nordic Languages*. Berlin: Walter de Gruyter, 544-553.
- Velhas, E. 1991. A Bacia Hidrográfica do Rio Leça. Estudo Hidroclimatológico. *Revista da Faculdade de Letras do Porto. Geografia*. VH: 139-251.
- Veloso, J. 2020. Old hydronymy in Northern Portugal: Digging for the roots of 'Almorode'. In: O. Šefčík et al. (Eds.). *Etymologus: Festschrift for Václav Blažek*. Hamburg: Baar-Verlag, 397-401.
- Venemann, T. 1994. Linguistic reconstruction in the context of European pre-history. *Transactions of the Philological Society*. 92: 215-284.
- Vieira, J. A. 1886. *O Minho Pitoresco*. Lisboa: A. M. Pereira.
- Villar, F. 2000. *Indoeuropeos y no indoeuropeos en la Hispania prerromana*. Salamanca: Universidad de Salamanca.
- Villar, F.; Prósper, B. M. 2005. *Vascos, celtas e indoeuropeos. Genes y lenguas*. Salamanca: Universidad de Salamanca

Recensões

Antónia Coutinho. *Texto e[m] linguística. Teorias | Cruzamentos | Aplicações. Lisboa. Edições Colibri.*
2019. 180pp.
ISBN 978-989-689-917-2

Isabel Margarida Duarte
iduarte@letras.up.pt
Faculdade de Letras da Universidade do Porto
Centro de Linguística da Universidade do Porto

Este livro reúne textos de diversas proveniências, explicadas claramente no Preâmbulo, da autoria de Antónia Coutinho. A génese do volume, com as diferentes hipóteses de organização por que passou, é mostrada e a opção final justificada. Sejam textos de cariz mais didático, preparados para apoio a determinadas Unidades Curriculares, sejam outros que decorreram das exigências académicas do percurso da autora e outro ainda resultante de uma comunicação não publicada, a junção faz-se num todo que, como Antónia Coutinho afirma, “poderá ser disperso, mas não é privado de arquitetura” (p. 17). Este conjunto, de facto, encontrou uma unidade estruturante e não apenas do ponto de vista temático, por todas as partes tratarem de texto. Essa unidade decorre também dos rearranjos a que autora sujeitou os textos, das pontes que entre eles estabelece com remissões frequentes, da orientação teórica muito explicitamente assumida: o Interacionismo Sociodiscursivo de que Antónia Coutinho é, em Portugal, a indiscutível embaixadora. A unidade também é conseguida pelo tom geral dos textos, que é didático¹, mas decorre da investigação da autora. O cruzamento destas duas dimensões é uma das mais valias do volume. Ancora-se na pesquisa segura de décadas levada a cabo por Antónia Coutinho, sem abandonar nunca a preocupação didática de quem tem longa experiência como professora e orientadora de

¹ É também didática a preocupação de traduzir todas as citações em língua estrangeira. Por os estudantes não serem hoje suficientemente proficientes em francês para poderem entender as citações, a autora uniformiza-as e tradu-las sempre, embora inclua o original em nota de rodapé. Há apenas a exceção da Terceira parte, sobre “Teoria do texto”, em que as citações não são traduzidas, de forma não muito coerente com o que ocorre no restante livro.

trabalhos académicos e científicos. Daqui decorre, talvez, a preferência pelos quadros² que sistematizam sem simplificar, ou dos esquemas, de que é um bom exemplo a Figura 26, na p. 109, que permitem compreender melhor as relações entre os conceitos.

O Prefácio, escrito em francês, é da autoria do próprio Jean-Paul Bronckart. A propósito da inscrição do domínio do texto naquilo que, na língua, releva do uso do sistema em situação de comunicação, o linguista cita, logo no início do prefácio, Joaquim Fonseca, que a Primeira parte do livro retoma, a propósito de “Uma linguística do funcionamento do sistema”. Bronckart mostra como Antónia Coutinho tem em consideração todas as referências teóricas pertinentes para a área. Com efeito, apesar de se enquadrar explicitamente no ISD, a autora dá conta de um conjunto vastos de outras referências centrais para a área do texto, conseguindo relacioná-las de forma a que se completem, e menos de modo a que conflituem. Não significa isto que não explicita com clareza os termos de diferentes polémicas ou desencontros.

O livro, como a autora sugere, destina-se a estudantes de Ciências da Linguagem, Linguística e áreas afins, mas também a professores de Português dos Ensinos Básicos e Secundário. Com efeito, é um livro claro, que se lê com agrado, mesmo que nem sempre com facilidade, sobretudo nos momentos em que as discussões teóricas são mais técnicas. Mas, como Antónia Coutinho diz, na última parte, “Cruzamentos: Linguística, Literatura e Didática”, texto que resulta de uma comunicação ao 3º Encontro *A Linguística na Formação do Professor*, que teve lugar na Faculdade de Letras da Universidade do Porto em 2018, os professores têm sempre de saber mais do que aquilo que ensinam. E, como lembrava também Fernanda Irene Fonseca, várias vezes referida neste livro, mais e a um outro nível de profundidade. Por isso, mesmo que algumas passagens teóricas possam ser mais técnicas e afastadas das preocupações pedagógicas imediatas dos professores de Português, eles terão um óbvio proveito na leitura deste livro, para melhor e mais conscientemente poderem operacionalizar alguns dos conceitos da área do texto, presentes nos vários documentos orientadores do ensino do Português.

Do ponto de vista dos estudantes universitários, este volume permite algumas intervenções didáticas de grande pertinência, porque ancoradas em

² Alguns quadros, como a Figura 21, na p. 95, ou a Figura 28, na p. 154, estão no limite do legível devido ao tamanho dos caracteres.

ensinamentos teóricos de que decorrem. Como Bronckart diz no Prefácio, há uma ligação fecunda entre o quadro teórico e o trabalho didático. Este permite avaliar e validar os avanços teóricos. E as intervenções didáticas conseguem “mettre en évidence des modes de fonctionnement de la langue et des problématiques linguistiques qui échappent souvent au regard des auteurs de travaux proprement théoriques.” (p.13).

O livro está dividido em quatro partes: 1. Introdução; 2. Práticas textuais em contexto académico/científico; 3. Teoria do Texto e 4. Cruzamentos: Linguística, Literatura e Didática.

Na primeira parte, a autora discorre sobre *Texto e discurso*, aproveitando para clarificar os conceitos, traçando-lhes também a história: trata de *Textos e géneros de texto* não só a partir do ISD mas percorrendo ainda o que sobre a questão escreveram outros autores incontornáveis como Jean-Michel Adam, por exemplo. Esta primeira parte encerra-se com um terceiro capítulo *Sobre organizadores textuais*, onde a autora problematiza noções como conectores, organizadores textuais e marcadores discursivos. Não posso deixar de sublinhar, a propósito do que Antónia Coutinho escreve sobre marcadores discursivos, a incomodidade que também partilho quando se fala de gramaticalização, assumindo que na origem de formas discursivas estariam outras, não discursivas, como se as formas gramaticais estivessem antes e fossem, depois, usadas discursivamente (cf. pp. 72-73). A autora demarca-se, a meu ver com razão, da hipótese insustentável segundo a qual haveria “formas gramaticais que não teriam usos discursivos”. (p.73).

Quando falo aqui na preocupação da autora em problematizar, refiro-me não só à já referida capacidade de aprofundar, relacionar e pôr em confronto diversos pontos de vista teóricos, mas também a uma saudável tendência para formular questões abertas, que ponham os outros (leitores, colegas, estudantes) a pensar. Por isso, o segundo capítulo desta primeira parte termina com um ponto (2.5. A concluir: perspectivas de análise) em que se elenca um conjunto vasto de perguntas que “poderão ser úteis no sentido de orientar a análise de textos de diferentes géneros” (p. 55). Momentos como este, em que Antónia Coutinho sugere percursos de aprendizagem e experimentação ao leitor, são extremamente estimulantes e não apenas para os estudantes.

A segunda parte do livro organiza-se em torno de “Práticas textuais em contexto académico/científico” e é composta por cinco tópicos. Esta

parte é de crucial importância para os estudantes universitários e jovens investigadores, que poderão aprimorar as suas práticas textuais a partir de um melhor conhecimento teórico. Deveria ser de leitura obrigatória em Unidades Curriculares de escrita académica, Técnicas de Comunicação Oral e Escrita e outras do mesmo teor. A autora salienta “a dimensão textual de todo o conhecimento” (p. 82), mostrando como o conhecimento explícito sobre texto académico e científico pode contribuir para a produção de conhecimento, no sentido em que ajuda a que essa produção seja textualmente mais eficaz. Ou, como a autora diz, o conhecimento é clarificado “à medida que se organiza textualmente” (p. 84). O mesmo tipo de procedimento (aprender explicitamente para usar melhor) é sugerido bem mais à frente (no ponto 5.2. Paráfrase e citação), relacionado com o plágio: mais eficaz do que discursos moralistas sobre essa prática são os conhecimentos sobre citação, paráfrase, voz autoral, responsabilidade enunciativa, ponto de vista, etc. Eles permitem uma reflexão sobre como construir os próprios textos, que são sempre retomas de outros textos, mas sem que o autor se aproprie, indevidamente, do que não lhe pertence.

Nesta segunda parte, Antónia Coutinho tenta fazer a nem sempre fácil distinção entre atividade académica e atividade científica, notando que as fronteiras por vezes não são nítidas, porque um texto académico pode ser reutilizado para a atividade científica, porque certos textos académicos, como as dissertações, teses e relatórios de mestrado, por exemplo, devem configurar experiências científicas. Antes de um ponto ligeiramente desconcertante em que reúne diferentes recensões críticas, para provar como podem ser textos diferentes entre si (7. Recensão crítica: descubra as diferenças), a autora ocupa-se de questões centrais para a escrita científica e académica. No ponto 6. (Quem fala no texto?), trata das “Instâncias de produção” e das “Responsabilidades enunciativas”, relacionando-as com a teoria polifónica da enunciação anteriormente tratada.

A quarta secção, Teoria do Texto, reproduz parte do relatório de Unidade Curricular homónima, “apresentado no âmbito do concurso para Professora Associada” (p. 137, nota), o que se percebe no tom geral do texto, como aliás decorre da própria teoria largamente defendida ao longo do livro. Assim se explicam as discussões em torno dos diferentes nomes para a disciplina, porque elas se enquadram no tipo de prova académica em causa.

Contrariamente à opção de Jean-Michel Adam, pela designação *Análise Linguística dos Discursos*, sublinhe-se a posição teórica da autora cujo ponto de vista “concebe os discursos como atitudes de locução, ou modos de enunciação, que entram na composição dos textos – entendidos estes como unidades comunicativas globais.” (p. 143).

A Quinta Parte, como já dissemos, retoma uma comunicação³ num Encontro, e procura esclarecer um conjunto de conceitos teóricos presentes, de forma confusa, nos diferentes documentos orientadores do ensino do Português nos Ensinos Básico e Secundário, de modo a que os professores, compreendendo esses conceitos, possam fazer uma leitura crítica daqueles documentos, daí resultando propostas pedagógicas mais claras e que melhor estabeleçam as relações entre literatura, linguística e didática. Maria Antónia Coutinho clarifica, sobretudo, as noções de *género* (de texto) e de *modo* (enunciativo). Clarifica, como já disse, também por meio de esquemas e problematizando, em vez de optar por simplificações que deturpam as teorias e, nesse sentido, não contribuem para a clareza. E esclarece bem, no final do texto⁴, que não pretende que se acrescentem mais conceitos aos programas mas sim que os professores compreendam devidamente aqueles que usam, para que possam fazê-lo com um máximo de proveito para os seus alunos.

Um dos aspetos mais interessantes deste livro, cuja leitura vivamente se recomenda, é a forma livre como a autora nele inclui textos de outros autores, literários ou não, porque são bons exemplos ou testemunhos do que quer explicar. Assim transcreve excertos de Eduardo Prado Coelho, uma recensão de Clara Correia, um célebre excerto da tese de Fernanda Irene Fonseca a propósito do uso da primeira pessoa no discurso científico, ou um parágrafo longo de um romance de Eduarda Dionísio sobre o comentário. Essa liberdade que lhe permite saltar da teoria para a prática, do ISD para a didática, de uns tópicos para os outros é possível porque Antónia Coutinho tem um profundo conhecimento daquilo de que nos fala e por isso é capaz de estabelecer, permanentemente, pontes que tão bem justificam o subtítulo do livro: *Teorias, Cruzamentos, Aplicações*, tudo no plural.

³ Feita com Noémia Jorge.

⁴ As últimas 7 páginas são ocupadas com as Referências bibliográficas.

Ronaldo de Oliveira Batista. *A linguagem e os falantes – Ideias linguísticas e sua história*. São Paulo: Ed. Mackenzie. 2017. 132 pp.
ISBN: 9788582936351

Afonso Henrique Novaes Menezes
anovaesmenezes@gmail.com
Universidade Federal do Vale do São Francisco (Brasil)

Das diversas áreas e subdivisões dos estudos de Linguagem, a Historiografia Linguística é uma das que têm ganhado destaque dentre as que já se firmaram no amplo panorama que se volta para os fenômenos da língua, apesar de haver movimentos de pouca aceitação desta área em alguns países, mesmo quando se ressalta “sua importância cognitiva e educativa” (Swiggers, s.d., p. 49).

Na esteira do pensamento e da reflexão sobre as ideias linguísticas, no contexto europeu, Pierre Swiggers, Sylvain Auroux e Konrad Koerner são nomes já firmados no pioneirismo de estudo e fixação da área desde seu início. No Brasil, a nomenclatura da área fez valer uma divisão definidora de duas abordagens metodológicas. Assim, de um lado, tem-se o grupo que classifica seus estudos como parte da Historiografia da Linguística, a qual trata dos temas abordados como “campo autônomo de pesquisa, que deve buscar sua configuração metodológica e firmar seu estatuto como ramo dos estudos linguísticos.” (Batista, 2013, p. 18).

Por outro lado, há o grupo que se define como ligado à História das ideias linguísticas. A proposta metodológica de análise deste grupo segue, em princípio, um caminho contrário ao grupo anterior, o que por si já delinea a distinção entre ambos, uma vez que tal grupo “busca compreender processos de constituição de identidades linguísticas, relações entre os sujeitos e a institucionalização do saber linguístico” (Batista, 2013, p.19).

A primeira abordagem teórica foi apresentada por Ronaldo de Oliveira Batista¹ em uma obra de 2013, intitulada *Introdução à Historiografia da Linguística*. Quatro anos depois, este autor ampliou sua análise em uma obra cujo foco se voltou para diferentes teorias linguísticas, chamada *A linguagem e os falantes – ideias linguísticas e sua história*, a partir da qual esta recensão pretende se desenvolver.

Mesmo mostrando sua identidade teórica já no nome, há uma sutil inversão de apresentação e desenvolvimento do texto que em nada compromete aquilo que se apresenta em suas 132 páginas: a *História das ideias linguísticas* não fecha a obra, mas, ao inverso do que o subtítulo sugere, a introduz em uma estrutura de análise que parte do tema mais amplo até chegar ao foco que se deseja enquadrar: a relação entre teorias linguísticas, as ideias de seus autores e a importância dessas ideias e teorias na Filosofia e estudos da Linguagem verbal. Com essa demarcação, o autor intencionalmente se distancia da Linguística de núcleo mais duro para espalhar-se no mundo dos falantes através de abordagens para compreender as relações *homem-mundo-língua*.

Devido a isso, a obra delimita um tempo definido para fazer a análise dessa história (o século XX), partindo de Bakhtin e Volóshinov e passando por Benveniste, Jakobson, Austin, Brown & Levinson e Mainguenu. Diante deste recorte, nota-se o tamanho do desafio a que Batista se propôs; afinal cada um destes estudiosos da linguagem trouxe não somente novas e complexas ideias em seu tempo, mas gerou outras e, a partir delas, provocou novas interpretações, negações e revisões e algumas ainda carecem até mesmo de um reconhecimento como campo de análise autônomo, caso da Teoria da Polidez de Brown & Levinson.

Destes autores, Batista focou-se, portanto, no que de cada um propôs, seja nos estudos linguísticos seja por seu valor na inovação do campo ao qual cada um se vincula. De outro modo, seria mais difícil sintetizar as ideias de autores como Bakhtin (cujas análises vão também para a Literatura), Jakobson (que fez estudos fonéticos importantes assim como

¹ Doutor em Linguística pela Universidade de São Paulo (USP) e Pós-doutor pela Katholieke Universiteit Leuven (Bélgica), é docente do curso de Graduação e Pós-graduação em Letras da Universidade Presbiteriana Mackenzie. Atuou como coordenador do Grupo temático Historiografia da Linguística da Associação Brasileira de Linguística (Abralín) e é pesquisador associado do Laboratório de Historiografia da Linguística da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ).

também estudou sobre a afasia e o discurso literário através da poesia) ou Maingueneau (de quem há uma obra tão vasta quanto de difícil mensuração de sua importância em uma só abordagem).

Este amplo painel teórico, mesmo diverso em suas propostas e disperso em diferentes momentos do século XX, é justificado por Batista ainda na primeira das duas partes de sua obra, em uma nota de rodapé na qual se lê que “a escolha se deveu principalmente aos conjuntos de ideias que enfatizaram o papel do falante no processo comunicativo” (Batista, 2017, p. 18), o que justifica não somente o recorte temporal em apenas um século, mas também o porquê da exclusão de outros autores de igual importância na Linguística e na Filosofia da Linguagem deste período.

Esta primeira parte da obra, por sua vez, divide-se em dois capítulos consonantes com a proposta do autor em contextualizar o tema, enquadrá-lo em sua posição nos estudos linguísticos para, em seguida, expor na segunda parte cada uma das contribuições dos autores acima citados.

Assim, no primeiro capítulo da primeira parte, intitulado *Para contar a história das ideias linguísticas*, já se evidencia o caráter introdutório da obra na área em que se pretende desenvolver as análises posteriores. Nesta direção, evidencia-se a preocupação do autor em definir e demarcar o que é a Historiografia da Linguística, assim como explicitar o papel do historiógrafo, comparando-o a um arqueólogo “que procura reconstruir o caminho das ideias, desde a produção até sua repercussão em contextos institucionais, sociais e culturais.” (Batista, 2017, p. 20).

Ainda neste capítulo, o autor destaca, em um esquema explicativo, o método de pesquisa em Historiografia da Linguística, destacando o tríptico Descrever-Analisar-Interpretar, e contextualiza pontos que ele define como norteadores desta proposta ou “modo [...] que configura o campo” (Batista, 2017, p.26). Este capítulo sintetiza, portanto, os três elementos que justificam a escrita da obra, mostrando que um atrela-se ao outro de modo complementar: a *Historiografia da Linguística* (1) tem uma proposta que a define como campo autônomo de estudos e (2) traz um método específico que é utilizado sob (3) diferentes focos por um historiador.

Esta síntese auxilia o leitor no entendimento do tema proposto, sem, no entanto, perder de vista seu caráter introdutório a respeito de um tema tão vasto, como, inclusive, o autor deixa entrever em suas considerações.

Seguindo seu roteiro de afunilar o tema, Batista faz uso deste primeiro capítulo como um preâmbulo para o segundo desta primeira parte.

Assim, o capítulo dois trata de um ponto mais específico e seu título dá indícios desta especificidade (*Da língua ao discurso: um percurso histórico*), pois o autor propõe fazer uma revisão dos estudos de Linguagem verbal a partir da distinção entre língua e discurso. Para isso, ele faz uso do conceito de *interacionismo* e através dele acaba por justificar uma posição assumida de que as relações humanas, mediadas pela interação através da linguagem verbal, disparam ou estimulam diversas abordagens de análise em áreas distintas, sejam as da Sociologia, da Comunicação ou dos Estudos culturais.

A abordagem dos estudos linguísticos através do conceito do *interacionismo* é a base que fundamentará a tese defendida por Batista e a justificativa para o desenvolvimento da segunda parte da obra. Para sustentá-la, o autor remonta brevemente à Antiguidade clássica, de onde cita Aristóteles, para chegar aos dois polos (ou eixos) de onde oscilam os estudos da Linguística: o Funcionalismo e o Formalismo.

É no primeiro eixo que irá residir o ponto de desenvolvimento deste capítulo, em uma defesa da análise funcional das ideias linguísticas, como “um instrumento que possibilita a interação verbal” (Batista, 2017, p. 31). A partir daí, a obra caminha sob a noção do *interacionismo* numa perspectiva historiográfica, sobretudo em contraste às abordagens formalistas, uma vez que, ao realçar a importância do funcionalismo, coloca o formalismo como seu subalterno, ressaltando neste contraste o valor do falante, do discurso e dos efeitos de sentido que a linguagem verbal traz e que é muitas vezes negligenciada pelos estudos formais.

Para realizar esse contraste valorativo de uma perspectiva sobre a outra, Batista lança mão de uma correlação entre *forma-sistema* e *uso-função*, ressaltando o foco e a importância que o autor quer dar em suas análises, a partir “de uma transição de uma linguística da língua (ou do sistema) para uma linguística do uso da língua (ou do discurso)” (Batista, 2017, p.35).

Diante disso, se faz importante destacar que essa subordinação não se confunde com desprezo da Linguística formal, uma vez que ele demonstra a importância deste eixo de análise dos estudos linguísticos, ao retomar nomes importantes do século XX que delinearam os estudos formalistas, de Saussure e Bloomfield a Chomsky. Porém, ao reafirmar o eixo funcional, ele

introduz as ideias que serão desenvolvidas na segunda parte de sua obra.

A segunda parte da obra de Batista é a mais longa e traz um título que por si só sintetiza a proposta do que será apresentado. Ao chamar esta parte de *A linguagem e os falantes*, o autor tem como objetivo pontuar as ideias de teóricos e filósofos da linguagem verbal que têm os falantes como núcleo dinamizador dos processos discursivos.

Nesta parte, Batista toma como foco oito autores em seis capítulos que seguem a mesma estrutura: *contextualização do autor; as ideias que fundamentam suas teorias e as repercussões e continuidades dessas ideias ao longo da História*. A cada autor atribui-se uma ideia atrelada à linguagem. Deste modo, a Bakhtin e Volóshinov liga-se a atividade social da linguagem; a Benveniste o papel do sujeito na linguagem; a Jakobson o aspecto funcional que a linguagem possui; a Austin a importância dos atos de fala nos processos de uso e efeito da linguagem; a Brown & Levinson o conceito de polidez na comunicação entre o locutor e o alocutário e, por fim, os aspectos enunciativos e as cenas que eles geram no discurso, definidos por Maingueneau.

Em Bakhtin e Volóshinov, os primeiros a serem comentados e analisados, Batista destaca a forte presença do foco sociológico no tratamento da linguagem em suas diversas instâncias, tanto a cotidiana quanto a literária; some-se a isso o fato de que dada a formação de cada um (o primeiro estudou História e Filologia, o segundo, Ciências ideológicas, como oportunamente é informado na contextualização dos autores), temas como ideologia e política acabam por atravessar as suas propostas de análise do discurso produzido pelos falantes.

Batista destaca algumas contribuições importantes destes autores, partindo da perspectiva interacionista. Para isso, ele faz uso do conceito de *dialogismo*, muito recorrente quando se trata de temas *bakhtinianos*, e concentra sua análise em propostas contidas em um texto com dois títulos (*O discurso na vida e o discurso na arte: sobre poética sociológica/A palavra na vida e a palavra na poesia: para uma poética sociológica*), de 1926, e o livro *Marxismo e Filosofia da Linguagem: problemas fundamentais do método sociológico na ciência da linguagem*, de 1929.

Apesar das limitações de um maior aprofundamento que a própria obra impõe, Batista busca sintetizar alguns conceitos-chave do pensamento

bakhtiniano, especificamente os referentes ao discurso materializado em enunciados e à noção de signo como expressão ideológica, um dos temas mais importantes do livro *Marxismo e Filosofia da Linguagem*.

Ao tratar do segundo autor, Benveniste, Batista (2017, p. 58) destaca o lugar paradoxal que ele ocupa nos estudos de linguagem, “pois se filiou a um projeto estruturalista ao mesmo tempo em que dele soube se afastar para lhe completar, de certo modo, as lacunas que o prendiam demasiado a uma visão de língua que anulava, no seu modo de compreender a linguagem, seu principal elemento: o homem inserido em uma prática de linguagem intersubjetiva”.

Batista usa dois textos já clássicos para enfatizar as ideias *benvenistianas* sobre o sujeito da linguagem: um é *A natureza dos pronomes*, de 1956; o outro é *Da subjetividade na linguagem*, de 1958. É evidente que tais textos não dão conta da dimensão da obra de Benveniste, no entanto, Batista os utiliza por ambos justificarem a proposta da sua obra em enfatizar o sujeito falante.

A abordagem da relação entre falante e linguagem continua no capítulo seguinte, dedicado a Roman Jakobson. Após uma contextualização da trajetória deste teórico, evidencia-se que sua atuação foi tão ampla quanto diversa nos diferentes campos de estudos da linguagem e das relações desta com a Literatura, o que justifica a escolha de Batista em dar foco a um dos textos mais famosos do autor russo (*Linguística e poética*, de 1960), sobretudo no que se refere ao tratamento das chamadas *Funções da linguagem*.

Partindo deste texto, Batista mostra que, mesmo sob críticas posteriores, os conceitos ali presentes (correlacionados à Psicologia e à Filosofia) ainda têm muita força e validade, principalmente por apresentar uma relação funcional entre os elementos da comunicação cujo centro é formado pelas trocas semióticas entre emissor-receptor.

No capítulo seguinte, Batista passa a tratar da Pragmática, usando como referência o pensamento do filósofo John Langshaw Austin. Através de uma contextualização histórica na primeira parte de cada capítulo (intitulada *O autor e sua época*), subentende-se o quanto esta área foi importante, pois, além de surgir no entremeio do pensamento de Chomsky e de Benveniste, ambos revolucionários para os estudos da linguagem, inseriu a Filosofia

no campo da investigação linguística, indicando, portanto, caminhos alternativos e bastante ricos para o que seria feito, a partir da década de 1950, nos termos da relação falante-mundo ou da interlocução entre os falantes em uma linguagem como ação. Estes estudos acabaram por ser chamados de filosofia da linguagem ordinária, que “concebiam uma análise filosófica feita por meio da observação do que as palavras de fato significavam no uso cotidiano das línguas naturais [...]” (Batista, 2017, p. 86).

Para análise do percurso teórico desta corrente, Batista faz uso do livro *How to do things with words*, fruto de conferências feitas por Austin em 1955, na Universidade de Harvard, e lançado sete anos depois, de forma póstuma. Mesmo lançado sob tais condições e fruto de reflexões voltadas para apresentações públicas, esta obra tornou-se a referência do que a partir de então se estabeleceria como a base para os estudos pragmáticos.

A explicação direta e sintética feita por Batista para cada um dos conceitos-chave desta abordagem (como as divisões dos atos de fala e os exemplos de que nem somente da linguagem verbal se realizam ações) auxiliam a compreender o quanto esta proposta foi importante no entendimento da relação entre os falantes, ainda que ela tenha sido revista por Austin no curto espaço de tempo em que ele fez suas reflexões, como se faz notar acerca do conceito de *performatividade* e *constatividade*, do qual “saímos [...] de uma distinção em dois polos opostos para uma visão totalmente performativa, em que as ações por meio da linguagem colocam-se, de acordo com os propósitos dos falantes em contextos específicos, de forma direta ou indireta.” (Batista, 2013, p. 90).

O capítulo sobre Brown & Levinson é o que apresenta as informações mais originais. Isso se deve sobretudo ao pouco conhecimento da Teoria da polidez, preconizada por seus criadores, na Linguística brasileira. Se as demais ideias apresentadas anteriormente há muitos anos fazem parte dos programas dos cursos de Letras e Linguística do Brasil, esta teoria, que considera a cortesia na mediação dos falantes, ainda é incipiente em estudos e pouco conhecida ou divulgada em terras brasileiras.

Devido a isso, o capítulo que trata destes autores sobreleva-se em seu interesse entre os demais, pois introduz e discute a proposta da norteamericana Brown e do britânico Levinson de modo claro em cada uma das partes deste capítulo. Assim sendo, desde a parte inicial (onde contextualiza

os autores), Batista evidencia que o cruzamento da formação intelectual de ambos, através da Psicologia e da Antropologia (Penelope Brown) e da Arqueologia e Antropologia (Stephen Levinson), formatou a base para o que viria a ser a Teoria da polidez.

O que Batista deixa evidente em sua análise sobre as ideias surgidas dessa teoria é que outras áreas da Linguística complementam as propostas de Brown & Levinson, como a Sociolinguística interacional (através dos trabalhos do canadense Erving Goffman) e a Pragmática (através dos conceitos de Grice). Ou seja, a proposta de Brown & Levinson, se não inovadora, apresenta temas já conhecidos sob novas bases.

Isso se percebe na definição dada por Batista (2017) sobre a teoria da polidez, em contraste com estudos que a antecederam a respeito da qual “a polidez é compreendida não exatamente como um conjunto normativo de condutas sociais a serem seguidas, mas, sim, como estratégias conversacionais, cujo objetivo é manter boas relações na conversação, tendo em vista os propósitos que estão em destaque nas trocas verbais contextualizadas [...]” (p. 103). É partindo desta definição que ele faz uma síntese de *Politeness: Some Universals in Language*, a obra mais importante de Brown & Levinson, lançada ao final dos anos de 1970 e revisada dez anos depois.

A importância da síntese feita por Batista a respeito desta teoria se dá pela novidade do tema e a sua pouca visibilidade dentre as ideias antes apresentadas, o que faz com que este capítulo seja inteiramente informativo e, por essas razões, ganhe destaque na obra. Apesar desse caráter distintivo de divulgação de uma área pouco conhecida no Brasil, Batista mostra (quando trata das repercussões e continuidades) que a Teoria da polidez ainda não conseguiu se firmar de modo autônomo como proposta de análise do fenômeno linguístico, citando autores (como Diana Bravo, Álvarez Muro, Hernández Flores e Catherine Kerbrat-Orecchioni) que questionaram as ideias que a subjazem e a suposta universalidade das análises propostas por Brown & Levinson.

A análise da contribuição de Dominique Maingueneau aos estudos linguísticos é o capítulo que encerra o livro de Batista. Ao lado de Brown & Levinson, o linguista francês é um dos autores que ainda está vivo, dentre os apresentados ao longo das páginas anteriores, e mantém uma obra em

continuidade, por isso mesmo ainda não posta à distância de avaliações que só o tempo determina.

Em seu presente momento, as propostas de Maingueneau se mantêm válidas e influentes. Isso se faz notar através dos comentários de Batista sobre sua intensa produção em *Análise do discurso*, seja sozinho ou em parceria com Patrick Charaudeau, e a forte influência que ele tem sobre os estudiosos do discurso no Brasil ainda hoje. Segundo Batista, esta influência põe em relevo a forte presença dos estudos linguísticos alternativos ao formalismo no Brasil e que estão presentes em diversas obras de Maingueneau.

Deste modo, como um remate da proposta que transcorre por seu livro, ao mesmo tempo que põe em linha as ideias-base do linguista francês, Batista (2017, p. 112) retoma o que ele chama de “pontos fundamentais que identificam essas mudanças do século XX”, dos quais se destacam: a *linguagem como interação* a qual, por sua vez, *é dinâmica e mediada por palavras* inseridas em um *discurso produzido através de diversos gêneros* por meio de *um falante em um dado momento histórico*.

Vista em panorâmica, a obra de Batista tem seu valor realçado, pois tanto contextualiza épocas, autores e ideias em um mesmo foco (o sujeito falante atuando no mundo) quanto apresenta a Historiografia linguística como área muito rica a ser explorada. Deste modo, atende a duas exigências: enriquece os estudos historiográficos e informa os leitores sobre as ideias ali presentes de modo objetivo e didático. Mesmo sendo uma obra escrita no Brasil, utilizando a realidade brasileira para contextualizar o impacto dessas ideias, isso está longe de ser um limite para um leitor de qualquer outro país compreender tanto a Historiografia da Linguística quanto os autores e teorias ali apresentados.

Isto tudo acaba por revelar o texto de Batista como uma obra que vai além da discussão sobre a Historiografia Linguística e a defesa de sua autonomia entre os campos de estudos da linguagem que ora privilegiam a forma ora a função. Essa visão de fora, em que se observam os fenômenos como reflexos dos movimentos dinâmicos de continuidade e ruptura próprios da História, seria, portanto, uma terceira via de análise da Linguagem dentre as duas citadas.

Neste sentido, evidencia-se que as ideias linguísticas ganharam mais relevância quando saíram dos limites da imanência da linguagem e se

aliaram a áreas das Ciências humanas onde a linguagem também faz parte dos temas de investigação, como a Antropologia, a Filosofia, a Psicologia e a Sociologia. Mostra também que, mesmo sob origens diferentes, é possível encontrar um ponto em comum entre as teorias, neste caso, a perspectiva de se compreenderem as ideias linguísticas do século XX pelo viés da interação dos falantes.

Sob tal contexto, a obra de Batista atende bem ao objetivo de trazer uma abordagem nova a este campo de estudos. Devido a isso, ela abrange um público diverso, desde o iniciante na área dos estudos linguísticos como também estudantes de pós-graduação em Letras ou de áreas cujos temas se cruzem com a diversidade da Linguística funcional.

REFERÊNCIAS

- Batista, Ronaldo de Oliveira. 2013. *Introdução à Historiografia da Linguística*. São Paulo: Cortez Editora.
- Koerner, E.F.K. 2014. *Quatro décadas de historiografia linguística: estudos selecionados*. Vila Real: Centro de Estudos em Letras da Universidade de Trás-os-Montes e Alto dourado. Col. Linguística, vol. 11.
- Swiggers, Pierre. s.d.. *A historiografia da Linguística: objeto, objetivos, organização*. Disponível em: <http://lp.bibliopolis.info/confluencia/pdf/1171.pdf> Acessado em 09 de julho de 2019.

LINGUÍSTICA

REVISTA DE ESTUDOS LINGUÍSTICOS
DA UNIVERSIDADE DO PORTO

Espaço da Direção

Artigos

Uma análise do alteamento pretônico à luz das categorias propostas por Labov

Eliete F. B. Silveira, Anna Carolina C. A. Bandeira e Sílvia C. G. S. Guerreiro

Sobre a escalaridade dos adjetivos adverbiais modais

Inês Cantante

The duration of filled pauses and prolongations in northern and southern dialects of Spanish

Kata B. Pálvölgyi

Redes, cadeias, sistemas e reportórios: sobre as relações entre géneros

Paulo Nunes da Silva

O rato roeu a rolha: sobre a aquisição do rótico dorsal por crianças portuguesas com perfis típico e atípico

Rodrigo Pereira, Ana Margarida Ramalho e Maria João Freitas

Nota de Investigação

Almorode: o rio que corre entre as árvores cortadas. Notas sobre um hidrónimo da bacia do Leça

João Veloso

Recensões

Antónia Coutinho. Texto e[m] linguística. Teorias | Cruzamentos | Aplicações

Isabel Margarida Duarte

Ronaldo de Oliveira Batista. A linguagem e os falantes – ideias linguísticas e sua história

Afonso H. Novaes Menezes

VOLUME 15

ANO 2020